

Dados os factos expostos e considerando que decorreu mais dum ano desde o tempo em que o professor interino do Liceu de Passos Manuel foi dispensado do serviço, de modo por certo irregular, este Conselho é de parecer que o dito professor seja reintegrado nos vencimentos a que teria direito, se tivesse regido pelo tempo para que fôra nomeado para fazer serviço no mencionado Liceu, se a isso não se opõem os preceitos da Contabilidade Pública, e ainda no caso de não ter sido declarado que o horário estabelecido nesse liceu, no começo do ano lectivo de 1910-1911, era provisório e o mesmo professor Benarus ter tido conhecimento antes de começar o seu serviço, desse carácter do horário.

Sala das sessões, em 15 de Março de 1912.—*José Estêvão de Moraes Sarmiento*—*Aquiles Machado*—*Carlos Belo Moraes*—*Júlio de Matos*—*Arácio da Silva Pereira Guimarães*—*Francisco Adolfo Coelho*—*Eugénio de Castro Rodrigues*.

Direcção Geral da Instrução Primária.—Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. Angelo da Fonseca, dignissimo director geral da instrução secundária, superior e especial.—Em resposta ao officio de V. Ex.<sup>a</sup>, de 23 de Novembro último, cumpre-me responder que do inquérito a que procedi, por ordem Ministerial de 23 de Janeiro do ano corrente, se não deduz que o professor Adolfo Benarus ou o Conselho Escolar do Liceu de Passos Manuel houvessem prevaricado. Uma frase ambígua que se atribui fundamentamente ao professor deu lugar, da parte do Conselho, a uma interpretação certamente exagerada acerca da attitud e disciplina do mesmo funcionário. De resto, a agitação e intranquillidade do periodo ainda revolucionário, em que os factos se deram, cabalmente explica o pequeno conflito, que, em boa verdade, antes deveria chamar-se «uma tempestade num copo de água».

Saúde e Fraternidade.—Direcção Geral de Instrução Primária em 22 de Dezembro de 1911.—O Director Geral, *Leão Azedo*.

Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, em 25 de Maio de 1912.—O Director Geral, interino, *J. M. de Queiroz Veloso*.

#### Direcção Geral de Saúde

Para os effeitos locais e conhecimento dos interessados so publica o seguinte acórdão da Junta dos Partidos Municipais, aprovado por despacho Ministerial:

A Câmara Municipal do concelho de Oliveira do Hospital pretende pôr a concurso o seu partido médico com sede em Avô, com o ordenado de 350\$000 réis, podendo a sede do partido passar para Vila Pouca quando aí se instalar o hospital em construção; ou seja com a redução de 50\$000 réis ao ordenado anteriormente estabelecido, e com possível mudança de sede no partido; e

Considerando que, ao contrário do que a Câmara supõe, está em plena execução o decreto com força de lei de 25 de Maio de 1911;

Considerando que, em virtude dele, não podem ao presente ser alteradas as condições de concurso, que tem de ser iguais às anteriormente estabelecidas;

A Junta dos Partidos Municipais é de parecer que seja autorizado o provimento do mencionado partido médico, contanto que o provimento seja rigorosamente feito nas condições anteriores.

Lisboa, em 11 de Maio de 1912.—*Manuel Gonçalves Marques*—*A. Carvalho de Figueiredo*—*José J. de Almeida*—*Augusto Lobo Alves*.

#### MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

##### Direcção Geral de Justiça

###### 1.ª Repartição

Despachos effectuados nas seguintes datas, tendo o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, os que estão nos casos do artigo 44.º e seus parágrafos, da lei de 9 de Setembro de 1908.

Maio 18

Bacharel Manuel Guerra Júnior, sub-delegado do procurador da República na comarca de Moncorvo—transferido, como requereu, para idéntico lugar na comarca de Figueira de Castelo Rodrigo (Tem o visto de 22 do corrente).

Bacharel Alberto Dinis da Fonseca—nomeado sub-delegado do procurador da República na comarca de Leiria. (Tem o visto de 22 do corrente).

Maio 22

Bacharel José Leite dos Santos, juiz de direito no quadro da magistratura judicial—colocado na comarca de Abrantes, durante o impedimento do bacharel António Guorroiro Faleiro, devendo tomar posse no prazo de oito dias, por conveniência urgente de serviço. (Tem o visto de 24 do corrente).

Licenças

Maio 21

Abílio Santana, escrivão notário, substituto, da comarca de Alenquer—trinta dias, por motivo de doença. (Para os respectivos emolumentos).

Maio 25

Bacharel Francisco Augusto da Silva Lial, juiz da Relação do Porto—trinta dias. (Tem a pagar os respectivos emolumentos).

Declara-se sem effeito o despacho de 18 do corrente, publicado em 19, que nomeou Aníbal Fraxiel e Francisco Rosa Seta para os lugares de juiz de paz e substituto do distrito de Vidigueira, comarca de Cuba, por ter havido equívoco na proposta em que se baseou o despacho.

Direcção Geral da Justiça, em 25 de Maio de 1912.—O Secretário Geral, *Germano Martins*.

Atendendo às disposições do decreto de 24 de Maio de 1894, manda o Governo da República que seja publicada a lista, que baixa assinada pelo Director Geral de Justiça, dos magistrados judiciais pela ordem da sua antiguidade, sendo o tempo de serviço nas respectivas categorias e classes referido a 30 de Setembro de 1911.

Paços do Governo da República, em 25 de Maio de 1912.—O Ministro da Justiça, *António Macieira*.

Lista, a que se refere a portaria desta data, dos magistrados judiciais, segundo a ordem da sua antiguidade contada até o dia 30 de Setembro de 1911

###### Juízes do Supremo Tribunal de Justiça

1 Bacharel Tomás Nunes de Serra e Moura, nomeado juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça por decreto de 27 de Dezembro de 1893, publicado em 29, tomou posse em 26 de Janeiro de 1894. Em 1894-1900 teve de excesso de licença 24 dias; em 1900-1901, 30 dias; em 1901-1902, 68 dias; em 1902-1903, 31 dias; em 1906-1907, 1 dia; em 1908-1909, 2 dias. Nomeado conselheiro presidente do mesmo tribunal por decreto de 16 de Dezembro de 1909, publicado em 18, tomou posse em 21. Exonerado das funções de presidente por decreto de 24 de Outubro de 1910, publicado em 25. Em 1910-1911 teve de excesso de ausência 9 meses e 18 dias. Tempo de serviço effectivo em 30 de Setembro de 1911: 16 anos, 6 meses e 11 dias.

2 Bacharel José da Cunha Navarro de Paiva, nomeado juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça por decreto de 3 de Fevereiro de 1898, publicado em 9, tomou posse em 4 de Março. Nomeado definitivamente juiz relator do Supremo Conselho de Justiça Militar por decreto de 26 de Novembro seguinte, publicado em 12 de Dezembro. —Tempo de serviço effectivo em 30 de Setembro de 1911: 13 anos, 7 meses e 26 dias.

3 Bacharel Manuel Pedro de Faria Azevedo, nomeado juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça por decreto de 4 de Agosto de 1897, publicado em 27; tomou posse neste dia. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício por decreto de 11 de Agosto de 1910, publicado em 24. —Tempo de serviço effectivo em 30 de Setembro de 1911: 13 anos e 21 dias.

4 Bacharel Eduardo de Serpa Pimentel, nomeado juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça por decreto de 12 de Junho de 1901, publicado em 18, tomou posse em 25. Em 1901-1902 teve de excesso de ausência 18 dias; em 1902-1903, 2 dias; em 1908-1909, 3 dias. —Tempo de serviço effectivo em 30 de Setembro de 1911: 10 anos, 2 meses e 26 dias.

5 Bacharel João Baptista Dias de Oliveira, nomeado juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça por decreto de 24 de Maio de 1902, publicado em 5 de Junho, tomou posse em 4 de Julho. —Tempo de serviço effectivo em 30 de Setembro de 1911: 9 anos, 4 meses e 8 dias.

6 Bacharel Augusto Carlos Cardoso Pinto Osório, nomeado juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça por decreto de 9 de Julho de 1903, publicado em 13, tomou posse em 11 de Agosto seguinte. Em 1903-1904 teve excesso de licença 31 dias; em 1904-1905, 1 dia; em 1906-1907, 18 dias. Nomeado presidente do mesmo Supremo Tribunal por decreto de 24 de Outubro de 1910, publicado em 25, tomou posse em 28. Em 1910-1911 teve de excesso de ausência 2 meses e 27 dias. —Tempo de serviço effectivo em 30 de Setembro de 1911: 7 anos, 9 meses e 27 dias.

7 Bacharel Eduardo Abranches Ferreira da Cunha, nomeado juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça por decreto de 14 de Novembro de 1907, publicado em 20, tomou posse em 29. —Tempo de serviço effectivo em 30 de Setembro de 1911: 3 anos, 10 meses e 17 dias.

8 Bacharel Augusto César da Silva Matos, nomeado juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça por decreto de 14 de Novembro de 1907, publicado em 20, tomou posse em 29. Em 1910-1911 teve de excesso de licença 23 dias. —Tempo de serviço effectivo em 30 de Setembro de 1911: 3 anos, 9 meses e 24 dias.

9 Bacharel Sebastião Carlos da Costa Brandão (visconde do Ervedal da Beira), nomeado juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça por decreto de 22 de Fevereiro de 1908, publicado em 27, tomou posse em 27 de Março. Em 1908-1909 teve de excesso de licença 3 dias; em 1910-1911, 2 meses. —Tempo de serviço effectivo em 30 de Setembro de 1911: 3 anos, 5 meses e 5 dias.

10 Bacharel Eduardo José Coelho, nomeado juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça por decreto de 21 de Maio de 1908, publicado em 26, tomou posse em

16 de Junho. Em 1910-1911 teve de excesso de licença 1 mês e 3 dias. —Tempo de serviço effectivo em 30 de Setembro de 1911: 3 anos, 3 meses e 8 dias.

11 Bacharel António Francisco Tavares, nomeado juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça por decreto de 17 de Setembro de 1904, publicado em 20, tomou posse em 4 de Outubro. Em 1905-1906 teve de excesso de licença 31 dias; em 1906-1907, 30 dias. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício por decreto de 14 de Novembro de 1907, publicado em 20. —Tempo de serviço effectivo em 30 de Setembro de 1911: 3 anos e dois dias.

12 Bacharel Luís Fisher Berquó Poças Falcão, nomeado juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça por decreto de 14 de Janeiro de 1909, publicado em 19, tomou posse em 5 de Fevereiro. Em 1908-1909 teve de excesso de licença 1 mês; em 1910-1911, 29 dias. —Tempo de serviço effectivo em 30 de Setembro de 1911: 2 anos, 6 meses e 19 dias.

13 Bacharel José Maria Pinto Ribeiro, nomeado juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça por decreto de 16 de Setembro de 1909, publicado em 22, tomou posse em 12 de Outubro. —Tempo de serviço effectivo em 30 de Setembro de 1911: 2 anos e 15 dias.

14 Bacharel Ernesto Kopke da Fonseca e Gouveia, nomeado juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça por decreto de 16 de Dezembro de 1909, publicado em 20, tomou posse em 18 de Janeiro de 1910. —Tempo de serviço effectivo em 30 de Setembro de 1911: 1 ano, 9 meses e 16 dias.

15 Bacharel Manuel Inácio Brum do Canto, nomeado juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça por decreto de 25 de Novembro de 1909, publicado em 2 de Dezembro, tomou posse em 21. Em 1910-1911 teve de excesso de licença 1 mês e 23 dias. —Tempo de serviço effectivo em 30 de Setembro de 1911: 1 ano, 8 meses e 13 dias.

16 Bacharel João José da Silva, nomeado juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça por decreto de 2 de Março de 1910, publicado em 8, tomou posse em 11. —Tempo de serviço effectivo em 30 de Setembro de 1911: 1 ano e 7 meses.

17 Bacharel Francisco António Ochôa, nomeado juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça por decreto de 24 de Agosto de 1910, publicado em 27, tomou posse em 30. Em 1910-1911 teve de excesso de licença 1 dia. —Tempo de serviço effectivo em 30 de Setembro de 1911: 1 ano, 1 mês e 7 dias.

18 Bacharel Acácio Pedro Ribeiro Álvares de Melo, nomeado juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça por decreto de 13 de Setembro de 1910, publicado em 16, tomou posse em 14 de Outubro. —Tempo de serviço effectivo em 30 de Setembro de 1911: 1 ano e 18 dias.

19 Bacharel Manuel José da Fonseca, nomeado juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça por decreto de 19 de Agosto de 1907, publicado em 29, tomou posse em 30. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício por decreto de 28 de Outubro, publicado em 2 de Novembro do dito ano. —Tempo de serviço effectivo em 30 de Setembro de 1911: 2 meses e 15 dias.

###### Juízes de 2.ª Instância

1 Bacharel Custódio Augusto da Silva Pinto de Abreu, juiz de direito promovido a 2.ª instância e nomeado para a Relação dos Açores por decreto de 22 de Março de 1900, publicado em 27, tomou posse em 25 de Maio. Transferido para a Relação do Porto por decreto de 1 de Agosto de 1901, publicado em 20, tomou posse em 11 de Setembro. Transferido para a Relação de Lisboa por decreto de 25 de Junho de 1904, publicado em 28, tomou posse em 30. Em 1905-1906 teve de excesso de ausência 16 dias; em 1906-1907, 3 dias. Nomeado vice-presidente da mesma Relação por decreto de 24 de Agosto de 1910, publicado em 27, tomou posse em 31. Nomeado presidente da dita Relação por decreto de 13 de Setembro seguinte, publicado em 16, tomou posse em 1 de Outubro. Exonerado do cargo de presidente por decreto de 24 do dito mês de Outubro, publicado em 25. Em 1910-1911 teve de excesso de ausência 6 meses e 25 dias. —Tempo de serviço effectivo em 30 de Setembro de 1911: 10 anos, 10 meses e 26 dias.

2 Bacharel Manuel José Dias Salgado e Carneiro, juiz de direito promovido a 2.ª instância e nomeado para a Relação dos Açores por decreto de 22 de Dezembro de 1900, publicado em 26, tomou posse em 30 de Janeiro de 1901. Transferido para a Relação do Porto por decreto de 24 de Maio de 1902, publicado em 5 de Junho, tomou posse em 1 de Agosto. Nomeado vice-presidente da mesma Relação por decreto de 16 de Setembro de 1909, publicado em 22, tomou posse em 12 de Outubro. Nomeado presidente da mesma Relação por decreto de 16 de Dezembro seguinte, publicado em 20, tomou posse em 7 de Janeiro de 1910. Exonerado do cargo de presidente por decreto de 24 de Outubro seguinte, publicado em 25. Em 1910-1911 teve de excesso de ausência dois dias. —Tempo de serviço effectivo em 30 de Setembro de 1911: 10 anos, 9 meses e 8 dias.

3 Bacharel Francisco Roberto de Araújo Magalhães Barros, juiz de direito promovido à 2.ª instância e nomeado para a Relação dos Açores por decreto de 29 de Março de 1900, publicado em 31, tomou posse em 26 de Maio. Nomeado presidente da mesma Relação por decreto de 2 de Setembro de 1901, publicado em 4, tomou posse em 11. Nomeado adjunto ao juiz relator do Supremo Conselho de Justiça Militar por decreto de 3 de Junho de 1902 publicado em 12, tomou posse em 3 de Julho, sendo exonerado por decreto de 2 de Novembro de 1910, publicado na *Ordem do Exército* de 3, em virtude do que ficou adido ao quadro da magistratura. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 10 anos, 7 meses e 5 dias.

4 Bacharel José Maria Pestana de Vasconcelos, juiz de direito promovido à 2.ª instância e nomeado para a Relação dos Açores por decreto de 21 de Fevereiro de 1901, publicado em 23, tomou posse em 25 de Abril. Transferido para a Relação do Pôrto por decreto de 24 de Maio de 1902, publicado em 5 de Junho, tomou posse em 29 de Julho. Em 1901-1902 teve de excesso de licença 38 dias. Nomeado vice-presidente da mesma Relação por decreto de 16 de Dezembro de 1909, publicado em 20, tomou posse em 11 de Janeiro de 1910. Exonerado do cargo de vice-presidente por decreto de 24 de Outubro seguinte, publicado em 25. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 10 anos e 6 meses.

5 Bacharel Joaquim António Coelho da Rocha, juiz de direito promovido à 2.ª instância e nomeado para a Relação dos Açores por decreto de 12 de Junho de 1901, publicado em 18, tomou posse em 10 de Agosto. Transferido para a Relação do Pôrto por decreto de 24 de Maio de 1902, publicado em 5 de Junho, tomou posse em 1 de Agosto. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 10 anos, 3 meses e 19 dias.

6 Bacharel Francisco José de Medeiros, juiz de direito promovido à 2.ª instância e nomeado para a Relação dos Açores por decreto de 1 de Agosto de 1901, publicado em 20, tomou posse em 17 de Outubro. Transferido para a Relação do Pôrto por decreto de 6 de Novembro de 1904, publicado em 10, tomou posse em 18. Transferido para a Relação de Lisboa por decreto de 17 de Setembro de 1904, publicado em 20, tomou posse em 5 de Outubro. Nomeado Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça por decreto de 14 de Maio de 1909, publicado em 15, foi exonerado por decreto de 26 de Outubro seguinte, publicado em 27. Nomeado vice-presidente da mesma Relação por decreto de 13 de Setembro de 1910, publicado em 16, tomou posse em 20. Nomeado presidente da dita Relação por decreto de 24 de Outubro seguinte, publicado em 25, tomou posse em 26. Em 1909-1910 teve de excesso de licença 3 dias; em 1910-1911, 10 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 10 anos, 1 mês e 17 dias.

7 Bacharel Abel Augusto Correia de Pinho, juiz de direito de 2.ª instância da magistratura judicial do ultramar, havendo completado 15 anos de serviço, apresentado no Ministério da Justiça e admitido no quadro da magistratura judicial do continente em 21 de Maio de 1902. Agregado à Relação do Pôrto por decreto de 14 de Junho de 1902, publicado em 18, tomou posse em 15 de Julho. Nomeado juiz da mesma Relação por decreto de 9 de Julho de 1903, publicado em 13, tomou posse em 28. Em 1903-1904 teve de excesso de ausência 1 dia; em 1905-1906, 1 dia; em 1906-1907, 1 dia. Nomeado presidente da dita Relação por decreto de 24 de Outubro de 1910, publicado em 25, tomou posse em 1 de Novembro. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 9 anos, 4 meses e 8 dias.

8 Bacharel António Augusto Fernandes Braga, juiz de direito promovido à 2.ª instância e nomeado para a Relação dos Açores por decreto de 24 de Maio de 1902, publicado em 5 de Junho, tomou posse em 26 de Julho. Nomeado presidente da mesma Relação por decreto de 25 de Julho de 1903, publicado em 29, tomou posse em 12 de Agosto. Transferido para a Relação do Pôrto por decreto de 11 de Fevereiro de 1904, publicado em 15, tomou posse em 12 de Abril. Transferido para a Relação de Lisboa por decreto de 13 de Setembro de 1910, publicado em 16, tomou posse em 1 de Outubro. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 9 anos, 4 meses e 8 dias.

9 Bacharel António Maria Vieira Lisboa, juiz de direito da 2.ª instância da magistratura judicial do ultramar, havendo completado 15 anos de serviço, apresentado no Ministério da Justiça e admitido no quadro da magistratura judicial do continente em 8 de Julho de 1902. Agregado à Relação de Lisboa por decreto de 6 de Setembro do mesmo ano, publicado em 10, tomou posse em 8 de Outubro. Nomeado definitivamente para a mesma Relação por decreto de 3 de Março de 1904, publicado em 9, tomou posse nesse dia. Em 1904-1905 teve de excesso de ausência 12 dias; em 1905-1906, 1 dia; em 1907-1908, 1 dia. Nomeado vice-presidente da dita Relação por decreto de 27 de Outubro de 1910, publicado em 28, tomou posse em 29. Em 1909-1910 teve de excesso de licença 13 dias; em 1910-1911, 2 meses e 1 dia. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 8 anos, 11 meses e 26 dias.

10 Bacharel Eduardo Pereira Tovar de Lemos, juiz de direito promovido à 2.ª instância e nomeado para a Relação dos Açores por decreto de 6 de Novembro de 1902, publicado em 10, tomou posse em 28 de Janeiro de 1903. Nomeado presidente da mesma Relação por decreto de 18 de Fevereiro de 1904, publicado em 5 de Março. Transferido para a Relação do Pôrto por decreto de 17 de Março de 1904, publicado em 21, tomou posse em 20 de Maio. Transferido para a Relação de Lisboa por decreto de 5 de Abril de 1906, publicado em 10, tomou posse em 9 de Maio. Em 1908-1909 teve de excesso de licença 2 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 8 anos, 8 meses e 2 dias.

11 Bacharel Francisco de Almeida Pessanha, juiz de direito, promovido à 2.ª instância e nomeado para a Relação dos Açores por decreto de 16 de Abril de 1903, publicado em 20, tomou posse em 27 de Julho seguinte. Transferido para a Relação do Pôrto por decreto de 25 de Junho de 1904, publicado em 28, tomou posse em 15 de Julho. Nomeado para presidir aos actos de direito na Universidade de Coimbra por portaria de 12 de Junho de 1911, publicada em 13, reassumiu as suas funções no Tribunal em 19 de Agosto seguinte. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 8 anos, 2 meses e 5 dias.

12 Bacharel Ricardo Xavier de Carvalho Liz Teixeira, juiz de direito promovido à 2.ª instância e nomeado para a Relação dos Açores por decreto de 10 de Maio de 1894, publicado em 15, tomou posse em 11 de Julho. Transferido para a Relação de Lisboa por decreto de 9 de Maio de 1895, publicado em 13, tomou posse em 10 de Julho. Transferido para a Relação dos Açores por decreto de 18 de Julho de 1895, publicado em 20, tomou posse em 14 de Setembro. Nomeado adjunto ao juiz relator do Supremo Conselho de Justiça Militar por decreto do Ministério da Guerra de 4 de Agosto de 1898, publicado em 2 de Setembro, tomou posse em 6. — Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício por decreto de 10 de Abril de 1902 publicado em 16. Em 1896-1897 teve de excesso de licença 4 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 7 anos, 11 meses e 4 dias.

13 Bacharel Afonso de Almeida Fernandes, juiz de direito promovido à 2.ª instância e nomeado para a Relação dos Açores por decreto de 7 de Janeiro de 1904, publicado em 11, tomou posse em 9 de Março. Transferido para a Relação do Pôrto por decreto de 7 de Dezembro de 1904, publicado em 10, tomou posse em 3 de Fevereiro. Transferido para a Relação de Lisboa por decreto de 16 de Maio de 1907, publicado em 22, tomou posse em 15 de Junho. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 7 anos, 8 meses e 25 dias.

14 Bacharel Joaquim Teixeira Sampaio, juiz de direito promovido à 2.ª instância e nomeado para a Relação dos Açores por decreto de 24 de Maio de 1902, publicado em 5 de Junho, tomou posse em 30 de Julho. Transferido para a Relação do Pôrto por decreto de 18 de Fevereiro de 1904, publicado em 1 de Março, tomou posse em 26. Nomeado vogal extraordinário do Supremo Tribunal Administrativo por decreto de 4 de Abril de 1904, publicado em 5, tomou posse em 20. Transferido para a Relação de Lisboa por decreto de 14 de Dezembro de 1905, publicado em 16, tomou posse em 23. Exonerado do cargo de vogal extraordinário do Supremo Tribunal Administrativo por decreto de 18 de Janeiro de 1906, publicado em 23. Em 1902-1903 teve de excesso de licença 11 meses; em 1903-1904, 3 meses e 20 dias; em 1908-1909, 4 dias; em 1910-1911, 6 meses e 9 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 7 anos, 7 meses e 5 dias.

15 Bacharel Alexandre de Sousa e Melo, juiz de direito promovido à 2.ª instância e nomeado para a Relação dos Açores por decreto de 3 de Março de 1904, publicado em 9, tomou posse em 9 de Maio. Transferido para a Relação do Pôrto por decreto de 23 de Janeiro de 1905, publicado em 26, tomou posse em 24 de Fevereiro. Em 1904-1905 teve de excesso de ausência 45 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 7 anos, 5 meses e 14 dias.

16 Bacharel Joaquim de Melo Ribeiro Pinto, juiz de direito promovido à 2.ª instância e nomeado para a Relação dos Açores por decreto de 23 de Maio de 1904, publicado em 15 de Junho, tomou posse em 13 de Agosto. Transferido para a Relação do Pôrto por decreto de 25 de Setembro de 1905, publicado em 3 de Outubro, tomou posse em 27. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 7 anos, 4 meses e 9 dias.

17 Bacharel Manuel Alves da Silva, juiz de direito promovido à 2.ª instância e nomeado para a Relação dos Açores por decreto de 25 de Junho de 1904, publicado em 28, tomou posse em 27 de Agosto. Transferido para a Relação do Pôrto por decreto de 25 de Setembro de 1905, publicado em 3 de Outubro, tomou posse em 27. Em 1909-1910 teve de excesso de licença 1 dia. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 7 anos, 3 meses e 5 dias.

18 Bacharel Augusto Maria de Castro, juiz de direito promovido à 2.ª instância e nomeado para a Relação dos Açores por decreto de 17 de Setembro de 1904, publi-

cado em 20, tomou posse em 12 de Outubro, continuando em comissão no lugar de auditor do Tribunal do Contencioso Fiscal junto da Alfândega do Pôrto, para que fôra nomeado por decreto de 6 de Outubro de 1899, publicado em 7 de Novembro, e do qual havia tomado posse em 10. Colocado no lugar de juiz da Relação de Lisboa por decreto de 29 de Abril de 1909, publicado em 3 de Maio, tomou posse em 26. Em 1909-1910 teve de excesso de licença 19 dias; em 1910-1911, 5 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos, 11 meses e 20 dias.

19 Bacharel Eduardo Martins da Costa, juiz de direito promovido à 2.ª instância e nomeado para a Relação dos Açores por decreto de 9 de Novembro de 1904, publicado em 19, tomou posse em 11 de Janeiro de 1905. Transferido para a Relação do Pôrto por decreto de 14 de Dezembro de 1905, publicado em 16, tomou posse em 19. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos, 10 meses e 22 dias.

20 Bacharel Carlos Augusto Velez Caldeira Castelo Branco, juiz de direito promovido à 2.ª instância e nomeado para a Relação dos Açores por decreto de 15 de Dezembro de 1904, publicado em 20, tomou posse em 11 de Janeiro de 1905. Transferido para a Relação do Pôrto por decreto de 17 de Março de 1906, publicado em 20, tomou posse em 15 de Maio. Transferido para a Relação de Lisboa por decreto de 9 de Outubro de 1907, publicado em 16, tomou posse em 9 de Novembro. Colocado no quadro da Relação de Loanda por decreto com força de lei de 14 de Janeiro de 1911, publicado em 16, tomou posse em 17 de Abril. Colocado novamente na Relação de Lisboa, e na mesma situação que tinha anteriormente, por decreto com força de lei de 5 de Junho de 1911, publicado em 6, tomou posse em 16 de Agosto. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos, 9 meses e 17 dias.

21 Bacharel António Teixeira Alves Martins, juiz de direito promovido à 2.ª instância e nomeado para a Relação dos Açores por decreto de 15 de Dezembro de 1904, publicado em 4 de Janeiro de 1905, tomou posse em 27 de Fevereiro. Transferido para a Relação do Pôrto por decreto de 5 de Abril de 1906, publicado em 10, tomou posse em 12 de Junho, fora do prazo legal por motivo de doença justificada. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos, 9 meses e 17 dias.

22 Bacharel Manuel Álvaro dos Reis e Lima, juiz de direito de 2.ª instância da magistratura judicial do ultramar, havendo completado quinze anos de serviço, apresentado no Ministério da Justiça e admitido no quadro da magistratura judicial do continente em 21 de Janeiro de 1905. Agregado à Relação do Pôrto por decreto de 27 de Fevereiro de 1905, publicado em 1 de Março, tomou posse em 28. Colocado na Relação de Lisboa por decreto de 14 de Novembro de 1907, publicado em 20, tomou posse em 18 de Dezembro. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos, 8 meses e 11 dias.

23 Bacharel João Maria da Rocha Calisto, juiz de direito promovido à 2.ª instância e nomeado para a Relação dos Açores por decreto de 23 de Janeiro de 1905, publicado em 26, tomou posse em 8 de Fevereiro. Transferido para a Relação do Pôrto por decreto de 31 de Outubro de 1906, publicado em 24 de Novembro, tomou posse em 18 de Dezembro. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos, 8 meses e 9 dias.

24 Bacharel Augusto da Cunha Pimentel, juiz de direito promovido à 2.ª instância e nomeado para a Relação dos Açores por decreto de 11 de Fevereiro de 1905, publicado em 16, tomou posse em 27. Colocado na Relação do Pôrto por decreto de 14 de Novembro de 1907, publicado em 20, tomou posse em 13 de Dezembro. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos, 7 meses e 18 dias.

25 Bacharel Francisco de Meireles Leite Pereira de Abreu e Sousa, juiz de direito promovido à 2.ª instância e nomeado para a Relação dos Açores por decreto de 1 de Dezembro de 1904, publicado em 10, tomou posse em 8 de Fevereiro de 1905. Transferido para a Relação do Pôrto por decreto de 1 de Março de 1906, publicado em 7, tomou posse em 9. Em 1904-1905 teve de excesso de ausência 3 meses e 3 dias; em 1905-1906, 29 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos, 5 meses e 28 dias.

26 Bacharel António Henriques Rodrigues da Costa, juiz de direito promovido à 2.ª instância e nomeado para a Relação dos Açores por decreto de 25 de Setembro de 1905, publicado em 3 de Outubro, tomou posse em 25 de Novembro. Nomeado presidente da mesma relação por decreto de 14 de Maio de 1908, publicado em 21, tomou posse em 10 de Junho. Transferido para a Relação do Pôrto por decreto de 9 de Julho seguinte, publicado em 14, tomou posse em 28 de Agosto. Nomeado vice-presidente da mesma relação por decreto de 24 de Outubro de 1910, publicado em 25, tomou posse em 15 de Novembro. Nomeado para presidir aos actos de direito na Universidade de Coimbra por portaria de 13 de Junho de 1911, publicada em 16, reassumiu as suas funções no Tribunal da Relação em 24 de Agosto. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos, e 6 dias.

27 Bacharel José da Cunha Eça Azevedo, juiz de direito, promovido à 2.ª instância e nomeado para a Relação dos Açores por decreto de 5 de Janeiro de 1899, publicado em 9, tomou posse em 1 de Março. Transferido para a Relação do Pôrto por decreto de 22 de Março de 1900, publicado em 27, tomou posse em 25 de Maio. Transferido para a Relação de Lisboa por decreto de 7 de Janeiro de 1904, publicado em 11, tomou posse em 10 de Fevereiro. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício por decreto de 14 de Dezembro de 1905, publicado em 16. Em 1900-1901 teve de excesso de licença 63 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 5 anos, 9 meses e 10 dias.

28 Bacharel Mateus Teixeira de Azevedo, juiz de direito promovido à 2.ª instância e nomeado para a Relação dos Açores por decreto de 26 de Dezembro de 1905, publicado em 8 de Janeiro de 1906, tomou posse em 31. Transferido para a Relação de Lisboa por decreto de 14 de Novembro de 1907, publicado em 20, tomou posse neste dia. Em 1909-1910 teve de excesso de licença 24 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 5 anos, 8 meses e 12 dias;

29 Bacharel Francisco Teixeira de Mesquita, juiz de direito de 2.ª instância da magistratura judicial do ultramar, havendo completado 15 anos de serviço, apresentado no Ministério da Justiça e admitido no quadro da magistratura judicial do continente em 27 de Janeiro de 1906. Agregado à Relação dos Açores por decreto de 20 de Março de 1906, publicado em 21, tomou posse em 14 de Abril. Nomeado definitivamente para a mesma relação por decreto de 22 de Fevereiro de 1907, publicado em 27, tomou posse em 9 de Março. Nomeado presidente da dita Relação por decreto de 23 de Julho de 1908, publicado em 30, tomou posse em 19 de Agosto. Extinta a Relação dos Açores por decreto de 24 de Outubro de 1910, publicado em 25, extinção que se tornou efectiva em 30 de Novembro seguinte, ficou desde esta data adido ao quadro até que foi agregado à Relação de Lisboa por decreto de 6 de Janeiro de 1911, publicado em 10. Declarado sem efeito este despacho, e agregado à Relação do Pôrto por decreto de 11 do mesmo mês, publicado em 16, tomou posse em 14 de Fevereiro. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911, tendo o desconto de 1 mês e 11 dias pelo tempo que esteve adido: 5 anos, 6 meses e 24 dias.

30 Bacharel Alfredo Augusto de Mendonça David, juiz de direito de 2.ª instância da magistratura judicial do ultramar, havendo completado 15 anos de serviço, apresentado no Ministério da Justiça e admitido no quadro da magistratura judicial do continente em 7 de Abril de 1906. Agregado à Relação de Lisboa por decreto de 6 de Setembro de 1906, publicado em 12, tomou posse em 3 de Outubro. Nomeado juiz da mesma Relação por decreto de 21 de Maio de 1908, publicado em 26, tomou posse em 27. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 5 anos, 5 meses e 24 dias.

31 Bacharel Augusto Carlos Xavier, juiz de direito promovido à 2.ª instância e nomeado para a Relação dos Açores por decreto de 5 de Abril de 1906, publicado em 10, tomou posse em 26 de Maio. Transferido para a Relação do Pôrto por decreto de 21 de Janeiro de 1909, publicado em 28, tomou posse em 23 de Março. Em 1909-1910, teve de excesso de ausência 5 dias; em 1910-1911 9 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 5 anos, 5 meses e 12 dias.

32 Bacharel Eduardo Alfredo Braga de Oliveira, juiz de direito promovido à 2.ª instância e nomeado para a Relação dos Açores por decreto de 17 de Março de 1906, publicado em 20, tomou posse em 9 de Maio. Transferido para a Relação do Pôrto por decreto de 14 de Novembro de 1907, publicado em 20, tomou posse em 17 de Dezembro. Transferido para a Relação de Lisboa por decreto de 22 de Fevereiro de 1908, publicado em 27, tomou posse em 18 de Março. Em 1906-1907 teve de excesso de ausência 47 dias. Nomeado vice-presidente da mesma Relação por decreto de 24 de Outubro de 1910, publicado em 25, foi este despacho declarado sem efeito por decreto de 27 do mesmo mês, publicado em 28. Nomeado para presidir aos actos de direito da Universidade de Coimbra por portaria de 12 de Junho de 1911, publicada em 13, reassumiu no tribunal em 17 de Agosto as suas funções, de que estava ausente desde 14 do dito mês de Junho. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 5 anos, 4 meses e 28 dias.

33 Bacharel José de Bettencourt da Silveira e Ávila, juiz de direito promovido à 2.ª instância e nomeado para a Relação dos Açores por decreto de 5 de Março de 1903, publicado em 16, tomou posse em 13 de Maio seguinte. Nomeado presidente da mesma Relação por decreto de 17 de Março de 1904, publicado em 21, tomou posse em 27 de Abril. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício por decreto de 14 de Maio de 1908, publicado em 21. Em 1902-1903 teve de excesso de licença 30 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 5 anos, 1 mês e 17 dias.

34 Bacharel Antonio das Neves Oliveira e Sousa, juiz de direito promovido à 2.ª instância e nomeado para a Relação dos Açores por decreto de 25 de Fevereiro de 1904, publicado em 2 de Março, tomou posse em 24. Nomeado para exercer em comissão o lugar de auditor do

Tribunal Superior do Contencioso Fiscal por decreto de 13 de Agosto de 1906, publicado em 10 de Setembro. Colocado na Relação de Lisboa por decreto de 14 de Novembro de 1907, publicado em 20, tomou posse em 27. Nomeado reitor da Universidade de Coimbra, por decreto de 28 de Novembro de 1907, publicado em 3 de Dezembro. Exonerado, como requereu, por decreto de 10 de Março de 1908, publicado em 12. Colocado no quadro da magistratura judicial, sem exercício, por decreto de 1 de Abril de 1909, publicado em 3. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 5 anos, 1 mês e 7 dias.

35 Bacharel José Maria de Sousa Andrade, juiz de direito de 2.ª instância da magistratura judicial do ultramar, havendo completado 15 anos de serviço, apresentado no Ministério da Justiça e admitido no quadro da magistratura judicial do continente em 18 de Dezembro de 1906. Agregado à Relação de Lisboa por decreto de 10 de Janeiro de 1907, publicado em 15, tomou posse em 30. Nomeado juiz da mesma Relação por decreto de 25 de Novembro de 1909, publicado em 2 de Dezembro, tomou posse em 9. Nomeado para presidir aos actos da faculdade de direito na Universidade de Coimbra por portaria de 12 de Junho de 1911, publicada em 13, reassumiu as suas funções no Tribunal da Relação em 18 de Agosto. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 4 anos, 9 meses e 14 dias.

36. Bacharel Francisco Maria da Veiga, juiz de direito promovido à 2.ª instância e nomeado para a Relação dos Açores, por decreto de 14 de Dezembro de 1905, publicado em 26, tomou posse em 27. Reconduzido novamente no lugar que exercia de juiz de instrução criminal de Lisboa, por decreto de 14 de Dezembro de 1905, publicado em 16. Exonerado deste cargo e colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício, por decretos de 12 de Dezembro de 1907, publicados em 14. Colocado na Relação de Lisboa por decreto de 14 de Janeiro de 1909, publicado em 19, tomou posse em 23. Em 1910-1911 teve de excesso de licença 17 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 4 anos, 8 meses e 1 dia.

37 Bacharel César Augusto Homem de Abranches Brandão, juiz de direito promovido à 2.ª instância e nomeado para a Relação dos Açores por decreto de 5 de Abril de 1906, publicado em 10, tomou posse em 26 de Maio. Transferido para a Relação do Pôrto, por decreto de 22 de Fevereiro de 1908, publicado em 27, tomou posse em 28 de Abril. Transferido para a Relação de Lisboa por decreto de 21 de Janeiro de 1909, publicado em 26, tomou posse em 29 de Fevereiro. Em 1906-1907 teve de excesso de licença 27 dias; em 1907-1908, 2 dias. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício por decreto com força de lei de 22 de Dezembro de 1910, publicado em 23. Colocado novamente na Relação de Lisboa por decreto de 5 de Junho de 1911, publicado em 6, ficou adido ao quadro da magistratura por ter atingido o limite de idade. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 4 anos, 7 meses e 19 dias.

38 Bacharel Artur Rodrigues de Almeida Ribeiro, juiz de direito de 2.ª instância da magistratura judicial do ultramar, havendo completado 15 anos de serviço, apresentado no Ministério da Justiça e admitido no quadro da magistratura judicial do continente em 5 de Março de 1907. Agregado à Relação de Lisboa por decreto de 11 de Abril de 1907, publicado em 15, tomou posse em 1 de Maio. Colocado definitivamente na mesma Relação por decreto de 2 de Março de 1910, publicado em 8, tomou posse em 12. Nomeado para presidir aos actos de direito na Universidade de Coimbra por portaria de 12 de Junho de 1911, publicado em 13, reassumiu as suas funções no Tribunal da Relação em 17 de Agosto. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 4 anos, 6 meses e 27 dias.

39 Bacharel Alexandre de Barbosa Mendonça, juiz de direito de 2.ª instância da magistratura judicial do ultramar, havendo completado 15 anos de serviço, apresentado no Ministério da Justiça e admitido no quadro da magistratura judicial do continente em 23 de Março de 1907. Agregado à Relação do Pôrto por decreto de 11 de Abril de 1907, publicado em 15, tomou posse em 30. Colocado definitivamente na Relação do Pôrto por decreto de 13 de Setembro de 1910, publicado em 16, tomou posse em 11 de Outubro. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 4 anos, 6 meses e 9 dias.

40 Bacharel António Maria de Sousa Horta e Costa, juiz de direito de 2.ª instância da magistratura judicial do ultramar, havendo completado 15 anos de serviço, apresentado no Ministério da Justiça e admitido no quadro da magistratura judicial do continente em 3 de Abril de 1907. Agregado à Relação de Lisboa por decreto de 11 de Abril de 1907, publicado em 15, tomou posse em 1 de Maio. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 4 anos, 5 meses e 28 dias.

41 Bacharel Basílio Alberto de Lencastre da Veiga, juiz de direito de 2.ª instância da magistratura do ultramar, havendo completado 15 anos de serviço, apresentado no Ministério da Justiça e admitido no quadro da magistratura judicial do continente em 3 de Abril de 1907.

Agregado à Relação de Lisboa por decreto de 11 de Abril de 1907, publicado em 15, tomou posse em 15 de Maio. Por decreto com força de lei de 21 de Dezembro de 1910, publicado em 22, deixou de pertencer ao Tribunal da Relação de Lisboa e foi colocado no Tribunal da Relação de Nova Goa, onde tomou posse em 27 de Março de 1911. Sendo novamente colocado na Relação de Lisboa e na mesma situação que tinha anteriormente, por decreto de 5 de Junho seguinte, publicado em 6, tomou posse em 15 de Agosto. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 4 anos, 5 meses e 28 dias.

42 Bacharel António Rodrigues de Almeida Ribeiro, juiz de direito promovido à 2.ª instância e nomeado para a Relação dos Açores por decreto de 18 de Fevereiro de 1905, publicado em 23, tomou posse em 10 de Abril. Nomeado vogal extraordinário do Supremo Tribunal Administrativo por decreto de 18 de Janeiro de 1906, publicado em 23. Em 1904-1905 teve de excesso de ausência 107 dias; em 1905-1906, 79 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 4 anos, 1 mês e 5 dias.

43 Bacharel Manuel Maria de Sousa Cruz Vieira, juiz de direito de 2.ª instância da magistratura do ultramar, havendo completado 15 anos de serviço, apresentado no Ministério da Justiça e admitido no quadro da magistratura judicial do continente em 24 de Outubro de 1907. Agregado à Relação de Lisboa por decreto de 28 de Novembro seguinte, publicado em 4 de Dezembro, tomou posse em 21. Em 1907-1908 teve de excesso de licença 9 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911; 3 anos, 10 meses e 28 dias.

44 Bacharel Abel de Matos Abreu, juiz de direito promovido à 2.ª instância e nomeado para a Relação dos Açores por decreto de 1 de Agosto de 1907, publicado em 8, tomou posse em 31. Transferido para a Relação de Lisboa por decreto de 29 de Abril de 1909, publicado em 3 de Maio, tomou posse em 2 de Junho. Por decreto com força de lei de 21 de Dezembro de 1910, publicado em 22, deixou de pertencer ao Tribunal da Relação de Lisboa e foi colocado no Tribunal da Relação de Nova Goa, onde tomou posse em 1 de Maio de 1911, fora do prazo legal. Sendo novamente colocado na Relação de Lisboa, e na situação que anteriormente tinha, por decreto com força de lei de 5 de Junho seguinte, publicado em 6, apresentou-se no Ministério da Justiça em 21 de Julho, e tomou posse do seu lugar em 18 de Agosto. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 3 anos, 9 meses e 21 dias.

45 Bacharel António Augusto Barbosa Viana, juiz de direito de 2.ª instância da magistratura judicial do ultramar, havendo completado 15 anos de serviço, apresentado no Ministério da Justiça e admitido no quadro da magistratura judicial do continente em 31 de Janeiro de 1908. Agregado à Relação de Lisboa por decreto de 15 de Fevereiro, publicado em 20, tomou posse em 22. Por decreto com força de lei de 21 de Dezembro de 1910, publicado em 22, deixou de pertencer ao Tribunal da Relação de Lisboa e foi colocado no Tribunal da Relação de Nova Goa, onde tomou posse em 28 de Março de 1911. Sendo novamente colocado na Relação de Lisboa, e na mesma situação que tinha anteriormente, por decreto com força de lei de 5 de Junho seguinte, publicado em 6, tomou posse em 26 de Julho. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 3 anos, 8 meses e 1 dia.

46 Bacharel António Dias de Abreu, juiz de direito promovido à 2.ª instância e nomeado para a Relação dos Açores por decreto de 22 de fevereiro de 1908, publicado em 27, tomou posse em 26 de Março. Transferido para a Relação do Pôrto por decreto de 16 de Dezembro de 1909, publicado em 23, tomou posse em 28 de Janeiro de 1910. Em 1910-1911 teve de excesso de ausência 3 meses. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 3 anos, 4 meses e 8 dias.

47 Bacharel Augusto Mendes Barata, juiz de direito promovido à 2.ª instância e nomeado para a Relação dos Açores por decreto de 13 de Agosto de 1908, publicado em 21, tomou posse em 10 de Outubro. Transferido para a Relação do Pôrto por decreto de 16 de Dezembro de 1909, publicado em 23, tomou posse em 18 de Fevereiro de 1910. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 3 anos, 1 mês e 19 dias.

48 Bacharel Francisco António Pinto, juiz de direito promovido à 2.ª instância e colocado na Relação dos Açores por decreto de 30 de Maio de 1908, publicado em 11 de Junho, tomou posse em 20. Nomeado por decreto de 21 de Janeiro de 1909, publicado em 29, para exercer provisoriamente, em comissão, o lugar de auditor do Tribunal Superior do Contencioso Fiscal. Em 1908-1909 teve de excesso de ausência 82 dias. Transferido por decreto de 24 de Outubro de 1910, publicado em 25, para a Relação do Pôrto onde ficou agregado, por ter terminado a comissão, tomou posse em 22 de Novembro. Nomeado em portaria de 26 deste mês, publicada em 28, para, em comissão, proceder a inquerito às Repartições do Ministério da Justiça, deixou de exercer as suas funções no Tribunal da Relação em 29. Nomeado em portaria de 12 de Junho de 1911, publicado em 13, para presidir aos actos

da faculdade de direito na Universidade de Coimbra. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro 1911: 3 anos, 1 mês e 10 dias.

49 Bacharel Platão Jemmi Zorai Cordeiro do Amaral Guerra, juiz de direito promovido à 2.ª instância e nomeado para a Relação dos Açores por decreto de 14 de Novembro de 1907, publicado em 20, tomou posse em 9 de Janeiro de 1908. Em 1908-1909 teve de excesso de licença 8 dias. Extinta a Relação dos Açores por decreto de 24 de Outubro de 1910, publicado em 25, extinção que se tornou efectiva em 30 de Novembro seguinte, ficou desde esta data adido ao quadro da magistratura judicial. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 3 anos e 9 dias.

50 Bacharel Bernardo Nunes Garcia, juiz de direito de 2.ª instância da magistratura judicial do ultramar, havendo completado 15 anos de serviço, apresentado no Ministério da Justiça e admitido no quadro da magistratura judicial do continente em 9 de Outubro de 1908. Agregado à Relação do Pôrto por decreto de 15 do mesmo mês, publicado em 21, tomou posse em 30. Transferido para a Relação de Lisboa por decreto de 26 de Novembro de 1910 publicado em 30, tomou posse em 21 de Dezembro. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 2 anos, 11 meses e 23 dias.

51 Bacharel Fernando Frederico Bartolomeu, juiz de direito promovido à 2.ª instância e nomeado para a Relação dos Açores por decreto de 21 de Janeiro de 1909, publicado em 28, tomou posse em 17 de Março. Transferido para a Relação do Pôrto por decreto de 10 de Março de 1910, publicado em 31, tomou posse em 30 de Abril. Transferido para a Relação de Lisboa por decreto de 13 de Setembro seguinte, publicado em 16, tomou posse em 22 de Outubro. Nomeado adjunto ao juiz relator do Supremo Conselho de Justiça Militar por decreto de 2 de Novembro, publicado na *Ordem do Exército* n.º 6, tomou posse em 25. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 2 anos, 8 meses e 11 dias.

52 Bacharel Francisco António de Almeida, juiz de direito de 2.ª instância da magistratura do ultramar, havendo completado 15 anos de serviço, apresentado no Ministério da Justiça em 29 de Março de 1909. Colocado no quadro da magistratura judicial do continente do reino, e agregado à Relação de Lisboa por decreto de 1 de Abril de 1909, publicado em 3, tomou posse em 1 de Maio. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 2 anos, 6 meses e 3 dias.

53 Bacharel Abel Pereira do Vale, juiz de direito promovido à 2.ª instância e nomeado para a Relação dos Açores por decreto de 4 de Outubro de 1899, publicado em 6, tomou posse em 4 de Abril de 1900, fora do prazo legal. Nomeado vogal da comissão criada pelo artigo 5.º da carta de lei de 28 de Junho de 1888, por decreto de 17 de Maio de 1900, publicado em 12 de Junho. Transferido para a Relação do Pôrto por decreto de 19 de Julho de 1901, publicado em 23, tomou posse em 20 de Agosto. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício por decreto de 17 de Abril de 1902, publicado em 5 de Junho. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 2 anos, 2 meses e 4 dias.

54 Bacharel Manuel Pereira Pimenta de Sousa e Castro, juiz de direito da 2.ª instância da magistratura judicial do ultramar, havendo completado 15 anos de serviço efectivo, admitido no quadro da magistratura judicial do continente por despacho de 18 de Outubro de 1909, e posto à disposição do Ministério da Justiça em 20 do mesmo mês. Agregado à Relação de Lisboa por decreto de 16 de Dezembro de 1909, publicado em 23, tomou posse em 21 de Janeiro de 1910. Por decreto com força de lei de 21 de Dezembro de 1910, publicado em 22, deixou de pertencer ao Tribunal da Relação de Lisboa e foi colocado no Tribunal da Relação de Nova Gôa, onde tomou posse em 28 de Março de 1911. Sendo novamente colocado na Relação de Lisboa, e na mesma situação que tinha anteriormente, por decreto com força de lei de 5 de Junho seguinte, publicado em 6, tomou posse em 12 de Julho. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 1 ano, 11 meses e 14 dias.

55 Bacharel António Augusto Freire Ribeiro de Campos, juiz de direito promovido à 2.ª instância e nomeado para a Relação dos Açores por decreto de 16 de Setembro de 1909, publicado em 22, foi-lhe prorogado o prazo para a posse, que tomou em 26 de Novembro, sendo-lhe por isso contada a antiguidade desde este dia. Transferido para a Relação do Pôrto por decreto de 13 de Setembro de 1910, publicado em 16, tomou posse em 4 de Outubro. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 1 ano, 10 meses e 5 dias.

56 Bacharel José Rodrigues de Almeida Ribeiro, juiz de direito promovido à 2.ª instância e nomeado para a Relação dos Açores por decreto de 16 de Dezembro de 1909, publicado em 23, tomou posse em 26 de Janeiro de 1910. Extinta a Relação dos Açores por decreto de 24 de Outubro de 1910, publicado em 25, foi por decreto do mesmo dia 24, publicado também em 25, agregado à Relação do Pôrto, onde tomou posse em 18 de Novembro. Nomeado para presidir aos actos de direito na Universidade de Coimbra em portaria de 12 de Junho de 1911, publicada em 13, deixou de exercer em 15 as suas func-

ções no Tribunal, reassumindo-as em 19 de Agosto. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 1 ano, 9 meses e 14 dias.

57 Bacharel Anibal Correia Taborda, juiz de direito promovido à 2.ª instância e nomeado para a Relação dos Açores por decreto de 16 de Dezembro de 1909, publicado em 23, tomou posse em 9 de Fevereiro de 1910. Extinta a Relação dos Açores por decreto de 24 de Outubro de 1910, publicado em 25, extinção que se tornou efectiva em 30 de Novembro seguinte, ficou adido ao quadro da magistratura. Agregado à Relação do Pôrto por decreto de 6 de Janeiro de 1911, publicado em 10, tomou posse em 24. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911, não se lhe levando em conta o tempo que esteve adido: 1 ano, 8 meses e 12 dias.

58 Bacharel Joaquim Ferreira de Pina Calado, juiz de direito promovido à 2.ª instância e colocado na Relação dos Açores por decreto de 10 de Março de 1910, publicado em 31, tomou posse em 9 de Maio. Extinta a Relação dos Açores por decreto de 24 de Outubro seguinte, publicado em 25, foi por decreto do mesmo dia 24, publicado também em 25, agregado à Relação do Pôrto, tomando posse em 4 de Novembro. Transferido para a Relação de Lisboa por decreto de 26 deste último mês, publicado em 30, tomou posse em 21 de Dezembro. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 1 ano, 6 meses e 22 dias.

59 Bacharel Francisco Augusto da Silva Lial, juiz de direito promovido à 2.ª instância e colocado na Relação dos Açores por decreto de 16 de Abril de 1910, publicado em 23, tomou posse em 25 de Maio. Extinta a Relação dos Açores por decreto de 24 de Outubro, publicado em 25, foi por decreto do mesmo dia 24, publicado também em 25, agregado à Relação do Pôrto, onde tomou posse em 28. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 1 ano, 5 meses e 15 dias.

60 Bacharel Alberto de Sousa Larcher, juiz de direito de 2.ª instância das colónias, havendo completado 15 anos de serviço, foi admitido no quadro da magistratura do continente por despacho de 30 de Julho de 1910. Agregado à Relação de Lisboa por decreto de 23 de Novembro seguinte, publicado em 14 de dezembro, tomou posse por procuração em 12 de Janeiro de 1911, continuando na comissão que estava exercendo, de juiz dos tribunais mixtos do Egito. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 1 ano, dois meses e 2 dias.

61 Bacharel José Paulo Monteiro Cancela, juiz de direito promovido à 2.ª instância e nomeado para a Relação dos Açores por decreto de 13 de Setembro de 1910, publicado em 16. Extinta a Relação dos Açores por decreto de 24 de Outubro, publicado em 25, foi por decreto do mesmo dia 24, publicado também em 25, agregado à Relação do Pôrto, tomando posse em 1 de Novembro. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 1 ano e 18 dias.

62 Bacharel Arnaldo Mendes Norton de Matos, juiz de direito de 2.ª instância das colónias, tendo completado 15 anos de serviço foi admitido no quadro da magistratura do continente por despacho de 8 de Dezembro de 1910. Agregado à Relação de Lisboa por decreto de 29 do mesmo mês, publicado em 3 de Janeiro de 1911, tomou posse em 28. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 9 meses e 24 dias.

63 Bacharel Albano de Magalhães, juiz de direito de 2.ª instância das colónias, havendo completado 15 anos de serviço foi admitido no quadro da magistratura judicial do continente por despacho de 8 de Dezembro de 1910. Agregado à Relação do Pôrto por decreto de 29 do mesmo mês, publicado em 3 de Janeiro de 1911, tomou posse em 27 deste mês. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 9 meses e 24 dias.

64 Bacharel Bernardo Botelho da Costa, juiz de direito de 2.ª instância das colónias, havendo completado 15 anos de serviço, foi admitido no quadro da magistratura do continente por despacho de 10 de Janeiro de 1911. Agregado à Relação de Lisboa por decreto de 19 do mesmo mês, publicado em 21, tomou posse em 20 de Fevereiro. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 8 meses e 21 dias.

65 Bacharel António Moreira Barroso, juiz de direito promovido à 2.ª instância e nomeado para a Relação dos Açores por decreto de 20 de Abril de 1899, publicado em 25, tomou posse em 10 de Junho. Colocado no quadro da magistratura judicial, sem exercício, por decreto de 4 de Outubro do mesmo ano, publicado em 6. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 5 meses e 17 dias.

66 Bacharel António Joaquim Margarido Pacheco, juiz de direito promovido à 2.ª instância e nomeado para a Relação dos Açores por decreto de 21 de Novembro de 1903, publicado em 25, tomou posse em 26 de Janeiro de 1904, fora do prazo legal, pelo que se lhe conta o tempo de serviço efectivo só desde esta data. Colocado no quadro da magistratura judicial, sem exercício, por decreto de 3 de Março seguinte, publicado em 9. Teve de excesso de licença 8 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 1 mês e 7 dias.

67 Bacharel António Leite Pereira Jardim, juiz de direito promovido à 2.ª instância e nomeado para a Relação dos Açores por decreto de 17 de Outubro de 1904, publicado em 21, tomou posse por procuração, em 13 de Novembro. Colocado no quadro da magistratura judicial, sem exercício, por decreto de 9 do dito mês de Novembro, publicado em 19, não constando que tenha exercido o lugar.

## Juizes de 1.ª Instância

## 1.ª Classe

1 Bacharel José Guilherme Pereira Barreiros, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de Fafe por decreto de 8 de Julho de 1899, publicado em 11, tomou posse em 5 de Agosto. Transferido para o lugar de juiz presidente do Tribunal do Comercio do Pôrto por decreto de 9 de Março de 1905, publicado em 17, tomou posse em 13 de Abril. Em 1899-1900 teve de excesso de licença 2 dias; em 1900-1901, 8 dias; em 1905-1906, 8 dias; em 1910-1911, 20 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 12 anos, 1 mês e 16 dias.

2 Bacharel Artur Alberto de Campos Henriques, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca das Caldas da Rainha por decreto de 30 de Junho de 1899, publicado em 3 de Julho, tomou posse em 12. Nomeado Ministro e Secretário de Estado dos Negocios Eclesiásticos e de Justiça por decreto de 25 de Junho de 1900, publicado em 26. Nomeado Par do Reino por decreto de 29 de Dezembro de 1900, publicado em 31. Transferido para a 3.ª vara cível da comarca de Lisboa por decreto de 17 de Agosto de 1904, publicado em 23, tomou posse em 27. Por ter sido exonerado do cargo de Ministro e Secretário de Estado dos Negocios Eclesiásticos e de Justiça, por decreto de 20 de Outubro de 1904, assumiu as funções do seu cargo em 3 de Novembro. Nomeado Ministro e Secretário de Estado dos Negocios Eclesiásticos e de Justiça por decreto de 20 de Março de 1906, publicado em 21. Por ter sido exonerado deste cargo por decreto de 19 de Maio de 1906, publicado em 21, reassumiu neste dia as funções do seu cargo. Transferido para a 4.ª vara cível de Lisboa por decreto de 1 de Agosto de 1907, publicado em 8, tomou posse em 10. Nomeado Ministro e Secretário de Estado dos Negocios Eclesiásticos e de Justiça por decreto de 4 de Fevereiro de 1908, publicado em 5. Exonerado deste cargo e nomeado Presidente do Conselho de Ministros e Ministro e Secretário de Estado dos Negocios do Reino por decretos de 25 de Dezembro seguinte, publicados em 26. Exonerado destes cargos por decretos de 11 de Abril de 1909, publicados em 12, assumiu as suas funções em 20. Em 1910-1911 teve de excesso de licença 2 meses e 12 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 12 anos e 20 dias.

3 Bacharel António Honorato Marques Perdigo, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca da Covilhã por decreto de 20 de Setembro de 1899, publicado em 22, tomou posse em 20 de Outubro. Transferido para o 2.º distrito criminal do Pôrto por decreto de 14 de Junho de 1902, publicado em 18, tomou posse em 14 de Julho. Transferido para a 4.ª vara da mesma comarca por decreto de 29 de Janeiro de 1903, publicado em 3 de Fevereiro, tomou posse em 4 de Fevereiro. Transferido para a 1.ª vara cível da mesma comarca por decreto de 31 de Dezembro de 1908, publicado em 13 de Março de 1909, tomou posse em 16. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 12 anos e 11 dias.

4 Bacharel Alvaro de Moura Coelho, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de Portalegre por decreto de 7 de Setembro de 1899, publicado em 11. Por decreto de 7 de outubro seguinte, publicado em 10, foi declarado este despacho sem efeito e nomeado para o 3.º distrito criminal do Pôrto, onde tomou posse em 6 de Novembro. Transferido para a 3.ª vara da mesma comarca por decreto de 14 de Junho de 1902, publicado em 18, tomou posse em 19. Transferido para a 2.ª vara do Pôrto por decreto de 27 de Fevereiro de 1905, publicado em 1 de Março, tomou posse em 2. Em 1899-1900, teve de excesso de licença 24 dias; em 1900-1901, 7 dias; em 1901-1902, 4 dias. Transferido para a 2.ª vara comercial da mesma comarca por decreto de 27 de Maio de 1911, publicado em 5 de Junho, tomou posse em 10. Em 1910-1911 teve de excesso de licença, 4 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 11 anos, 11 meses e 15 dias.

5 Bacharel José Homem da Silveira Sampaio e Melo, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de Tondela por decreto de 2 de Novembro de 1899, publicado em 4, tomou posse em 2 de Dezembro. Transferido para a comarca de Ponte do Lima por decreto de 11 de Maio de 1904, publicado em 16, tomou posse em 11 de Junho. Transferido para a comarca de Viana do Castelo por decreto de 17 de Outubro de 1904, publicado em 21, tomou posse em 19 de Novembro. Transferido para a comarca de Viseu por decreto de 23 de Dezembro de 1910, publicado em 24, tomou posse em 8 de Janeiro de 1911. Em 1910-1911 teve de excesso de licença 2 meses e 2 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 11 anos, 8 meses e 27 dias.

6 Bacharel José Joaquim Lopes Tavares, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca

de Lamego por decreto de 20 de Setembro de 1899, publicado em 22, tomou posse em 22 de Outubro. Nomeado auditor do Tribunal do Contencioso Fiscal de 1.ª instância junto da Alfândega de Lisboa, por decreto de 5 de Junho de 1900, publicado em 11, tomou posse neste dia. Em 1899-1900 teve de excesso de ausência 7 meses e 19 dias; em 1909-1910 teve de excesso de licença 30 dias; em 1910-1911, 30 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 11 anos, 2 meses e 22 dias.

7 Bacharel António Marques de Albuquerque, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de Angra do Heroísmo por decreto de 7 de Junho de 1900, publicado em 16. Por despacho de 30 de Julho foi-lhe prorrogado por trinta dias o prazo para a posse, que tomou em 28 de Agosto. Transferido para Arcos de Valdevez por decreto de 27 de Julho de 1901, publicado em 30, tomou posse em 20 de Setembro. Transferido para a comarca de Vila do Conde por decreto de 28 de Novembro de 1907, publicado em 7 de dezembro, tomou posse em 4 de Janeiro de 1908. Em 1905-1906 teve de excesso de ausência 14 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 11 anos e 20 dias.

8 Bacharel Camilo de Araújo da Fonseca, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de Portalegre por decreto de 14 de Dezembro de 1900, publicado em 17. Declarado sem efeito este despacho por decreto de 22 do mesmo mês, publicado em 26, e nomeado para Oliveira de Azemeis, tomou posse em 12 de Janeiro de 1901. Transferido, como requereu, para a comarca de Vila do Conde, por decreto de 19 de Julho de 1901, publicado em 23, tomou posse em 16 de Agosto. Transferido para a comarca de Arcos de Valdevez por decreto de 28 de Novembro de 1907, publicado em 7 de Dezembro, tomou posse em 5 de Janeiro de 1908. Transferido para a comarca de Ponte do Lima por decreto de 9 de Julho do mesmo ano, publicado em 10 de Agosto, tomou posse em 5 de Setembro. Transferido para a comarca de Amarante por decreto de 3 de Fevereiro de 1910, publicado em 11, tomou posse em 11 de Março. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 10 anos, 9 meses e 18 dias.

9 Bacharel Guilherme Monteiro Soares de Albergaria, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de Portalegre por decreto de 22 de Dezembro de 1900, publicado em 26, continuando depois da posse no lugar que exercia de juiz do 1.º distrito fiscal de Lisboa, tomou posse em 29. Nomeado juiz de direito da 4.ª vara da comarca de Lisboa por decreto de 1 de Agosto de 1901, publicado em 20, tomou posse em 16 de Setembro. Transferido para a 3.ª vara cível de Lisboa por decreto de 1 de Agosto de 1907, publicado em 8, tomou posse em 9. Em 1910-1911 teve de excesso de licença 3 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 10 anos, 9 meses e 7 dias.

10 Bacharel Francisco Pires da Costa, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de Bragança por decreto de 8 de Outubro de 1900, publicado em 10, tomou posse em 8 de Novembro. Transferido para a comarca de Torres Vedras por decreto de 9 de Novembro de 1904, publicado em 12, tomou posse em 8 de Dezembro. Transferido para a 5.ª vara cível de Lisboa por decreto de 17 de Março de 1906, publicado em 20, tomou posse em 23. Em 1901-1902 teve de excesso de licença 79 dias; em 1903-1904, 28 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 10 anos, 8 meses e 7 dias.

11 Bacharel José Pinto Ferreira Dias, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de Ponta Delgada por decreto de 12 de Junho de 1901, publicado em 18, tomou posse em 12 de Agosto. Transferido para a comarca de Aveiro por decreto de 27 de Fevereiro de 1905, publicado em 1 de Março, tomou posse em 13 de Abril. Transferido para a comarca de Elvas por decreto de 14 de Junho de 1911, publicado em 28, tomou posse em 24 de Julho. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 10 anos, 3 meses e 19 dias.

12 Bacharel Carlos Augusto Pinto, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca da Feira, por decreto de 12 de Junho de 1901, publicado em 18, tomou posse em 15 de Julho. Transferido para a 3.ª vara da comarca do Pôrto por decreto de 14 de Novembro de 1907, publicado em 22, tomou posse em 25. Em 1910-1911 teve de excesso de licença 9 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 10 anos, 3 meses e 10 dias.

13 Bacharel João Maria da Silva Mendes Sobral, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de Tomar por decreto de 21 de Fevereiro de 1901, publicado em 23, tomou posse em 23 de Março. Transferido para a comarca de Portalegre por decreto de 18 de Abril de 1907, publicado em 24, tomou posse em 24 de Maio. Em 1900-1901 teve de excesso de licença 29 dias; em 1906-1907, 30 dias; em 1909-1910, 46 dias; em 1910-1911, 19 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 10 anos, 3 meses e 4 dias.

14 Bacharel João Joaquim Pereira da Mota, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de Beja por decreto de 2 de Setembro de 1901, publicado

em 4, tomou posse em 1 de Outubro. Transferido para Chaves por decreto de 14 de Junho de 1902, publicado em 18, tomou posse em 17 de Julho. Transferido para a comarca de Bragança por decreto de 18 de Setembro de 1908, publicado em 24, tomou posse em 24 de Outubro. Em 1905-1906 teve de excesso de licença 29 dias. Nomeado Procurador Régio junto da Relação de Lisboa por decreto de 13 de Setembro de 1910, publicado em 16, apresentou-se em 13 de Outubro para tomar posse, que não lhe foi conferida em virtude de ordens superiores. Declarado sem efeito por decreto de 20 de Outubro referido, publicado em 22, o despacho que o nomeára Procurador Régio, ficou adido ao quadro da magistratura judicial. Nomeado em portaria de 26 de Novembro seguinte, publicada em 28, para proceder a inquérito às repartições do Ministério da Justiça. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 9 anos, 10 meses e 26 dias.

15 Bacharel António Augusto Nogueira Souto, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de Portalegre por decreto de 14 de Junho de 1902, publicado em 18, tomou posse em 17 de Julho. Transferido para a comarca de Vila Verde por decreto de 14 de Fevereiro de 1903, publicado em 18, tomou posse em 2 de Março seguinte. Transferido para a comarca de Barcelos por decreto de 18 de Abril de 1907, publicado em 24, tomou posse em 14 de Maio. Transferido para a comarca de Braga por decreto de 5 de Agosto de 1910, publicado em 12, tomou posse em 24. Em 1909-1910 teve de excesso de licença 10 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 9 anos, 3 meses e 7 dias.

16 Bacharel Joaquim José da Cruz Capelo, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para o 3.º distrito criminal do Pôrto por decreto de 14 de Junho de 1902, publicado em 18, tomou posse em 3 de Julho. Transferido para a 1.ª vara cível do Pôrto por decreto de 9 de Junho de 1902, publicado em 14, tomou posse em 5 de Julho. Transferido para a 4.ª vara da mesma comarca por decreto de 31 de Dezembro de 1908, publicado em 13 de Março de 1909, tomou posse em 16. Em 1903-1904 teve de excesso de licença 20 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 9 anos, 2 meses e 27 dias.

17 Bacharel José Justino Fernandes Dias, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de Abrantes por decreto de 14 de Junho de 1902, publicado em 18, tomou posse em 17 de Julho. Transferido para a comarca de Amarante por decreto de 9 de Julho de 1904, publicado em 16, tomou posse em 11 de Agosto. Em 1902-1903 teve de excesso de licença 16 dias; em 1903-1904, 6 dias. Transferido para a comarca de Ponte do Lima por decreto de 3 de Fevereiro de 1910, publicado em 11, tomou posse em 9 de Março. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 9 anos, 2 meses e 25 dias.

18 Bacharel António Guerreiro Faleiro, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de Beja por decreto de 29 de Março de 1894, publicado em 3 de Abril, tomou posse em 12. Transferido para a comarca de Silves por decreto de 21 de Junho de 1900, publicado em 25, tomou posse em 18 de Julho. Colocado no quadro sem exercício por decreto de 1 de Agosto de 1901, publicado em 20. Por decreto de 29 de Janeiro de 1907, publicado em 4 de Fevereiro, foi colocado na comarca de Faro por estar apto para o serviço, tomou posse em 28 de Fevereiro. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício por decreto de 2 de Junho de 1909, publicado em 7. Em 1894-1895, teve de excesso de licença 7 dias; em 1895-1896, 22 dias; 1898-1899, 25 dias; 1899-1900, 53 dias; em 1900-1901, 116 dias; em 1908-1909, 75 dias. Colocado interinamente na comarca de Beja por decreto de 4 de Julho de 1911, publicado em 28, tomou posse em 31. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 9 anos, 1 mês e 3 dias.

19 Bacharel José Dinis da Fonseca, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de Covilhã por decreto de 14 de Junho de 1902, publicado em 18, tomou posse em 17 de Junho. Transferido para a comarca de Figueira da Foz por decreto de 4 de Fevereiro de 1904, publicado em 8, tomou posse em 7 de Março. Em 1902-1903 teve de excesso de ausência 65 dias. Transferido para a comarca de Elvas por decreto de 7 de Maio de 1910, publicado em 6 de Junho, tomou posse em 6 de Julho. Transferido para a comarca das Caldas da Rainha por decreto de 24 de Setembro seguinte, publicado em 1 de Outubro, tomou posse em 27. Transferido para a comarca de Leiria por decreto de 18 de Agosto de 1911, publicado em 25, tomou posse em 3 de Setembro. Em 1909-1910 teve de excesso de licença 2 meses e 7 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 8 anos, 11 meses e 5 dias.

20 Bacharel João Taborda de Magalhães, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de Valpaços por decreto de 6 de Novembro de 1902, publicado em 10, tomou posse em 12 do Novembro, continuando depois de tomar posse a desempenhar a comissão que exercia de ajudante do Procurador Régio de Lisboa. Nomeado Procurador Régio da Relação do Pôrto por decreto de 16 de Novembro de 1906, publicado em 4 de

Dezembro, tomou posse em 14. Nomeado ajudante do Conselheiro Procurador Geral da Coroa e Fazenda por decreto de 12 de Janeiro de 1908, publicado em 20, tomou posse em 30. Em 1902-1903 teve de excesso de ausência 1 dia. Exonerado de ajudante do Procurador Geral da República por decreto de 24 de Outubro de 1910, publicado em 25 ficou adido à magistratura judicial. Encarregado por portaria de 2 de Dezembro seguinte, publicado em 3, e depois por outras, de proceder a arrolamentos, serviço em que se encontra ainda em 30 de Setembro de 1911. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 8 anos, 9 meses e 16 dias.

21 Bacharel Diogo Tavares de Melo Leota, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de Valpaços por decreto de 20 de Novembro de 1902, publicado em 26, tomou posse em 25 de Dezembro. Transferido para Evora por decreto de 16 de Abril de 1903, publicado em 20, tomou posse em 8 de Maio seguinte. Transferido para o 2.º distrito criminal do Pôrto por decreto de 17 de Março de 1906, publicado em 20, tomou posse em 31. Em 1908-1909 teve de excesso de licença 9 dias. Nomeado Ministro da Justiça por decreto de 3 de Setembro de 1911, publicado em 4. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 8 anos, 9 meses e 5 dias.

22 Bacharel Albano Teixeira Pinto do Amaral Cirne, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para o 1.º distrito criminal da comarca de Lisboa por decreto de 27 de Abril de 1903, publicado em 1 de Maio, tomou posse em 27. Transferido para o 4.º distrito criminal da mesma comarca por decreto de 6 de Maio de 1909, publicado em 11, tomou posse em 12. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 8 anos, 5 meses e 4 dias.

23 Bacharel Bernardino Alves de Moura, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de Castelo Branco por decreto de 7 de Maio de 1903, publicado em 11, tomou posse em 6 de Junho. Transferido para a comarca de Santo Tirso por decreto de 11 de Outubro de 1904, publicado em 14, tomou posse em 21. Transferido para a comarca de Vila Nova de Famalicão por decreto de 18 de Setembro de 1908, publicado em 24, tomou posse em 7 de Outubro. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 8 anos, 4 meses e 25 dias.

24 Bacharel Francisco Correia de Lemós, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de Oliveira de Azemeis por decreto de 9 de Julho de 1903, publicado em 13, tomou posse em 12 de Agosto seguinte. Transferido para Marco de Capavezes por decreto de 16 de Dezembro de 1909, publicado em 23, tomou posse em 24 de Janeiro de 1910. Nomeado Procurador da República junto da Relação de Lisboa por decreto de 20 de Outubro seguinte, publicado em 22, tomou posse em 2 de Novembro. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 8 anos, 2 meses e 22 dias.

25 Bacharel Miguel Maria de Sousa Horta e Costa, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de Beja por decreto de 9 de Julho de 1903, publicado em 13, tomou posse em 18 de Agosto, continuando a servir depois da posse na comissão que exercia de juiz das execuções fiscais do 2.º distrito fiscal de Lisboa. Nomeado para o 2.º distrito criminal da comarca de Lisboa por decreto de 11 de Maio de 1904, publicado em 16, tomou posse em 19. Em 1904-1905 teve de excesso de licença 3 dias, em 1906-1907, 3 dias. Transferido para o 1.º distrito criminal da comarca de Lisboa por decreto de 25 de Maio de 1910, publicado em 4 de Junho, tomou posse neste dia. Em 1910-1911 teve de excesso de licença 8 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 8 anos, 2 meses e 8 dias.

26 Bacharel João de Paiva, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para o 2.º distrito criminal da comarca do Pôrto por decreto de 7 de Maio de 1903, publicado em 11, tomou posse em 9 de Junho seguinte. Transferido para a comarca de Evora por decreto de 17 de Março de 1906, publicado em 20, tomou posse em 12 de Abril. Transferido para a 2.ª vara comercial da comarca de Lisboa por decreto de 1 de Agosto de 1907, publicado em 8, tomou posse em 17. Em 1902-1903 teve de excesso de licença 1 dia; em 1903-1904, 36 dias; em 1904-1905, 79 dias; em 1910-1911, 1 mês e 4 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 7 anos, 11 meses e 25 dias.

27 Bacharel João Manuel de Andrade, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca da Certã por decreto de 2 de Setembro de 1901, publicado em 4, tomou posse em 3 de Outubro. Transferido para a Guarda por decreto de 19 de Outubro de 1901, publicado em 25, tomou posse em 23 de Novembro. Transferido para a comarca de Marco de Canavezes por decreto de 7 de Maio de 1903, publicado em 11, tomou posse em 9 de Junho seguinte. Transferido para a comarca de Agueda por decreto de 21 de Novembro de 1906, publicado em 27, tomou posse em 20 de Dezembro. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício por decreto de 28 de Junho de 1909, publicado em 3 de Julho, entregou a jurisdição em 5. Em 1902-1903 teve de excesso de licença 14 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 7 anos, 9 meses e 19 dias.

28 Bacharel Álvaro de Mendonça Falcão Póvoas, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca da Covilhã por decreto de 20 de Abril de 1893, publicado em 21, tomou posse em 22 de Maio. Transferido para a Guarda por decreto de 8 de Junho de 1893 publicado em 15, tomou posse em 15 de Julho. Nomeado auditor do primeiro conselho de guerra permanente da 1.ª divisão militar, por decreto de 10 de Maio de 1894 publicado em 2 de Junho, tomou posse em 21. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício por decreto de 5 de Abril de 1900 publicado em 21. Nomeado juiz de direito da comarca de Portalegre por decreto de 2 de Setembro de 1901, publicado em 4, tomou posse em 3 de Outubro. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício por decreto de 17 de Abril de 1902, publicado em 18 de Junho. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 7 anos, 9 meses e 18 dias.

29 Bacharel Miguel Justino de Araújo Álvares, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de Lamego por decreto de 26 de Novembro de 1903, publicado em 7 de Dezembro, tomou posse em 4 de Janeiro de 1904. Em 1904-1905 teve de excesso de ausência 1 dia; em 1905-1906, 19 dias. Transferido para a comarca de Angra do Heroísmo por decreto de 16 de Dezembro de 1909, publicado em 23, tomou posse em 10 de Fevereiro de 1910. Transferido para a comarca de Penafiel por decreto de 16 de Abril, publicado em 23, tomou posse em 4 de Junho. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 7 anos, 9 meses e 15 dias.

30 Bacharel António José de Barros, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de Portalegre por decreto de 15 de Janeiro de 1904, publicado em 19, tomou posse em 17 de Fevereiro. Transferido para a comarca de Estarreja por decreto de 24 de Março de 1904, publicado em 28, tomou posse em 21 de Abril. Transferido para a comarca de Vila Verde por decreto de 18 de Abril de 1907, publicado em 24, tomou posse em 16 de Maio. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 7 anos, 8 meses e 17 dias.

31 Bacharel D. João de Mascarenhas Velasques Sarmiento de Alarcão, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de Valpaços por decreto de 16 de Abril de 1903, publicado em 20, tomou posse em 8 de Maio. Transferido para a comarca de Beja por decreto de 27 de Maio de 1909, publicado em 31, tomou posse em 28 de Junho. Ausente desde 18 de Dezembro de 1910, não voltou a exercer as suas funções, tendo sido declarado impedido permanentemente. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 7 anos, 8 meses e 2 dias.

32 Bacharel Vicente Dias Ferreira, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de Portalegre por decreto de 26 de Novembro de 1903, publicado em 7 de Dezembro; tomou posse em 5 de Janeiro de 1904. Transferido para o 4.º distrito criminal da comarca de Lisboa por decreto de 7 de Janeiro de 1904, publicado em 11, tomou posse em 12. Transferido para o 3.º distrito criminal da mesma comarca por decreto de 16 de Novembro de 1905, publicado em 26 de Dezembro, tomou posse neste dia. Extinto este distrito criminal por decreto de 20 de Outubro de 1910, publicado em 21, ficou adido ao quadro da magistratura. Colocado na comarca de Bragança por decreto do mesmo dia 20, publicado em 22, foi este despacho declarado sem efeito, e colocado no quadro da magistratura sem exercício por decreto de 17 de Novembro seguinte, publicado em 19. Colocado na comarca de Faro por decreto de 26 de Janeiro de 1911, publicado em 30, tomou posse em 13 de Fevereiro. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 7 anos e 7 meses.

33 Bacharel António Fortunato Freire Temudo, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca da Guarda por decreto de 14 de Abril de 1904, publicado em 23, tomou posse em 20 de Maio. Transferido para a comarca de Tondela por decreto de 17 de Maio de 1904, publicado em 20, tomou posse em 9 de Junho. Transferido para a comarca de Setúbal por decreto de 3 de Maio de 1906, publicado em 8, tomou posse em 7 de Junho. Em 1907-1908 teve de excesso de ausência 8 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 7 anos, 5 meses e 9 dias.

34 Bacharel António Augusto Moniz Arriscado de Lacerda, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca da Guarda por decreto de 17 de Maio de 1904, publicado em 20, tomou posse em 19 de Junho. Transferido para a comarca de Braga por decreto de 7 de Dezembro de 1904, publicado em 10, tomou posse em 6 de Janeiro de 1905. Transferido para Barcelos por decreto de 5 de Agosto de 1910, publicado em 12, tomou posse em 29. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 7 anos, 4 meses e 15 dias.

35 Bacharel José Maria Lopes da Silveira e Castro, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de Portalegre por decreto de 4 de Abril de 1904, publicado em 23, tomou posse em 23. Transferido para a comarca de Barcelos por decreto de 17 de Novembro de 1904, publicado em 19, tomou posse em 17 de Dezembro. Transferido para a comarca de Tomar por decreto de 17 de Abril de 1907, publicado em 24, tomou posse em 18 de Maio. Em 1909-1910 teve de excesso de li-

cença 29 dias; em 1910-1911, 48 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 7 anos e 3 meses.

36. Bacharel João Pacheco de Albuquerque, juiz de direito promovido à 1.ª classe, e nomeado para a comarca de Tórres Novas por decreto de 25 de Fevereiro de 1904, publicado em 2 de Março, tomou posse em 9 de Abril, fora do prazo legal, por motivo justificado. Em 1903-1904 teve de excesso de licença 13 dias; em 1904-1905, 28 dias; em 1905-1906, 31 dias; em 1906-1907, 12 dias; em 1907-1908, 19 dias. Transferido para a comarca de Santarém por decreto de 16 de Dezembro de 1909, publicado em 23, tomou posse em 12 de Janeiro de 1910. Em 1909-1910 teve de excesso de licença 28 dias; em 1910-1911, 28 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 7 anos, 1 mês e 25 dias.

37 Bacharel Miguel Maria de Mendonça Balsemão, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de Castelo Branco por decreto de 17 de Outubro de 1904, publicado em 21, continuando depois da posse, que tomou em 8 de Novembro de 1904, no lugar de auditor do conselho de guerra da grande circunscrição do norte, para que havia sido nomeado por decreto de 23 de Maio de 1904, publicado em 11 de Junho. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos, 11 meses e 15 dias.

38 Bacharel Manuel António Pinto de Resende, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca da Horta por decreto de 17 de Agosto de 1904, publicado em 23. Declarado sem efeito este despacho e nomeado para a comarca de Castelo Branco por decreto de 9 de Novembro de 1904, publicado em 12, tomou posse em 9 de Dezembro. Transferido para a comarca de Penafiel por decreto de 15 de Dezembro de 1904, publicado em 4 de Janeiro de 1905, tomou posse em 20. Transferido para a comarca de Guimarães por decreto de 18 de Setembro de 1908, publicado em 24, tomou posse em 22 de Outubro. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos, 10 meses e 22 dias.

39 Bacharel José Cupertino Oliveira Pires, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de Bragança por decreto de 17 de Novembro de 1904, publicado em 19, tomou posse em 3 de Dezembro, continuando depois da posse no cargo de auditor junto do 2.º conselho de guerra da 2.ª divisão militar. Exonerado deste cargo e nomeado juiz de direito da comarca de Viseu por decreto de 14 de Abril de 1904, publicado em 26, tomou posse em 5 de Maio. Transferido para a comarca de Coimbra por decreto de 16 de Setembro de 1909, publicado em 22, tomou posse em 20 de Outubro. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos, 10 meses e 14 dias.

40 Bacharel José Elísio da Gama Regalão, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de Beja por decreto de 19 de Novembro de 1904, publicado em 22, tomou posse em 15 de Dezembro. Transferido para a comarca de Leiria por decreto de 18 de Fevereiro de 1905, publicado em 23, tomou posse em 16 de Março. Transferido para a comarca de Aveiro por decreto de 14 de Junho de 1911, publicado em 28, tomou posse em 13 de Julho. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos, 10 meses e 12 dias.

41 Bacharel Adriano Carlos Vaz Pinto, juiz de direito e procurador régio junto da Relação do Porto, promovido à 1.ª classe e nomeado para o 3.º distrito criminal do Porto por decreto de 17 de Novembro de 1904, publicado em 19, tomou posse em 24. Transferido para o 2.º distrito criminal da mesma comarca por decreto de 4 de Setembro de 1910, publicado em 9, tomou posse em 8 de Outubro. Em 1909-1910 teve de excesso de licença 7 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos, 10 meses e 7 dias.

42 Bacharel Alfredo Vieira Peixoto de Vilas Boas (conde de Paçõ Vieira), juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de Tórres Vedras por decreto de 17 de Outubro de 1904, publicado em 21, tomou posse em 27, continuando no lugar de ajudante do Procurador Geral da Coroa e Fazenda, para que havia sido nomeado por decreto de 29 de Novembro de 1900, publicado em 1 de Dezembro. Exonerado de ajudante do procurador geral da República por decreto de 24 de Outubro de 1910, publicado em 25, ficou adido à magistratura judicial. Encarregado em portaria de 2 de Dezembro seguinte, publicada em 3, de proceder ao arrolamento de bens dos antigos paços reais. Colocado na comarca de Elvas por decreto de 23 do mesmo mês de Dezembro, publicado em 24, tomou posse em 5 de Janeiro de 1911. Transferido para a comarca de Fafe por decreto de 1 de Maio seguinte, publicado em 15, tomou posse em 22. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos, 10 meses e 6 dias.

43 Bacharel Agostinho Barbosa Sotomaior, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca da Guarda por decreto de 7 de Dezembro de 1904, publicado em 10, tomou posse por procuração em 21, continuando depois da posse na comissão de juiz auxiliar do juiz de instrução criminal de Lisboa. Nomeado juiz de direito da 6.ª vara cível da comarca de Lisboa por de-

creto de 26 de Dezembro de 1905, publicado em 8 de Janeiro de 1906, tomou posse em 10. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos, 9 meses e 25 dias.

44 Bacharel Domingos José Gonçalves Pereira, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca da Guarda por decreto de 7 de Dezembro de 1904, publicado em 12, tomou posse em 22. Transferido para a comarca de Fafe por decreto de 1 de Abril de 1905, publicado em 6, tomou posse em 29. Transferido para a comarca de Vila Rial por decreto de 23 de Junho de 1910, publicado em 30, foi este despacho declarado nulo por decreto de 30 do mesmo mês, publicado em 1 de Julho. Transferido para a comarca de Lamego por decreto de 1 de Maio de 1911, publicado em 15, tomou posse em 29. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos, 9 meses e 25 dias.

45 Bacharel Albértino Carlos da Costa, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de Bragança por decreto de 7 de Dezembro de 1904, publicado em 12, tomou posse por procuração em 17, continuando depois da posse no cargo de juiz privativo das execuções fiscaes do 2.º distrito fiscal de Lisboa. Colocado na comarca de Tondela por decreto de 4 de Julho de 1911, publicado em 28, tomou posse em 19 de Agosto. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos, 9 meses e 25 dias.

46 Bacharel Bento Manuel da Costa Vaz, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de Bragança por decreto de 15 de Dezembro de 1904, publicado em 20, tomou posse em 18 de Janeiro de 1905. Transferido para a comarca de Chaves por decreto de 18 de Setembro de 1908, publicado em 24, tomou posse em 15 de Outubro. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos, 9 meses e 17 dias.

47 Bacharel José Maria Pereira Forjaz de Sampaio, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de Bragança por decreto de 19 de Novembro de 1904, publicado em 22, não tomou posse por ter sido transferido para a comarca da Certã por decreto de 7 de Dezembro de 1904, publicado em 12, tomou posse em 17. Transferido para a comarca de Loulé por decreto de 25 de Setembro de 1905, publicado em 3 de Outubro, tomou posse em 21. Transferido para a comarca de Abrantes por decreto de 1 de Agosto de 1907, publicado em 22, tomou posse em 19 de Setembro. Transferido para a comarca de Ponta Delgada por decreto de 30 de Maio de 1908, publicado em 11 de Junho, tomou posse em 25 de Julho. Em 1905-1906 teve de excesso de licença 30 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos, 9 meses e 12 dias.

48 Bacharel Manuel Rufino da Graça, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de Castelo Branco por decreto de 15 de Dezembro de 1904, publicado em 4 de Janeiro de 1905, tomou posse em 16. Transferido para a comarca do Funchal por decreto de 11 de Fevereiro de 1905, publicado em 16, tomou posse em 9 de Março. Em 1908-1909 teve de excesso de licença 10 dias. Transferido para a comarca de Bragança por decreto de 3 de Janeiro de 1911, publicado em 4, foi este despacho declarado sem efeito e o magistrado colocado na comarca da Guarda por decreto de 3 de Março seguinte, publicado em 10, tomou posse em 17. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos, 9 meses e 7 dias.

49 Bacharel Januário Constante Barbeitos Pinto, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca da Horta por decreto de 16 de Junho de 1904, publicado em 21, não tomou posse por ser transferido para a comarca de Beja por decreto de 17 de Agosto de 1904, publicado em 23, tomou posse em 1 de Setembro. Transferido para a comarca de Ponte de Lima por decreto de 17 de Outubro de 1904, publicado em 21, tomou posse em 10 de Novembro. Transferido para a comarca de Arcos de Valdevez por decreto de 9 de Julho de 1908, publicado em 10 de Agosto, tomou posse em 31. Em 1904-1905 teve de excesso de licença 2 dias; em 1905-1906, 43 dias; em 1906-1907, 39 dias; em 1907-1908, 46 dias. Colocado no quadro da magistratura sem exercício por decreto de 18 de Agosto de 1911, publicado em 25. Em 1909-1910 teve de excesso de licença 1 mês e 3 dias; em 1910-1911, 6 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos, 8 meses e 20 dias.

50 Bacharel António Osório Sarmiento de Figueiredo Júnior, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de Estarreja por decreto de 3 de Março de 1904, publicado em 9, tomou posse em 18, continuando depois da posse no lugar que exercia de ajudante do procurador geral da Coroa e Fazenda. Exonerado de ajudante do procurador geral da República por decreto de 24 de Outubro de 1910, publicado em 25, ficou adido à magistratura judicial. Colocado na comarca de Leiria por decreto de 14 de Junho de 1911, publicado em 28. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício por decreto de 4 de Julho seguinte, publicado em 25 de Agosto. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos, 7 meses e 23 dias.

51 Bacharel José Osório da Gama e Castro, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de Beja por decreto de 17 de Outubro de 1904, publicado em 21, tomou posse em 18 de Novembro. Autorizado por despacho de 17 de Novembro de 1904, publicado em 19, a continuar na comissão de substituto do juiz de instrução criminal de Lisboa, tomou posse em 3 de Dezembro. Extinto este lugar por decreto de 19 de Agosto de 1907, publicado em 24, ficou adido à magistratura judicial. Nomeado interinamente juiz de direito da comarca de Anadia por decreto de 28 de Junho de 1909, publicado em 6 de Julho, tomou posse em 22. Cessando por decreto de 16 de Dezembro seguinte, publicado em 20, os motivos que originaram o precedente despacho, ficou adido à magistratura judicial. Colocado na comarca de Abrantes por decreto de 16 de Abril de 1910, publicado em 23, tomou posse em 23 de Maio. Declarado sem efeito o precedente despacho, e colocado na comarca de Torres Novas por decreto de 7 do dito mês de Maio, publicado em 6 de Junho, tomou posse em 25.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos, 7 meses e 19 dias.

52 Bacharel Luís Pereira do Vale Júnior, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de Beja por decreto de 18 de Fevereiro de 1905, publicado em 23, tomou posse em 24 de Março. Transferido para a comarca da Covilhã por decreto de 25 de Setembro de 1905, publicado em 3 de Outubro, tomou posse em 29. Transferido para a comarca da Feira por decreto de 14 de Novembro de 1907, publicado em 22, tomou posse em 19 de Dezembro.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos, 7 meses e 11 dias.

53 Bacharel Francisco de Campos Ferreira Lima (Visconde de Ferreira Lima), juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca do Fundão por decreto de 18 de Fevereiro de 1905, publicado em 23, tomou posse em 24 de Março. Transferido para a comarca de Abrantes por decreto de 25 de Setembro de 1905, publicado em 3 de Outubro, tomou posse em 31. Nomeado ajudante do procurador régio junto da Relação de Lisboa por decreto de 6 de Dezembro de 1906, publicado em 10 tomou posse em 29. Exonerado de ajudante do procurador da República por decreto de 20 de Outubro de 1910, publicado em 22, ficou adido à magistratura judicial. Em 26 do mesmo mês foi encarregado de proceder ao arrolamento dos bens de extintas congregações religiosas, e em 18 de Novembro seguinte ao de bens da extinta casa real, serviços em que se conservou enquanto esteve na situação de adido. Colocado na comarca de Évora por decreto de 23 de Janeiro de 1911, publicado em 25, tomou posse em 20 de Fevereiro.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos, 7 meses e 7 dias.

54 Bacharel António Alves de Oliveira Guimarães, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de Fafe por decreto de 9 de Março de 1905, publicado em 17, não tomando posse por ter sido colocado na comarca da Guarda por decreto de 1 de Abril de 1904, publicado em 6 e rectificado em 7, tomou posse em 4 de Maio. Nomeado auxiliar do juiz de instrução criminal de Lisboa por decreto de 18 de Janeiro de 1906, publicado em 23, tomou posse em 25. Colocado no lugar de juiz de direito da 1.ª vara cível da comarca de Lisboa por decreto de 17 de Março de 1906, publicado em 20 tomou posse neste dia. Transferido para a 2.ª vara cível da mesma comarca por decreto de 25 de Novembro de 1909, publicado em 2 de Dezembro, tomou posse em 3. Em portaria de 12 de Junho de 1911, publicada em 13, foi nomeado para presidir aos actos de direito na Universidade de Coimbra, entregando a jurisdição em 14 e reassumindo em 4 de Agosto seguinte.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos, 6 meses e 23 dias.

55 Bacharel José Maria Teles Trigueiros de Melo, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de Castelo Branco por decreto de 18 de Fevereiro de 1905, publicado em 23, tomou posse em 24 de Março. Transferido para a comarca de Bragança por decreto de 14 de Junho de 1911, publicado em 23, não tomou posse.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos, 4 meses e 9 dias.

56 Bacharel António José Pestana da Silva, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de Beja por decreto de 16 de Junho de 1904, publicado em 21, tomou posse em 21 de Julho. Transferido para a comarca das Caldas da Rainha por decreto de 17 de Agosto de 1904, publicado em 23, tomou posse em 22 de Setembro. Em 1906-1907 teve de excesso de licença 1 dia; em 1908-1909, 28 dias. Transferido para a comarca de Elvas por decreto de 24 de Setembro de 1910, publicado em 1 de Outubro, tomou posse em 27. Em 1909-1910 teve de excesso de licença 1 mês e 28 dias. Adido ao quadro da magistratura por decreto de 23 de Dezembro de 1910, publicado em 24, entregou a jurisdição em 25. Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos, 3 meses e 13 dias.

57 Bacharel António Emílio de Almeida Azevedo, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de Peso da Régua por decreto de 17 de Outubro de 1904, publicado em 21, tomou posse em 12 de Novembro. Transferido para a comarca de Anadia por decreto de 15 de Abril de 1907, publicado em 11, tomou posse em 11 de Maio. Nomeado interinamente juiz de instrução criminal por despacho de 9 de Junho de 1909, publicado

em 11, tomou posse neste dia. Transferido para a 1.ª vara cível de Lisboa, por decreto de 16 de Dezembro seguinte, publicado em 20, tomou posse em 15 de Janeiro de 1910. Nomeado vogal extraordinário da junta consultiva do ultramar por decreto de 11 do mesmo mês, publicado em 14. Nomeado em comissão por decreto de 17 de Fevereiro seguinte, publicado em 21, para o cargo de juiz de instrução criminal de Lisboa, de que já fôra incumbido interinamente por despacho anterior, tomou posse em 17 de Março. Exonerado deste cargo por decreto de 12 de Outubro seguinte, publicado em 13, reassumiu em 14 as suas funções na 1.ª vara cível. Transferido para a comarca da Guarda por decreto de 24 do mesmo mês de Outubro, publicado em 25, tomou posse em 23 de Novembro, entregando a jurisdição em 24 por ter sido chamado ao Ministério da Justiça. Adido à magistratura judicial até ulterior resolução por decreto de 23 de Dezembro seguinte, publicado em 24. Em 11 de Julho de 1911 foi avisado pelo *Diário do Governo* para se apresentar no Ministério da Justiça no prazo máximo de 10 dias.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos, 1 mês e 8 dias.

58 Bacharel Domingos Manuel Pereira de Carvalho e Abreu, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de Faro por decreto de 25 de Setembro de 1905, publicado em 3 de Outubro, tomou posse em 1 de Novembro. Transferido para a comarca de Marco de Canavezes por decreto de 6 de Dezembro de 1906, publicado em 10, tomou posse em 10 de Janeiro de 1907. Transferido para Santo Tirso por decreto de 16 de Dezembro de 1909, publicado em 23, tomou posse em 20 de Janeiro de 1910.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos e 6 dias.

59 Bacharel Álvaro Pereira de Bettencourt Ataíde, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca do Fundão por decreto de 25 de Setembro de 1905, publicado em 3 de Outubro, tomou posse em 16. Transferido para a comarca de Abrantes por decreto de 6 de Dezembro de 1906, publicado em 10, tomou posse em 15. Transferido para a comarca de Loulé por decreto de 1 de Agosto de 1907, publicado em 22, tomou posse em 9 de Setembro.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos e 6 dias.

60 Bacharel Inácio Alberto José Monteiro, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de Anadia por decreto de 25 de Setembro de 1905, publicado em 3 de Outubro, tomou posse em 31. Transferido para a comarca de Ovar por decreto de 11 de Abril de 1907, publicado em 15, tomou posse em 1 de Maio.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos e 6 dias.

61 Bacharel Alexandre Pinheiro da Costa Macedo, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca da Horta por decreto de 9 de Novembro de 1904, publicado em 12; por despacho de 23 de Dezembro de 1904 foi-lhe prorogado por mais trinta dias o prazo para a posse, que tomou em 29 de Janeiro de 1905. Em 1909-1910 teve de excesso de ausência 8 dias. Adido à magistratura judicial por decreto de 23 de Dezembro de 1910, publicado em 24.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 5 anos, 10 meses e 19 dias.

62 Bacharel José Joaquim Pinto Lambaça, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca da Horta por decreto de 27 de Abril de 1903, publicado em 1 de Maio, tomou posse em 29 de Junho. Colocado no quadro, sem exercício, mas com vencimento, por decreto de 16 de Junho de 1904, publicado em 21. Colocado na comarca da Certã por decreto de 17 de Março de 1906, publicado em 20, tomou posse em 22. Transferido para a comarca de Pêso da Régua por decreto de 6 de Maio de 1907, publicado em 18, tomou posse em 22. Em 1902-1903 teve de excesso de ausência 53 dias; em 1904-1905, 228 dias; em 1905-1906, 21 dias; em 1910-1911, 9 dias.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 5 anos, 9 meses e 23 dias.

63 Bacharel Joaquim Maria de Sá e Mota, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de Faro por decreto de 1 de Março de 1906, publicado em 7, não tomou posse por ter sido declarado sem efeito o despacho supra e nomeado para a comarca de Torres Vedras por decreto de 17 de Março de 1906, publicado em 20, tomou posse em 23. Transferido para a 1.ª vara comercial de Lisboa por decreto de 28 de Novembro de 1907, publicado em 7 de Dezembro, tomou posse em 27.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 5 anos e 7 meses.

64 Bacharel Henrique Xavier Correia da Silva Leote, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de Tavira por decreto de 30 de Dezembro de 1890, publicado em 3 de Janeiro de 1891, tomou posse em 31. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício por decreto de 19 de Setembro de 1896, publicado em 22. Em 1893 teve de excesso de licença 31 dias; em 1894, 32 dias; em 1895, 5 dias.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 5 anos, 6 meses e 15 dias.

65 Bacharel Francisco Ferraz Tavares de Pontes, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a co-

marca de Portalegre por decreto de 19 de Novembro de 1904, publicado em 22, tomou posse em 21 de Dezembro. Transferido para a comarca de Estarreja por decreto de 18 de Abril de 1907, publicado em 24, tomou posse em 23 de Maio. Em 1904-1905 teve de excesso de licença 23 dias; em 1905-1906, 6 dias; em 1906-1907, 17 dias; em 1907-1908, 25 dias; em 1908-1909, 21 dias; em 1909-1910, 25 dias. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício por decreto de 24 de Setembro de 1910, publicado em 30.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 5 anos, 6 meses e 15 dias.

66 Bacharel Domingos Rodrigues Ramos, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de Silves por decreto de 3 de Maio de 1906, publicado em 8, não tomou posse por ter sido declarado sem efeito o despacho supra na parte que o colocou em Silves, sendo nomeado para a comarca de Vila Real por decreto de 9 de Maio de 1906, publicado em 19, tomou posse em 25. Transferido para a comarca de Fafe por decreto de 23 de Junho de 1910, publicado em 30, foi este despacho declarado nulo por decreto de 30 do mesmo mês, publicado em 1 de Julho.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 5 anos, 4 meses e 29 dias.

67 Bacharel António Eduardo de Sousa Godinho, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de Silves por decreto de 9 de Maio de 1906, publicado em 19, tomou posse em 18 de Junho. Em 1910-1911 teve de excesso de licença 28 dias.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 5 anos, 3 meses e 25 dias.

68 Bacharel Eugénio Arnaldo de Barros Ribeiro, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de Portalegre por decreto de 17 de Novembro de 1904, publicado em 19, tomou posse por procuração em 3 de Dezembro, continuando depois da posse no cargo de auxiliar do juiz de instrução criminal de Lisboa. Exonerado desta comissão por despacho de 4 de Fevereiro de 1905, publicado em 7. Por decreto de 11 de Julho de 1910, publicado em 18, foi colocado na comarca de Faro enquanto se não permite o preenchimento definitivo do lugar de juiz da mesma comarca. Declarado sem efeito o precedente despacho por decreto de 24 de Agosto seguinte, publicado em 27.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 4 anos, 10 meses e 14 dias.

69 Bacharel Francisco Júlio de Sousa Pinto, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca da Guarda por decreto de 18 de Janeiro de 1906, publicado em 29, tomou posse em 1 de Março. Transferido para a comarca de Santo Tirso por decreto de 18 de Setembro de 1908, publicado em 24, tomou posse em 24 de Outubro. Em 1906-1907 teve de excesso de licença, 116 dias; em 1907-1908, 61 dias; em 1908-1909, 16 dias. Transferido para a comarca de Anadia por decreto de 16 de Dezembro de 1909, publicado em 20; tomou posse em 20 de Janeiro de 1910, fora do prazo legal, pelo que se lhe desconta 1 mês na antiguidade. Em 1909-1910 teve de excesso de licença 1 mês e 3 dias; em 1910-1911, 1 mês e 18 dias.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 4 anos, 10 meses e 10 dias.

70 Bacharel José Maria de Moura Matoso e Vasconcelos, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca da Horta por decreto de 24 de Dezembro de 1896, publicado em 28, tomou posse por procuração em 31 de Janeiro de 1897. Colocado no quadro da magistratura judicial, sem exercício, por decreto de 1 de Fevereiro de 1897, publicado em 3. Colocado na comarca de Fundão por decreto de 20 de Março de 1907, publicado em 27, tomou posse em 26 de Abril. Em 1909-1910 teve de excesso de licença 9 dias.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 4 anos, 8 meses e 6 dias.

71 Bacharel Alfredo Pinto da Mota, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de Tondela por decreto de 3 de Maio de 1906, publicado em 8, tomou posse em 4 de Junho. Transferido para a comarca de Viseu por decreto de 16 de Dezembro de 1909, publicado em 23, tomou posse em 15 de Janeiro de 1910. Transferido para a comarca da Horta por decreto de 23 de Dezembro seguinte, publicado em 24, foi-lhe prorrogado o prazo para a posse, que não tomou, sendo colocado no quadro da magistratura sem exercício por decreto de 17 de Abril de 1911, publicado em 24.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 4 anos, 7 meses e 23 dias.

72 Bacharel Jerónimo do Couto e Sousa, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de Valpaços por decreto de 28 de Dezembro de 1899, publicado em 10 de Janeiro de 1900, tomou posse em 14 de Fevereiro, fora do prazo legal. Transferido para Arganil por decreto de 2 de Abril de 1900, publicado em 4, tomou posse em 1 de Maio. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício por decreto de 9 de Setembro de 1904, publicado em 13. Em 1900-1901 teve de excesso de licença 2 dias.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 4 anos, 6 meses e 28 dias.

73 Bacharel José Soares de Barros Machado, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de Bragança, por decreto de 22 de Março de 1900, pu-

blicado em 27. Por despacho de 27 de Abril foi-lhe prorrogado o prazo para a posse. Tomou posse fora do prazo legal em 30 de Julho. Transferido para a Guarda por decreto de 19 de Setembro de 1900, publicado em 22, tomou posse em 21 de Outubro. Em 1900-1901 teve de excesso de licença 23 dias. Transferido para a comarca da Certã por decreto de 19 de Outubro de 1901, publicado em 25, tomou posse em 23 de Novembro. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício por decreto de 7 de Dezembro de 1904, publicado em 12. Em 1901-1902 teve de excesso de licença 31 dias; em 1902-1903, 29 dias; em 1903-1904, 44 dias; em 1904-1905, 43 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 3 anos, 10 meses e 24 dias.

74 Bacharel José Rodrigues dos Santos, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de Torres Vedras por decreto de 28 de Novembro de 1907, publicado em 7 de Dezembro, tomou posse em 6 de Janeiro de 1908. Transferido para o 1.º distrito criminal da comarca de Lisboa por decreto de 10 de Março de 1910, publicado em 31, tomou posse em 9 de Abril. Transferido para o 2.º distrito criminal da mesma comarca por decreto de 25 de Maio, publicado em 4 de Junho, tomou posse neste dia. Extinto este distrito criminal por decreto de 20 de Outubro seguinte, publicado em 21, ficou adido à magistratura. Colocado na comarca de Marco de Canavezes por decreto do mesmo dia 20, publicado em 22, tomou posse em 17 de Novembro. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 3 anos, 10 meses e 2 dias.

75 Bacharel António Joaquim da Silva, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca da Certã por decreto de 28 de Novembro de 1907, publicado em 7 de Dezembro, tomou posse em 4 de Janeiro de 1908. Em 1908-1909 teve de excesso de licença 14 dias; em 1909-1910, 9 dias. Transferido para a comarca de Viana do Castelo por decreto de 23 de Dezembro de 1910, publicado em 24, tomou posse em 3 de Janeiro de 1911. Em 1910-1911 teve de excesso de licença 25 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 3 anos, 8 meses e 15 dias.

76 Bacharel José de Miranda Arantes, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de Arganil por decreto de 10 de Março de 1908, publicado em 17, tomou posse em 15 de Abril. Em 1907-1908 teve de excesso de licença 15 dias; em 1909-1910, 17 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 3 anos, 5 meses e 20 dias.

77 Bacharel Abel de Carvalho Freire de Macedo, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de Arcos de Valdevez por decreto de 8 de Fevereiro de 1900, publicado em 10, tomou posse por procuração em 9 de Abril. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício por decreto de 8 de Outubro de 1900, publicado em 10. Nomeado para a comarca de Elvas por decreto de 10 de Março de 1908, publicado em 17, tomou posse em 8 de Abril. Em 1907-1908 teve de excesso de licença 30 dias; em 1908-1909, 26 dias. Transferido para a comarca de Abrantes por decreto de 7 de Maio de 1910, publicado em 6 de Junho, tomou posse em 30. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 3 anos, 4 meses e 26 dias.

78 Bacharel Joaquim Augusto Alves Ferreira, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de Abrantes por decreto de 30 de Maio de 1908, publicado em 11 de Junho, tomou posse em 8 de Julho. Transferido para a comarca de Torres Vedras por decreto de 10 de Março de 1910, publicado em 31, tomou posse em 7 de Abril. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 3 anos, 4 meses e 2 dias.

79 Bacharel João Francisco Ferreira, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca da Horta por decreto de 3 de Dezembro de 1896, publicado em 5; não tomou posse. Nomeado auditor junto do conselho de guerra territorial da 4.ª divisão militar por decreto de 11 do mesmo mês, publicado em 4 de Janeiro de 1897, tomou posse em 23, sendo exonerado pela *Ordem do Exercito* de 30 de Setembro de 1899. Nomeado juiz de direito da comarca de Arganil por decreto de 2 de Novembro, publicado em 6, tomou posse em 5 de Dezembro. Colocado no quadro da magistratura judicial, sem exercício, por decreto de 2 de Abril de 1900, publicado em 4. Colocado no lugar de juiz de direito da comarca de Beja por decreto de 29 de Abril de 1909, publicado em 5 de Maio, foi este despacho declarado sem efeito por decreto de 19 deste mesmo mês, publicado em 22. Em 1899-1900 teve de excesso de licença 22 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 3 anos, 3 meses e 10 dias.

80 Bacharel Augusto César Fernandes, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca da Guarda por decreto de 18 de Setembro de 1908, publicado em 24, tomou posse em 23 de Outubro. Transferido para a comarca de Valpaços por decreto de 27 de Maio de 1909, publicado em 31, tomou posse em 9 de Junho. Em 1908-1909 teve de excesso de licença 2 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 3 anos e 11 dias.

81 Bacharel João Baptista Rebêlo de Sousa, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de Évora por decreto de 28 de Novembro de 1907, publicado em 7 de Dezembro; por despachos de 2 e 30 de Janeiro de 1908 foi-lhe prorrogado o prazo para a posse, que tomou fora do prazo legal em 30 deste mesmo mês. Transferido para a comarca da Covilhã por decreto de 10 de Março de 1908, publicado em 17; por despacho de 20 de Abril foi-lhe prorrogado o prazo para a posse que tomou fora do prazo legal, em 18 de Maio, pelo que se lhe têm a descontar 68 dias. Em 1908-1909 teve de excesso de ausência 135 dias; em 1909-1910, 3 meses e 8 dias. Transferido para a comarca de Arcos de Valdevez por decreto de 18 de Agosto de 1911, publicado em 25, tomou posse em 18 de Setembro. Em 1910-1911 teve de excesso de licença 3 meses e 17 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 2 anos, 6 meses e 14 dias.

82 Bacharel Joaquim Augusto das Neves Barateiro, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de Silves por decreto de 20 de Setembro de 1890, publicado em 2 de Outubro, tomou posse em 2 de Novembro, fora do prazo legal, pelo que se lhe conta o tempo de serviço efectivo só desde esta data. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício por decreto de 23 de Março de 1893, publicado em 27. Em 1890 teve de excesso de licença 12 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 2 anos, 4 meses e 14 dias.

83 Bacharel João Baptista de Castro, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca da Guarda por decreto de 17 de Junho de 1909, publicado em 26, tomou posse em 5 de Julho. Transferido para a 1.ª vara cível da comarca de Lisboa por decreto de 24 de Outubro de 1910, publicado em 25, tomou posse em 3 de Novembro. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 2 anos, 3 meses e 14 dias.

84 Bacharel Aires Guedes Continho Garrido, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de Vila Viçosa por decreto de 20 de Setembro de 1890, publicado em 2 de Outubro, tomou posse em 18. Transferido para Melgaço por decreto de 13 de Dezembro de 1892, publicado em 17, tomou posse em 15 de Janeiro de 1893. Em 1894 teve de excesso de licença 21 dias. Em 1895, 50 dias. Transferido para a comarca de Figueiró dos Vinhos por decreto de 4 de Fevereiro de 1897, publicado em 5, tomou posse em 6 de Março. Em 1896-1897 teve de excesso de licença 84 dias; em 1897-1898, 4 dias. Nomeado curador geral dos órfãos na 1.ª curadoria da comarca do Porto por decreto de 24 de Setembro de 1898, publicado em 1 de Outubro, tomou posse em 22. Colocado no lugar de juiz de direito da 2.ª vara cível da comarca do Porto por decreto de 26 de Maio de 1911, publicado em 5 de Junho, devendo ocupar entre os juizes de 1.ª classe o lugar que lhe competiria se não tivesse saído da magistratura judicial, tomou posse em 7 do mesmo mês. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911 e como juiz de 1.ª classe: 2 anos, 3 meses e 14 dias.

85 Bacharel Francisco Soares de Albergaria, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de Angra do Heroísmo por decreto de 17 de Junho de 1909, publicado em 25. Declarado este despacho sem efeito na parte em que o nomeou juiz de direito da comarca de Angra do Heroísmo, e colocado em idêntico lugar na comarca de Agueda por decreto de 9 de Julho, publicado em 22, tomou posse em 27. Em 1909-1910 teve de excesso de licença 4 dias; em 1910-1911, 23 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 2 anos, 2 meses e 17 dias.

86 Bacharel Gabriel Samora Muniz Júnior, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de Viseu por decreto de 16 de Setembro de 1909, publicado em 22, tomou posse em 11 de Outubro, continuando depois no desempenho da comissão de procurador régio junto da Relação dos Açores, para que havia sido nomeado por decreto de 25 de Fevereiro de 1904, publicado em 2 de Março, e cujas funções reassumiu em 25 de Outubro de 1909. Extinta a Relação dos Açores por decreto de 24 de Outubro de 1910, publicado em 25, extinção que se tornou efectiva em 30 de Novembro seguinte, ficou desde esta data adido à magistratura judicial. Colocado na comarca de Angra do Heroísmo por decreto de 3 de Janeiro de 1911, publicado em 4, tomou posse em 15 de Fevereiro. Em 1909-1910 teve de excesso de licença 24 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 1 ano, 10 meses e 18 dias.

87 Bacharel Eduardo José da Silva Carvalho, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de Oliveira de Azeméis por decreto de 16 de Dezembro de 1909, publicado em 23, tomou posse em 22 de Janeiro de 1910. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 1 ano, 9 meses e 16 dias.

88 Bacharel Eduardo Augusto de Campos Paiva, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para o 1.º distrito criminal da comarca do Porto por decreto de 16 de dezembro de 1909, publicado em 23, tomou posse em 22 de Janeiro de 1910. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 1 ano, 9 meses e 16 dias.

89 Bacharel Manuel Pereira Machado, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de

Tôrres Novas por decreto de 16 de Dezembro de 1909, publicado em 23, tomou posse em 21 de Janeiro de 1910. Transferido para a comarca da Figueira da Foz por decreto de 7 de Maio, publicado em 6 de Junho, tomou posse em 28. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 1 ano, 9 meses e 16 dias.

90 Bacharel João Correia Esteves Lial, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca da Horta por decreto de 20 de Abril de 1893, publicado em 21, tomou posse em 1 de Julho, fora do prazo legal. Colocado no quadro da magistratura judicial, sem exercício, por decreto de 13 do dito mês de Julho e por virtude de processo que lhe moveu o Ministério Público e em que foi absolvido em sessão plena do Tribunal da Relação do Porto de 7 de Março de 1895. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 1 ano, 8 meses e 7 dias.

91 Bacharel Jorge Couceiro da Costa, juiz de direito promovido à 1.ª classe e colocado na comarca de Angra do Heroísmo por decreto de 16 de Abril de 1910, publicado em 23, tomou posse em 9 de Junho. Transferido para a comarca de Estarreja por decreto de 20 de Outubro seguinte, publicado em 22, tomou posse em 26. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 1 ano, 5 meses e 15 dias.

92 Bacharel Arnaldo Mascarenhas, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de Évora por decreto de 10 de Março de 1908, publicado em 17, tomou posse em 14 de Abril. Em 1907-1908 teve de excesso de licença 92 dias; em 1908-1909, 175 dias; em 1909-1910, 7 meses e 4 dias. Adido à magistratura por decreto de 23 de Dezembro de 1910, publicado em 24. Colocado na comarca das Caldas da Rainha por decreto de 18 de Agosto de 1911, publicado em 25, tomou posse em 13 de Setembro. Em 1910-1911, até a data em que foi colocado na situação de adido, teve de excesso de ausência 1 mês e 24 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 1 ano, 4 meses e 14 dias.

93 Bacharel José Manuel de Brito Cício, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de Faro por decreto de 14 de Julho de 1898, publicado em 21, tomou posse em 7 de Outubro, fora do prazo legal. Transferido para a comarca de Vila Verde por decreto de 5 de Janeiro de 1899, publicado em 9, não consta que tenha tomado posse. Transferido para Arcos de Valdevez por decreto de 26 do dito mês de Janeiro, publicado em 28, tomou posse em 28 de Fevereiro, fora do prazo legal. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício por decreto de 8 de Fevereiro de 1900, publicado em 10. Colocado na comarca da Covilhã por decreto de 28 de Novembro de 1907, publicado em 7 de Dezembro, não consta que tenha tomado posse, sendo novamente colocado no quadro sem exercício por decreto de 28 do dito mês de dezembro, publicado em 21 de Janeiro de 1908. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 1 ano, 2 meses e 14 dias.

94 Bacharel Francisco Augusto Mendes de Alcântara, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de Abrantes por decreto de 9 de Julho de 1904, publicado em 16, tomou posse em 7 de Agosto. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício por decreto de 25 de Setembro de 1905, publicado em 3 de Outubro. Em 1903-1904 teve de excesso de licença 24 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 1 ano, 2 meses e 2 dias.

95 Bacharel António Adolfo Sanches Rolão, juiz de direito promovido à 1.ª classe e colocado na comarca de Faro por decreto de 24 de Agosto de 1910, publicado em 27, tomou posse em 26 de Setembro. Transferido para a comarca da Certã por decreto de 23 de Janeiro de 1911, publicado em 25, tomou posse em 23 de Fevereiro. Em 1910-1911 teve de excesso de licença 18 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 1 ano e 20 dias.

96 Bacharel Manuel Borges de Sousa Teles, juiz de direito promovido à 1.ª classe e colocado na comarca do Funchal por decreto de 4 de Julho de 1911, publicado em 28, tomou posse em 22 de Agosto. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 2 meses e 28 dias.

97 Bacharel José Osório da Cunha Da Mesquita Oliveira Homem, juiz de direito promovido à 1.ª classe e colocado na comarca de Castelo Branco por decreto de 4 de Julho de 1911, publicado em 28, tomou posse em 26 de Agosto. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 2 meses e 28 dias.

98 Bacharel José Peres Ramires, juiz de direito promovido à 1.ª classe e nomeado para a comarca de Bragança por decreto de 4 de Julho de 1895, publicado em 6, tomou posse em 4 de Agosto. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício por decreto de 16 de Setembro de 1895, publicado em 18. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 2 meses e 16 dias.

99 Bacharel Luís Monteverde da Cunha Lobo, juiz de direito promovido à 1.ª classe e colocado na comarca da

Horta por decreto de 4 de Julho de 1911, publicado em 28. Declarado este despacho sem efeito por decreto de 18 de Agosto, publicado em 25, na parte em que o colocou na comarca da Horta, e colocado na comarca da Covilhã, foi-lhe prorrogado o prazo para a posse, que em 30 de Setembro de 1911 ainda não tinha tomado.

100 Bacharel Amândio Vieira de Campos de Carvalho, juiz de direito promovido à 1.ª classe e colocado na comarca da Horta por decreto de 18 de Agosto de 1911, publicado em 25.

#### 2.ª Classe

1 Bacharel José Gerardo Vieira Peixoto de Vilas Boas (visconde de Guilhomil), juiz de direito promovido à 2.ª classe e nomeado para a comarca de Cantanhede por decreto de 19 de Novembro de 1904, publicado em 22, continuando depois da posse, que tomou em 29, na comissão de ajudante do procurador régio junto da Relação do Pôrto, para que havia sido nomeado por decreto de 11 de Outubro de 1899, publicado em 16. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos, 10 meses e 12 dias.

2 Bacharel José Baptista de Almeida Pereira Zagalo, juiz de direito promovido à 2.ª classe e nomeado para a comarca do Sabugal por decreto de 19 de Novembro de 1904, publicado em 22, tomou posse em 18 de Dezembro. Transferido para a comarca de Alcobaca por decreto de 1 de Abril de 1905, publicado em 6, tomou posse em 8. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos, 10 meses e 12 dias.

3 Bacharel Manuel Nunes da Silva, juiz de direito promovido à 2.ª classe e nomeado para a comarca de Arouca por decreto de 15 de Dezembro de 1904, publicado em 4 de Janeiro de 1905, tomou posse em 25. Transferido para a comarca de Valença por decreto de 18 de Fevereiro de 1905, publicado em 23, tomou posse em 21 de Março. Transferido para a comarca de Cantanhede por decreto de 24 de Abril de 1905, publicado em 26, tomou posse em 25 de maio. Transferido para a comarca de Soure por decreto de 18 de Janeiro de 1906, publicado em 29, tomou posse em 1 de Março. Nomeado por decreto de 26 de Janeiro de 1910, publicado em 19 de Fevereiro, para exercer em comissão o lugar de auditor do Tribunal do Contencioso Fiscal junto da Alfândega do Pôrto, tomou posse em 26 do dito mês de Fevereiro. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos, 9 meses e 17 dias.

4 Bacharel António Luís de Freitas, juiz de direito promovido à 2.ª classe e nomeado para a comarca de Idanha-a-Nova por decreto de 15 de Dezembro de 1904, publicado em 20, tomou posse em 18 de Janeiro de 1905. Transferido para a comarca de Moncorvo por decreto de 16 de Novembro de 1905, publicado em 21, tomou posse em 20 de Dezembro. Em 1905-1906 teve de excesso de licença 5 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos, 9 meses e 12 dias.

5 Bacharel Augusto Gonçalves de Freitas, juiz de direito promovido à 2.ª classe e nomeado para a comarca da Ribeira Grande por decreto de 17 de Outubro de 1904, publicado em 21, tomou posse em 28 de Dezembro, fora do prazo legal. Transferido para a comarca de Odemira por decreto de 4 de Julho de 1911, publicado em 28, tomou posse em 15 de Setembro. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos, 9 meses e 4 dias.

6 Bacharel António da Mata Pedrosa Barata, juiz de direito promovido à 2.ª classe e nomeado para a comarca de Murça por decreto de 19 de Novembro de 1904, publicado em 22; por despacho de 21 de dezembro de 1904 foi-lhe prorrogado o prazo para a posse, que tomou em 19 de Janeiro de 1905. Transferido para a comarca de Lagos por decreto de 5 de Agosto de 1905, publicado em 10, tomou posse em 19. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos, 8 meses e 13 dias.

7 Bacharel António Mendes de Gouveia, juiz de direito promovido à 2.ª classe e nomeado para a comarca do Cartaxo por decreto de 18 de Fevereiro de 1905, publicado em 23, tomou posse em 23 de Março. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos, 7 meses e 11 dias.

8 Bacharel José de Sousa Mendes, juiz de direito promovido à 2.ª classe e nomeado para a comarca de Arouca por decreto de 18 de Fevereiro de 1905, publicado em 23, tomou posse em 20 de Março. Transferido para a comarca de Montemor-o-Velho por decreto de 25 de Setembro de 1905, publicado em 3 de Outubro, tomou posse em 31. Transferido para a comarca de Mangualde por decreto de 28 de Novembro de 1907, publicado em 7 de Dezembro, tomou posse em 6 de Janeiro de 1908. — Nomeado ajudante do juiz de Instrução Criminal de Lisboa por decreto de 27 de Janeiro de 1910, publicado em 1 de Fevereiro, foi este despacho declarado sem efeito por decreto de 12 de Fevereiro seguinte, publicado em 15. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos, 7 meses e 11 dias.

9 Bacharel Ovidio de Alpoim de Cerqueira Borges Cabral, juiz de direito promovido à 2.ª classe e nomeado

para a comarca de Mafra por decreto de 18 de Fevereiro de 1905, publicado em 23, continuando depois da posse, que tomou em 25, no lugar de procurador régio junto da Relação do Pôrto, para que havia sido nomeado por decreto de 15 de Dezembro de 1904, publicado em 20. Exonerado deste cargo por decreto de 16 de Novembro de 1906, publicado em 20, por ter sido nomeado para exercer a comissão de juiz dos tribunais mistos no Egipto. — Tempo de serviço efectivo em 30 de setembro de 1911: 6 anos, 7 meses e 11 dias.

10 Bacharel Júlio Pessanha Vilhegas do Casal, juiz de direito promovido à 2.ª classe e nomeado para a comarca de Mafra por decreto de 27 de Fevereiro de 1905, publicado em 1 de março, tomou posse em 29. Nomeado auditor junto do 2.º conselho de guerra territorial da grande circunscrição militar do sul por decreto de 4 de Fevereiro de 1909, publicado em 17, tomou posse em 27. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos, 7 meses e 2 dias.

11 Bacharel Abel Augusto Garção, juiz de direito promovido à 2.ª classe e nomeado para a comarca de Monção por decreto de 27 de Fevereiro de 1905, publicado em 1 de Março, tomou posse em 29. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos, 7 meses e 2 dias.

12 Bacharel José Coelho da Mota Prago, juiz de direito promovido à 2.ª classe e nomeado para a comarca de Alcobaca por decreto de 9 de Março de 1905, publicado em 17, continuando depois da posse, que tomou em 29, no lugar de juiz das execuções fiscais do 1.º distrito fiscal de Lisboa, para que fôra nomeado por decreto de 2 de Setembro de 1901, publicado em 10. Nomeado, em comissão, governador civil do distrito de Lisboa por despacho de 19 de Maio de 1909, publicado em 21, foi exonerado deste cargo por despacho de 21 de Dezembro seguinte, publicado em 24. Em 1910-1911 teve de excesso de licença 1 mês e 23 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos e 5 meses.

13 Bacharel José Maria de Moraes Sarmiento, juiz de direito promovido à 2.ª classe e nomeado para a comarca de Lagos por decreto de 19 de junho de 1905, publicado em 1 de julho. Nomeado auxiliar do juiz de instrução criminal de Lisboa por decreto de 4 de julho de 1905, publicado em 7, tomou posse em 31. Nomeado ajudante do juiz de instrução criminal de Lisboa por decreto de 19 de agosto de 1907, publicado em 24, tomou posse neste dia, sendo exonerado por decreto de 27 de Janeiro de 1910, publicado em 1 de Fevereiro, e ficando por isso adido à magistratura judicial. Nomeado auditor do 1.º conselho de guerra territorial da grande circunscrição militar do Sul por decreto de 31 de Março, inserto na *Ordem do Exército* n.º 8, 2.ª série, da mesma data, tomou posse em 14 de Abril. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos, 1 mês e 14 dias.

14 Bacharel João Ferreira da Silva Guimarães, juiz de direito promovido à 2.ª classe e nomeado para a comarca de Moura por decreto de 5 de Agosto de 1905, publicado em 10, tomou posse em 30. Em 1906-1907 teve de excesso de licença 5 dias, em 1907-1908, 24 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos e 28 dias.

15 Bacharel João Alfredo de Carvalho Braga, juiz de direito promovido à 2.ª classe e nomeado para a comarca da Póvoa de Varzim por decreto de 25 de Setembro de 1905, publicado em 3 de Outubro, tomou posse em 16. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos e 6 dias.

16 Bacharel Joaquim Pereira da Silva Amorim, juiz de direito promovido à 2.ª classe e nomeado para a comarca de Arouca por decreto de 25 de Setembro de 1905, publicado em 3 de Outubro, tomou posse em 31. Em 1909-1910 teve de excesso de licença 1 dia. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos e 5 dias.

17 Bacharel Abel Franco, juiz de direito promovido à 2.ª classe e nomeado para a comarca de Paredes por decreto de 25 de Setembro de 1905, publicado em 3 de Outubro, tomou posse em 30. Transferido para a comarca de Aldeia Galega do Ribatejo por decreto de 1 de Março de 1906, publicado em 7, tomou posse em 23. Transferido para a comarca de Cintra por decreto de 13 de Novembro de 1908, publicado em 21 de Dezembro, tomou posse em 26. Em 1907-1908 teve de excesso de licença 2 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos e 4 dias.

18 Bacharel Domingos Dias da Costa, juiz de direito promovido à 2.ª classe e nomeado para a comarca de Idanha-a-Nova por decreto de 7 de Dezembro de 1905, publicado em 14, não consta que tomasse posse. Transferido para a comarca de Cantanhede por decreto de 18 de Janeiro de 1906, publicado em 29, tomou posse em 26 de Fevereiro. Transferido para a comarca de Celorico de Basto por decreto de 23 de Maio de 1908, publicado em 3 de Julho, tomou posse em 30. Em 1907-1908 teve de excesso de licença 4 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de setembro de 1911: 5 anos, 8 meses e 10 dias.

19 Bacharel Manuel Gomes Duarte Pereira Coentro, juiz de direito promovido à 2.ª classe e nomeado para a comarca de Idanha-a-Nova por decreto de 18 de Janeiro de 1906, publicado em 29; foi-lhe prorrogado por 15 dias e por despacho de 24 de Fevereiro o prazo para a posse, que não tomou por ter sido transferido para a comarca de Paredes por decreto de 1 de Março de 1906, publicado em 7, tomou posse em 21. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 5 anos e 7 meses.

20 Bacharel Manuel Fernandes Pinto, juiz de direito promovido à 2.ª classe e nomeado para a comarca de Idanha-a-Nova por decreto de 1 de Março de 1906, publicado em 7, tomou posse em 31. Transferido para a comarca de Ceia por decreto de 3 de Maio de 1906, publicado em 8, tomou posse em 30. Em 1905-1906 teve de excesso de licença 21 dias: em 1906-1907, 5 dias; em 1908-1909, 1 dia. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 5 anos, 6 meses e 4 dias.

21 Bacharel Bernardino de Almeida Silva Campos de Melo, juiz de direito promovido à 2.ª classe e nomeado para a comarca de Idanha-a-Nova por decreto de 3 de Maio de 1906, publicado em 8, tomou posse em 7 de Junho. Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 5 anos, 4 meses e 29 dias.

22 Bacharel João Dias Mateus, juiz de direito promovido à 2.ª classe e nomeado para a comarca de Sinfães por decreto de 3 de Maio de 1906, publicado em 8, tomou posse em 7 de Junho. Em 1906-1907 teve de excesso de licença 11 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 5 anos, 4 meses e 18 dias.

23. Bacharel João Duarte Sereno, juiz de direito promovido à 2.ª classe e nomeado para a comarca de Tavira por decreto de 9 de Maio de 1906, publicado em 19, tomou posse em 18 de Junho. Em 1905-1906 teve de excesso de licença 2 dias; em 1906-1907, 21 dias; em 1907-1908, 18 dias. Transferido para a comarca de Mafra por decreto de 4 de Fevereiro de 1909, publicado em 9, tomou posse em 11 de Março. Nomeado auditor junto do conselho de guerra territorial da grande circunscrição militar do centro por decreto de 16 de Dezembro seguinte, publicado em 31, tomou posse em 20 de janeiro de 1910. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 4 anos, 11 meses e 16 dias.

24. Bacharel Gaspar Teixeira de Queiroz Coelho de Castro e Vasconcelos, juiz de direito promovido à 2.ª classe e nomeado para a comarca de Celorico de Basto por decreto de 28 de Novembro de 1907, publicado em 7 de Dezembro, tomou posse em 4 de Janeiro de 1908. Transferido para a comarca de Cantanhede por decreto de 23 de Maio de 1908, publicado em 3 de Julho, tomou posse em 2 de Agosto. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 3 anos, 10 meses e 3 dias.

25 Bacharel Joaquim António Serra, juiz de direito promovido à 2.ª classe e nomeado para a comarca de Vila Rial de Santo António por decreto de 10 de Março de 1908, publicado em 17, tomou posse em 15 de Abril. Transferido para a comarca do Sabugal por decreto de 26 de Maio de 1911, publicado em 5 de Junho, tomou posse em 23. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 3 anos, 6 meses e 22 dias.

26 Bacharel Joaquim Maria Bernardes, juiz de direito promovido à 2.ª classe e nomeado para a comarca de Alemquer por decreto de 10 de Março de 1908, publicado em 17, tomou posse em 15 de Abril. Em 1908-1909 teve de excesso de licença 2 dias. Transferido para a comarca de Penacova por decreto de 3 de Fevereiro de 1910, publicado em 11, tomou posse em 12 de Março. Transferido para a comarca de Soure por decreto de 10 do mesmo mês de Março, publicado em 29, tomou posse em 25 de Abril. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 3 anos, 6 meses e 20 dias.

27 Bacharel João Ribeiro Dias da Costa, juiz de direito promovido à 2.ª classe e nomeado para a comarca de Montemor-o-Velho por decreto de 23 de Abril de 1908, publicado em 2 de Maio, tomou posse em 21. Em 1907-1908 teve de excesso de licença 1 dia. Transferido para a comarca de Pombal por decreto de 24 de Agosto de 1910, publicado em 27, tomou posse em 22 de Setembro. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 3 anos, 5 meses e 7 dias.

28 Bacharel Fernando Maria da Graça Matoso da Silva Côrte Rial, juiz de direito promovido à 2.ª classe e nomeado para a comarca de S. Tiago do Cacem por decreto de 30 de Abril de 1908, publicado em 6 de Maio, tomou posse em 18, continuando depois da posse a exercer em comissão o lugar de Ouvidor da Secretaria da Junta do Crédito Público. Colocado na comarca de Gouveia por decreto de 4 de Julho de 1911, publicado em 2 de Agosto, tomou posse em 7. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 3 anos, 5 meses e 1 dia.

29 Bacharel José de Ornelas Cisneiros, juiz de direito promovido à 2.ª classe e colocado na comarca de S. Tiago do Cacem por decreto de 23 de Junho de 1908, publicado em 3 de Julho, tomou posse em 31. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 3 anos, 3 meses e 8 dias.

30 Bacharel José Henriques de Castro Pereira e Sola (Visconde de Francos), juiz de direito promovido à 2.ª classe e nomeado para a comarca de Montalegre por decreto de 18 de Setembro de 1908, publicado em 24, podendo depois da posse, que tomou em 2 de Outubro, voltar ao exercício do lugar, que está servindo em comissão, de juiz das execuções fiscais do distrito do Pôrto, para que havia sido nomeado por decreto de 3 de Maio de 1906, publicado em 5.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 3 anos e 13 dias.

31 Bacharel António Jorge Marçal, juiz de direito promovido à 2.ª classe e nomeado para a comarca de Aldeia Galega do Ribatejo por decreto de 14 de Janeiro de 1909, publicado em 23, tomou posse em 20 de Fevereiro. Transferido para a comarca de Santa Comba Dão por decreto de 4 de Julho de 1911, publicado em 28, tomou posse em 21 de Agosto.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 2 anos, 8 meses e 18 dias.

32 Bacharel António Augusto Gomes de Almendra, juiz de direito promovido à 2.ª classe e nomeado para a comarca de Montalegre por decreto de 14 de Janeiro de 1909, publicado em 19, tomou posse em 19 de Março. Transferido para a comarca de Mirandela por decreto de 27 de Maio de 1909, publicado em 31, tomou posse em 30 de Junho. Em 1909-1910 teve de excesso de licença 7 dias; em 1910-1911, 9 dias.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 2 anos, 8 meses e 2 dias.

33 Bacharel Albano Leite Ribeiro de Magalhães, juiz de direito promovido à 2.ª classe e nomeado para a comarca de Tavira por decreto de 4 de Fevereiro de 1909, publicado em 9, tomou posse em 10 de Março. Transferido para a comarca de Lousada por decreto de 16 de Abril de 1910, publicado em 23, tomou posse em 23 de Maio.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 2 anos, 7 meses e 25 dias.

34 Bacharel José de Barros e Sousa, juiz de direito promovido à 2.ª classe e colocado na comarca de Montalegre por decreto de 27 de Maio de 1909 publicado em 31, tomou posse em 7 de Junho. Transferido para a comarca de Oliveira do Hospital por decreto de 17 de mesmo mês de Junho, publicado em 26, tomou posse em 21 de Julho.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 2 anos, 4 meses e 5 dias.

35 Bacharel Augusto César Raposo, juiz de direito promovido à 2.ª classe e nomeado para a comarca de Montalegre por decreto de 17 de Junho de 1909, publicado em 26, tomou posse em 14 de Julho. Transferido para a comarca de Penacova por decreto de 10 de Março de 1910, publicado em 29, tomou posse em 26 de Abril.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 2 anos, 3 meses e 14 dias.

36 Bacharel Agostinho de Abranches Teixeira Fazenda Viegas, juiz de direito promovido à 2.ª classe e nomeado para a comarca de Trancoso por decreto de 9 de Julho de 1909, publicado em 22, tomou posse em 18 de Agosto. Transferido para a comarca de Penacova por decreto de 16 de Dezembro de 1909, publicado em 23, tomou posse em 12 de Janeiro de 1910. Transferido para a comarca de Alemquer por decreto de 3 de Fevereiro de 1910, publicado em 11, tomou posse em 19. Em 1909-1910 teve de excesso de licença 5 dias; em 1910-1911, 8 dias.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 2 anos, 2 meses e 10 dias.

37 Bacharel Júlio César de Castro Pereira Lopes, juiz de direito promovido à 2.ª classe e nomeado para a comarca de Montemor-o-Velho por decreto de 10 de Março de 1908, publicado em 17, tomou posse em 14 de Abril, continuando depois da posse a exercer em comissão o lugar de secretário do conselho disciplinar da magistratura judicial, para que fora nomeado por decreto de 23 de Junho de 1900, publicado em 25. Este conselho foi dissolvido por decreto de 24 de Outubro de 1910, publicado em 25. Encarregado em 4 de Novembro seguinte de proceder a arrolamento de bens das extintas congregações religiosas, findou estes trabalhos em 30 de Janeiro de 1911.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 1 ano, 9 meses e 20 dias.

38 Bacharel José Maria da Fonseca Saraiva Aguiar, juiz de direito promovido à 2.ª classe e nomeado para a comarca de Felgueiras por decreto de 16 de dezembro de 1909, publicado em 23, tomou posse em 21 de Janeiro de 1910.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 1 ano, 9 meses e 16 dias.

39 Bacharel Lucas Emilio Monteiro Leitão, juiz de direito promovido à 2.ª classe e colocado na comarca de Trancoso por decreto de 16 de dezembro de 1909, publicado em 23, tomou posse em 22 de Janeiro de 1910.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 1 ano, 9 meses e 16 dias.

40 Bacharel José de Menezes Tovar Faro e Noronha, juiz de direito promovido à 2.ª classe e nomeado para a comarca de Pinhel por decreto de 16 de Dezembro de 1909, publicado em 23, tomou posse em 13 de Janeiro de 1910. Em 1910-1911 teve de excesso de licença 3 dias.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 1 ano, 9 meses e 13 dias.

41 Bacharel António Carlos de Carvalho Barreto, juiz de direito promovido à 2.ª classe e nomeado para a comarca de Mafra por decreto de 16 de Dezembro de 1909, publicado em 23, tomou posse em 24 de Janeiro de 1910, fora do prazo legal, pelo que se lhe conta a antiguidade só desde esta data.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 1 ano, 8 meses e 8 dias.

42 Bacharel Agostinho Antunes de Lemos Viana, juiz de direito promovido à 2.ª classe e colocado na comarca de Montalegre por decreto de 16 de Abril de 1910, publicado em 23, tomou posse em 22 de Maio. Transferido para a comarca de Montemor-o-Velho por decreto de 24 de Agosto seguinte, publicado em 27, tomou posse em 3 de Setembro. Em 1910-1911 teve de excesso de licença 1 dia.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 1 ano, 5 meses e 14 dias.

43 Bacharel Francisco de Matos e Mancelos, juiz de direito promovido à 2.ª classe e nomeado para a comarca do Sabugal por decreto de 17 de Maio de 1904, publicado em 20, não tomou posse. Transferido para a comarca de Paredes por decreto de 9 de Junho seguinte, publicado em 14, tomou posse em 18. Transferido para a comarca de Moncorvo por decreto de 24 de Agosto de 1905, publicado em 29, foi-lhe prorrogado por trinta dias o prazo para a posse, que não chegou a tomar. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício por decreto de 16 de Novembro seguinte, publicado em 21.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 1 ano, 3 meses e 16 dias.

44 Bacharel Vítor Machado de Serpa, juiz de direito promovido à 2.ª classe e colocado na comarca de Tavira por decreto de 16 de Abril de 1910, publicado em 23, tomou posse em 20 de Junho. Transferido para a comarca da Ribeira Grande por decreto de 4 de Julho de 1911, publicado em 18, tomou posse em 25 de Setembro, fora do prazo legal, pelo que se lhe descontam 2 meses e 8 dias na antiguidade.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 1 ano, 3 meses e 7 dias.

45 Bacharel João Pacheco de Sacadura Bote, juiz de direito promovido à 2.ª classe e colocado na comarca de Sabugal por decreto de 16 de Abril de 1910, publicado em 23, tomou posse em 21 de Maio. Transferido para Vila Real de Santo António por decreto de 26 de Maio de 1911, publicado em 5 de Junho, tomou posse em 3 de Julho. Em 1910-1911 teve de excesso de ausência 4 meses e 6 dias.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 1 ano, 1 mês e 9 dias.

46 Bacharel José da Silva Monteiro, juiz de direito promovido à 2.ª classe e colocado na comarca de Montalegre por decreto de 24 de Agosto de 1910, publicado em 27, tomou posse em 21 de Setembro.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 1 ano, 1 mês e 8 dias.

47 Bacharel João António de Sousa, juiz de direito promovido à 2.ª classe e nomeado para a comarca de Estremoz por decreto de 17 de Junho de 1909, publicado em 26, tomou posse em 24 de Julho. Em 1908-1909 teve de excesso de licença 23 dias. Colocado no quadro da magistratura sem exercício por decreto de 13 de Setembro de 1910, publicado em 23. Em 1909-1910 teve de excesso de licença 9 meses e 20 dias.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 4 meses e 24 dias.

48 Bacharel Felix Tomás de Azevedo juiz de direito promovido à 2.ª classe e nomeado para a comarca de Vila Real de Santo António por decreto de 5 de Janeiro de 1899, publicado em 10, tomou posse em 6 de Fevereiro. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício por decreto de 10 de Maio seguinte, publicado em 17. Nomeado para a comarca de Santiago do Cacém por decreto de 28 de Novembro de 1907, publicado em 7 de Dezembro, não tomou posse. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício por decreto de 18 de Março de 1908, publicado em 30.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 4 meses e 14 dias.

49 Bacharel Alexandre de Albuquerque Tavares Lobo, juiz de direito promovido à 2.ª classe e nomeado para a comarca de Sabugal por decreto de 22 de Dezembro de 1900, publicado em 26, tomou posse em 12 de Fevereiro de 1901, fora do prazo legal, pelo que só se lhe conta o tempo de serviço efectivo desde esta data. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício por decreto de 28 de Março de 1901, publicado em 7 de Junho. Colocado na comarca de Santiago do Cacém por decreto de 18 de Março de 1908, publicado em 30, foi este despacho declarado sem efeito, e novamente colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício por decreto de 30 de Abril seguinte, publicado em 6 de Maio.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 3 meses e 24 dias.

50 Bacharel João António da Gama Lobo Pimentel, juiz de direito promovido à 2.ª classe e nomeado para a comarca de Lagos por decreto do 1 de Abril de 1905, publicado em 6, tomou posse em 5 de Maio. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício por decreto de 19 de Junho do dito ano, publicado em 1 de Julho.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 3 meses e 1 dia.

51 Bacharel Adriano Maria Cerqueira Machado, juiz de direito promovido à 2.ª classe e colocado na comarca de

Valença por decreto de 4 de Julho de 1911, publicado em 28, tomou posse em 26 de Agosto.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 2 meses e 28 dias.

52 Bacharel Júlio de Sousa Machado, juiz de direito promovido à 2.ª classe e colocado na comarca de Aldeia Galega do Ribatejo por decreto de 4 de Julho de 1911, publicado em 28, tomou posse em 26 de Agosto.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 2 meses e 28 dias.

53 Bacharel António Carlos de Magalhães Mendonça Pimentel, juiz de direito promovido à 2.ª classe e nomeado para a comarca de S. Tiago do Cacém por decreto de 14 de Maio de 1903, publicado em 20, foi-lhe prorrogado por 60 dias o prazo para a posse, que não chegou a tomar. Por decreto de 9 de Julho de 1903, publicado em 13 foi aquele despacho declarado sem efeito na parte em que nomeou o magistrado para a comarca de S. Tiago do Cacém, sendo colocado na do Sabugal, onde tomou posse em 11 de agosto. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício por decreto de 3 de Março de 1904, publicado em 9, achando-se ausente por motivo de doença desde 20 de Agosto de 1903.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 2 meses e 12 dias.

54 Bacharel Dinis Simões de Carvalho, juiz de direito promovido à 2.ª classe e colocado na comarca de Tavira por decreto de 18 de Agosto de 1911, publicado em 25, tomou posse em 23 de Setembro.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 1 mês e 14 dias.

55 Bacharel Alberto de Castro Pereira de Almeida Navarro, juiz de direito promovido à 2.ª classe e colocado na comarca de Estremoz por decreto de 4 de Julho de 1911, publicado em 18, foi-lhe prorrogado o prazo para a posse, que tomou em 5 de Setembro.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 26 dias.

### 3.ª Classe

1 Bacharel João José Caldeira Pinto Geraldês, nomeado vogal do Tribunal Administrativo do distrito de Leiria por decreto de 17 de Outubro de 1891, publicado em 22, tomou posse em 30 de Novembro. Extintos os tribunais administrativos por decreto de 21 de Abril de 1892, publicado em 22, ficou adido à magistratura judicial. Por decreto de 16 de Março de 1893, publicado em 17, foi encarregado de exercer provisoriamente as funções de juiz nos processos de execuções fiscais administrativas no concelho da Covilhã, tomando posse em 3 de Abril. Transferido para o concelho de Castelo Branco, por decreto de 13 de Abril de 1893, publicado em 14, tomou posse em 28. Estas funções cessaram por decreto de 28 de Março de 1895, publicado em 1 de Abril. Nomeado auditor do districto administrativo de Portalegre, por decreto do Ministério do Reino de 3 do mesmo mês de Abril, publicado em 4, tomou posse em 15. Transferido para Castelo Branco por decreto de 8 de Abril de 1897, publicado em 14, tomou posse em 7 de Maio. Nomeado juiz de direito de Ferreira do Alentejo, por decreto de 8 de Outubro de 1900, publicado em 10, tomou posse em 9 de Novembro. Em 1900-1901 teve excesso de ausência 270 dias. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício por decreto de 9 de Julho de 1903, publicado em 13.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 10 anos, 11 meses e 27 dias.

2 Bacharel António de Castro Pereira e Sola, nomeado, nos termos do decreto de 8 de Agosto de 1901, auditor administrativo do districto de Beja, por decreto de 2 de Setembro de 1901, publicado em 4, tomou posse em 27. Nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de Figueira de Castelo Rodrigo por decreto de 14 de Junho de 1902, publicado em 18, tomou posse em 30. Transferido para a comarca de Figueirós dos Vinhos por decreto de 23 de Abril de 1908, publicado em 2 de Maio, tomou posse em 29.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 10 anos e 29 dias.

3 Bacharel José Luis Moutinho Luna de Andrade, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de Almodovar por decreto de 2 de Setembro de 1901, publicado em 4, tomou posse em 1 de Outubro. Transferido para a comarca do Seixal por decreto de 16 de Junho de 1904, publicado em 21, tomou posse em 20 de Julho.—Em 1908-1909 teve de excesso de ausência 21 dias.—Transferido para a comarca de Vila Nova de Portimão por decreto de 30 de Julho de 1910, publicado em 6 de Agosto, foi o precedente despacho declarado sem efeito por ordem superior e no *Diário do Governo* de 11. Transferido para a comarca de Vila Nova de Portimão por decreto de 24 do mesmo mês de Agosto, publicado em 27, tomou posse em 22 de Setembro.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 10 anos e 8 dias.

4 Bacharel Baltazar Mousinho de Vasconcelos Almada-nim, nomeado vogal presidente do Tribunal Administrativo do districto de Évora, por decreto de 18 de Novembro de 1886, publicado em 19, tomou posse em 29. Em 1887 teve de excesso de licença 18 dias; em 1888, 12 dias; em 1889, 30 dias. Reconduzido para o districto de Faro por decreto de 9 de Janeiro de 1890, publicado em 14, foi-lhe prorrogado por 30 dias e por despacho de 28 do dito mês o prazo para a posse Transferido para idêntico lugar do Tribunal Administrativo do districto

de Évora por decreto de 10 de Fevereiro seguinte, publicado em 14, tomou posse em 22. Adido à magistratura judicial por decreto de 21 de Abril de 1892, publicado em 22. Encarregado por decreto de 16 de Março de 1893, publicado em 17, de exercer provisoriamente as funções de juiz nos processos de execuções fiscais administrativas no concelho de Évora, tomou posse em 28. Nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca da Povoação, por decreto de 10 de Maio de 1894, publicado em 15, foi este despacho declarado sem efeito por decreto de 2 de Junho seguinte, publicado em 5. Nomeado auditor administrativo do districto de Évora por decreto de 3 de Abril de 1895, publicado em 4, tomou posse em 10. Nomeado juiz de direito da comarca de Reguengos de Monsaraz por decreto de 19 de Setembro de 1896, publicado em 22, tomou posse em 17 de Outubro. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício por decreto de 24 de Dezembro de 1896, publicado em 28.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 9 anos, 10 meses e 14 dias.

5 Bacharel Domingos Libório de Lima e Lemos de Almeida Valente, nomeado, nos termos do decreto de 8 de Agosto de 1901, auditor administrativo do districto do Funchal por decreto de 2 de Setembro de 1901, publicado em 4, tomou posse em 23 de Novembro, fora do prazo legal. Nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de Monchique por decreto de 14 de Junho de 1902, publicado em 18, tomou posse em 5 de Agosto. Transferido para Vila Franca de Xira por decreto de 9 de Julho de 1903, publicado em 13, tomou posse em 27. Em 1903-1904 teve de excesso de licença 28 dias; em 1905-1906, 1 dia. Transferido para a comarca de Mação por decreto de 16 de Dezembro de 1909, publicado em 23, tomou posse em 22 de Janeiro de 1910. Transferido para Niza por decreto de 20 de Junho de 1911, publicado em 28, tomou posse em 25 de Julho.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 9 anos, 9 meses e 9 dias.

6 Bacharel Joaquim de Almeida Novais, nomeado auditor junto das inspecções gerais dos impostos, dos bens nacionais e do Tesouro por decreto de 24 de Dezembro de 1901, tomou posse em 11 de Janeiro de 1902.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 9 anos, 9 meses e 8 dias.

7 Bacharel António Marcelino Durão, nomeado, nos termos do decreto de 8 de Agosto de 1901, auditor administrativo do districto de Bragança por decreto de 31 de Outubro de 1901, publicado em 2 de Novembro, tomou posse em 29. Nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de Carrizada de Anciães por decreto de 9 de Julho de 1903, publicado em 13, tomou posse em 11 de Agosto seguinte. Transferido para a comarca de Almodovar por decreto de 16 de Dezembro de 1909, publicado em 23, foi-lhe prorogado o prazo para a posse, que só tomou em 6 de Maio de 1910, excedendo-o portanto em 102 dias, que lhe são descontados na antiguidade. Transferido para Figueira de Castelo Rodrigo por decreto de 24 de Agosto, publicado em 27, tomou posse em 26 de Setembro. Nomeado ajudante do procurador da República junto da Relação de Lisboa por decreto de 20 de Outubro, publicado em 22, tomou posse em 5 de Novembro.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 9 anos, 7 meses e 19 dias.

8 Bacharel Ludgero Augusto Moreira, nomeado, nos termos do decreto de 8 de Agosto de 1901, auditor administrativo do districto da Horta por decreto de 2 de Setembro de 1901, publicado em 4, não chegou a entrar em exercício. Nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca da Golegã por decreto de 14 de Junho de 1902, publicado em 18, tomou posse em 12 de Julho. Em 1902-1903 teve de excesso de licença 1 dia. Transferido para a comarca de Monchique por decreto de 4 de Fevereiro de 1909, publicado em 9, tomou posse em 10 de Março.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 9 anos, 3 meses e 16 dias.

9 Bacharel António Joaquim da Silva Peixoto de Magalhães, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca da Ilha de Santa Maria por decreto de 19 de Junho de 1902, publicado em 25, tomou posse em 25 de Agosto. Transferido para a comarca de Boticas por decreto de 14 de Maio de 1903, publicado em 20, tomou posse em 16 de Julho seguinte. Transferido para a comarca de Póvoa de Lanhoso por decreto de 17 de Novembro de 1904, publicado em 19, tomou posse em 23. Transferido para a comarca de Vieira por decreto de 3 de Fevereiro de 1910, publicado em 11, tomou posse em 26.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 9 anos, 3 meses e 12 dias.

10 Bacharel José Luís de Brito, nomeado, nos termos do decreto de 8 de Agosto de 1901, auditor administrativo do districto da Horta por decreto de 14 de Junho de 1902, publicado em 25, tomou posse em 29 de Julho. Nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de Boticas por decreto de 11 de Dezembro de 1902, publicado em 15, tomou posse em 24 de Janeiro de 1903. Transferido para a comarca de Reguengos de Monsaraz por decreto de 14 de Maio de 1903, publicado em 20, tomou posse em 12 de Junho seguinte. Transferido para Albufeira por decreto de 28 de Novembro de 1907, publicado em 11 de Dezembro, tomou posse em 4 de Janeiro de 1908. Em 1903-1904 teve de excesso de licença 1 dia;

em 1906-1907, 36 dias; em 1907-1908, 3 dias.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 9 anos, 2 meses e 7 dias.

11 Bacharel Abílio Martinho de Camões, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca da Ilha das Flores por decreto de 12 de Junho de 1901, publicado em 18, tomou posse em 13 de Agosto. Transferido para a comarca de Avis por decreto de 11 de Dezembro de 1902, publicado em 15, tomou posse em 12 de Janeiro de 1903. Transferido para a comarca de Almada por decreto de 25 de Junho de 1904, publicado em 28, tomou posse em 25 de Julho. Transferido para a comarca de Baião, por decreto de 18 de Março de 1908, publicado em 30, tomou posse em 27 de Abril. Em 1901-1902 teve de excesso de ausência 11 meses; em 1902-1903, 41 dias; em 1905-1906, 17 dias; em 1910-1911, 29 dias.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 9 anos, 1 mês e 22 dias.

12 Bacharel António Augusto Pereira, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de Santa Cruz por decreto de 28 de Dezembro de 1899, publicado em 10 de Janeiro de 1900, não tomou posse. Transferido para Portel por decreto de 19 de Abril de 1900, publicado em 24, tomou posse em 25 de Maio. Transferido para a comarca de Oliveira de Frades por decreto de 17 de Novembro de 1904, publicado em 19, tomou posse em 9 de Dezembro. Em 1899-1900 teve de excesso de licença 70 dias; em 1900-1901, 132 dias; em 1901-1902, 87 dias; em 1902-1903, 165 dias; em 1903-1904, 73 dias; em 1904-1905, 23 dias; em 1905-1906, 3 dias; em 1906-1907, 92 dias; em 1907-1908, 52 dias; em 1908-1909, 82 dias. Transferido para a comarca de Paredes de Coura por decreto de 16 de Dezembro de 1909, publicado em 23, tomou posse em 21 de Janeiro de 1910. Em 1909-1910 teve de excesso de licença 16 dias; em 1910-1911, 1 mês e 15 dias.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 9 anos, 1 mês e 16 dias.

13 Bacharel José Alberto Barata do Amaral, nomeado nos termos do decreto de 8 de Agosto de 1901, auditor administrativo do districto de Faro por decreto de 24 de Outubro de 1901, publicado em 25, tomou posse em 9 de Novembro. Nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de Vagos por decreto de 14 de Maio de 1903, publicado em 20, tomou posse em 18 de Junho seguinte. Transferido para a comarca da Lousã por decreto de 28 de Janeiro de 1909, publicado em 4 de Fevereiro, tomou posse em 1 de Março. Transferido para a comarca de Anciães por decreto de 6 de Maio de 1909, publicado em 13, tomou posse em 12 de Junho. Em 1906-1907 teve de excesso de licença 4 dias; em 1910-1911, 9 meses e 23 dias.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 9 anos, 1 mês e 11 dias.

14 Bacharel Francisco de Sales Pinto de Mesquita Carvalho, nomeado juiz de direito de 3.ª classe da comarca de S. Vicente por decreto de 19 de Junho de 1902, publicado em 25, tomou posse em 14 de Agosto. Transferido para a comarca de Redondo por decreto de 14 de Maio de 1903, publicado em 20, tomou posse em 19 de Junho seguinte. Transferido para a comarca de Paredes de Coura por decreto de 25 de Julho de 1903, publicado em 29, tomou posse em 26 de Agosto imediato. Em 1902-1903 teve de excesso de licença 137 dias; em 1907-1908, 1 dia. Transferido para a comarca de Carrizada de Anciães por decreto de 16 de Dezembro de 1909, publicado em 23, tomou posse em 20 de Janeiro de 1910. Transferido para Vila Pouca de Aguiar por decreto de 26 de Janeiro de 1911, publicado em 30, tomou posse em 27 de Fevereiro.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 8 anos, 10 meses e 24 dias.

15 Bacharel Vicente Luis Gomes, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de Almodovar por decreto de 25 de Maio de 1899, publicado em 27, tomou posse em 8 de Junho. Colocado no quadro da magistratura judicial por decreto de 15 de Junho de 1899, publicado em 17. Nomeado para, em comissão, exercer o lugar de juiz de direito das Caldas da Rainha, no impedimento legal do proprietário por decreto de 14 de Junho de 1902, publicado em 18, tomou posse em 30, onde se conservou até 22 de Setembro de 1904, data em que tomou posse o juiz efectivo, ficando adido à magistratura judicial. Colocado na comarca da Lourinhã, no impedimento legal do juiz proprietário, por decreto de 9 de Julho de 1909, publicado em 22, tomou posse em 21 de Agosto e ali se conservou até 26 de Janeiro de 1910, data em que entregou a jurisdição por ter cessado o impedimento do juiz proprietário, ficando por isso adido à magistratura judicial. Colocado na comarca de Rio Maior durante o impedimento do juiz proprietário por decreto de 2 de Março seguinte, publicado em 8, tomou posse em 5 de Abril, entregando a jurisdição em 29 de Julho e ficando adido ao quadro da magistratura. Por portaria de 27 de Dezembro seguinte foi encarregado de apreciar as reclamações das congregações religiosas. Nomeado juiz do 2.º districto fiscal de Lisboa por decreto de 18 de Abril de 1911, publicado em 21, tomou posse em 24.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 8 anos, 10 meses e 6 dias.

16 Bacharel Sérgio Augusto Gonçalves de Medeiros Branco, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a co-

marca da Ilha Graciosa por decreto de 11 de Dezembro de 1912, publicado em 15, tomou posse em 12 de Fevereiro de 1903. Transferido para a comarca de Avis por decreto de 30 de Junho de 1904, publicado em 16 de Julho, tomou posse em 27 de Agosto. Transferido para a comarca de Alvaizere por decreto de 25 de Setembro de 1905, publicado em 3 de Outubro, tomou posse em 11. Em 1908-1909 teve de excesso de licença 4 dias.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 8 anos, 9 meses e 17 dias.

17 Bacharel Francisco José de Sousa, nomeado, nos termos do decreto de 8 de Agosto de 1901, auditor administrativo do districto de Braga por decreto de 6 de Novembro de 1902, publicado em 13, tomou posse em 13 de Dezembro. Nomeado juiz de direito da comarca de Macedo de Cavaleiros por decreto de 19 de Junho de 1905, publicado em 1 de Julho, tomou posse em 27. Em 1905-1906 teve de excesso de licença 6 dias; em 1906-1907, 17 dias; em 1908-1909, 67 dias. Transferido para Ponte da Barca por decreto de 4 de Julho de 1911, publicado em 28, tomou posse em 26 de Agosto. Em 1909-1910 teve de excesso de licença 1 dia.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 8 anos, 7 meses e 24 dias.

18 Bacharel António Francisco da Fonseca, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca da Povoação por decreto de 24 de Dezembro de 1901, publicado em 28. Por despacho de 21 de Fevereiro de 1902, publicado em 22, foi-lhe prorogado o prazo para a posse por 45 dias; prorogado por mais 60 dias por despacho de 12 de Abril, publicado em 14; prorogado por mais 60 dias por despacho de 20 de Junho, publicado em 21; prorogado por mais 60 dias por despacho de 14 de Agosto, publicado em 16, não chegou a tomar posse. Transferido para a comarca de Alfandega da Fé por decreto de 11 de Dezembro de 1902, publicado em 15, tomou posse em 12 de Janeiro de 1903. Transferido para a comarca de Mesão Frio por decreto de 25 de Setembro de 1905, publicado em 13 de Outubro, tomou posse em 30. Em 1908-1909 teve de excesso de licença 70 dias.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 8 anos, 7 meses e 11 dias.

19 Bacharel Diogo de Barcelos Machado Bettencourt, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca da Ilha do Pico por decreto de 28 de Dezembro de 1899, publicado em 10 de Janeiro de 1900, tomou posse por procuração em 21 de Fevereiro, continuando a exercer em comissão o lugar de governador civil da Horta. Por decreto de 29 de Junho de 1900, publicado em 30, foi exonerado desta comissão, assumindo nesta data as suas funções de juiz. Em 1900-1901 teve de excesso de licença 73 dias; em 1901-1902, 2 dias; em 1903-1904, 3 dias. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício, por decreto de 11 de Fevereiro de 1905, publicado em 16. Nomeado juiz de direito da comarca da Ilha Graciosa por decreto de 12 de Junho de 1907, publicado em 19, tomou posse em 27 de Julho. Em 1907-1908 teve de excesso de licença 33 dias; em 1908-1909 teve de excesso de ausência 9 meses e 20 dias. Transferido para a comarca de Vila da Praia da Vitória por decreto de 16 de Abril de 1910, publicado em 23, tomou posse em 27 de Maio.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 8 anos, 3 meses e 27 dias.

20 Bacharel António de Melo Vaz de Sampaio, nomeado, nos termos do decreto de 8 de Agosto de 1901, auditor administrativo do districto de Coimbra por decreto de 21 de Janeiro de 1903, publicado em 26, tomou posse em 21 de Fevereiro seguinte. Reconduzido nestas funções por decreto de 17 de Fevereiro de 1909, publicado em 18. Em 1910-1911 teve de excesso de licença 4 meses e 23 dias.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 8 anos, 3 meses e 18 dias.

21 Bacharel António Vítor Lemos da Rocha, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de Villa Flor por decreto de 9 de Julho de 1903, publicado em 13, tomou posse em 12 de Agosto seguinte. Transferido para a comarca de Albergaria-a-Velha por decreto de 9 de maio de 1906, publicado em 19, tomou posse em 11 de Junho.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 8 anos, 2 meses e 23 dias.

22 Bacharel Domingos José Vieira Ribeiro, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca da Ilha de Santa Maria por decreto de 9 de Julho de 1903, publicado em 13, tomou posse em 13 de Setembro seguinte. Transferido para a comarca de Redondo por decreto de 30 de Junho de 1904, publicado em 16 de Julho, tomou posse em 9 de Setembro. Transferido para a comarca de Ponte da Barca por decreto de 19 de Novembro de 1904, publicado em 22, tomou posse em 12 de Dezembro. Transferido para Vila Flor por decreto de 4 de Julho de 1911, publicado em 28, tomou posse em 24 de Agosto.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 8 anos, 2 meses e 23 dias.

23 Bacharel Bernardo de Sousa Brito, nomeado, nos termos do decreto de 8 de Agosto de 1901, auditor administrativo do districto de Beja por decreto de 9 de Julho de 1903, publicado em 13, tomou posse em 11 de Agosto seguinte. Nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a

comarca de Castro Daire por decreto de 3 de Março de 1904, publicado em 9, tomou posse em 7 de Abril. Transferido para a comarca de Tabuaco por decreto de 23 de Junho de 1910, publicado em 30, tomou posse em 20 de Julho. Transferido para Resende por decreto de 23 de Dezembro seguinte, publicado em 24, tomou posse em 2 de Janeiro. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 8 anos, 2 meses e 23 dias.

24 Bacharel Luis Mendes de Oliveira Fernandes, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de Redondo por decreto de 25 de Julho de 1903, publicado em 29, tomou posse em 27 de Agosto seguinte. Transferido para a comarca de Penela por decreto de 17 de Maio de 1904, publicado em 20, tomou posse em 18 de Junho. Transferido para a comarca de Portel por decreto de 23 de Junho de 1910, publicado em 30, tomou posse em 29 de Julho. Nomeado por decreto de 13 de Setembro de 1910, publicado em 17, para servir na comarca do Seixal durante o impedimento legal do juiz proprietário, não chegou a tomar posse, por ter cessado aquele impedimento com a proclamação da República. Transferido para Coruche por decreto de 23 de Dezembro seguinte, publicado em 24, tomou posse em 22 de Janeiro de 1911. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 8 anos, 2 meses e 7 dias.

25 Bacharel José Maria de Figueiredo, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de Vila Nova de Fozcoã por decreto de 9 de Julho de 1903, publicado em 13, tomou posse em 11 de Agosto seguinte. Transferido para a comarca de Vieira por decreto de 30 de Junho de 1904, publicado em 16 de Julho, tomou posse em 11 de Agosto. Em 1904-1905 teve de excesso de licença 5 dias; em 1906-1907, 2 dias; em 1908-1909, 12 dias. Transferido para a comarca de Povoã de Lanhoso por decreto de 3 de Fevereiro de 1910, publicado em 11, tomou posse em 9 de Março. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 8 anos, 2 meses e 4 dias.

26 Bacharel Henrique Ernesto da Costa Santos, nomeado vogal do Tribunal Administrativo do distrito de Ponta Delgada por decreto de 20 de Setembro de 1890, publicado em 2 de Outubro, tomou posse em 26 de Novembro. Transferido para o Tribunal Administrativo de Aveiro por decreto de 30 de Dezembro seguinte, publicado em 15 de Janeiro de 1891, tomou posse em 14 de Março. Extintos os tribunais administrativos por decreto de 21 de Abril de 1892, publicado em 22, ficou adido à magistratura judicial. Por decreto do Ministério da Fazenda de 16 de Março de 1893, publicado em 17, foi encarregado de exercer provisoriamente as funções de juiz nos processos de execuções fiscais administrativas no concelho de Cascaes. Estas funções cessaram por decreto de 28 de Março de 1895, publicado em 1 de Abril. Nomeado juiz de direito da comarca de Benavente por decreto de 3 de Setembro de 1898, publicado em 9, para servir no impedimento do juiz proprietário, tomou posse em 8 de Outubro. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício por decreto de 27 do mesmo mês de Outubro, publicado em 29. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 8 anos, 1 mês e 9 dias.

27. Bacharel Abilio Augusto da Fonseca Braga, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca da Ilha das Flores por decreto de 9 de Julho de 1903, publicado em 13, tomou posse em 13 de Setembro seguinte. Transferido para a comarca de Murça por decreto de 25 de Fevereiro de 1904, publicado em 2 de Março, tomou posse em 25. Em 1903-1904 teve de excesso de ausência 52 dias. Transferido para a comarca de Tabuaco por decreto de 23 de Dezembro de 1910, publicado em 24, tomou posse em 16 de Janeiro de 1911. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 8 anos, 1 mês e 1 dia.

28 Bacharel Joaquim Gonçalves da Costa, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca da Povoação por decreto de 9 de Julho de 1903, publicado em 13, tomou posse em 10 de Setembro seguinte. Transferido para a comarca de Alameda por decreto de 14 de Abril de 1904, publicado em 23, tomou posse em 17 de maio. Transferido para a comarca de Mondim de Basto por decreto de 9 de Setembro de 1905, publicado em 19, tomou posse em 17 de Outubro. Em 1903-1904 teve de excesso de licença 42 dias. Em 1907-1908, 8 dias; em 1908-1909, 2 dias; em 1910-1911, 1 dia. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 8 anos e 1 mês.

29 Bacharel Bernardo Meireles Leite, juiz de direito de 1.ª instância da magistratura judicial do ultramar, onde completou 6 anos de serviço, apresentado no Ministério da Justiça e admitido no quadro da magistratura judicial do continente em 8 de Outubro de 1889. Nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de Carraceda de Anciães por decreto de 20 de Setembro de 1890, publicado em 2 de Outubro, tomou posse em 9. Transferido para a comarca de Ourique por decreto de 1 de Fevereiro de 1893, publicado em 4, tomou posse em 1 de Março. Transferido para a comarca de Albufeira por decreto de 5 de Agosto de 1893, publicado em 8, tomou posse em 5 de Setembro. Por decreto de 10 de Maio de 1894, publicado em 15, foi colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício. Colocado na comarca de Almada por decreto de 18 de Março de 1908, publicado em 30, tomou posse em 9 de Abril. Em 1890-1891 teve de ex-

cesso de licença 29 dias. Nomeado para o lugar de juiz de investigação criminal na área do 1.º e 2.º distritos criminais da comarca de Lisboa por decreto de 14 de Outubro de 1910, publicado em 19, tomou posse neste dia. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 8 anos e 23 dias.

30 Bacharel Joaquim Augusto Machado, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de Mogadouro por decreto de 19 de Setembro de 1903, publicado em 22, tomou posse em 7 de Outubro. Transferido para a comarca de Almeida por decreto de 28 de Novembro de 1907, publicado em 11 de Dezembro, tomou posse em 9 de Janeiro de 1908. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 8 anos e 12 dias.

31 Bacharel Norberto Augusto de Carvalho, nomeado, nos termos do decreto de 8 de Agosto de 1901, auditor administrativo no distrito de Bragança por decreto de 9 de Julho de 1903, publicado em 13, tomou posse em 22. Transferido para a comarca de Alijó por decreto de 26 de Novembro de 1903, publicado em 7 de Dezembro, tomou posse em 15. Transferido para a comarca de Alfândega da Fé por decreto de 18 de Março de 1904, publicado em 30, tomou posse em 11 de Abril. Em 1910-1911 teve de excesso de licença 3 meses e 25 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 7 anos, 10 meses e 28 dias.

32 Bacharel Augusto César de Oliveira, nomeado auditor administrativo de Bragança por decreto de 5 de Dezembro de 1903, publicado em 7, tomou posse em 28. Nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de Vimioso por decreto de 23 de Agosto de 1904, publicado no mesmo dia, tomou posse em 12 de Setembro. Transferido para a comarca do Mogadouro, por decreto de 28 de Novembro de 1907, publicado em 11 de Dezembro, tomou posse em 10 de Janeiro de 1908. Em 1904-1905 teve de excesso de licença 59 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 7 anos, 7 meses e 28 dias.

33 Bacharel Eduardo de Campos de Castro Azevedo Soares, nomeado auditor administrativo do distrito de Angra do Heroísmo por decreto de 3 de Dezembro de 1903, publicado em 7, tomou posse em 13 de Janeiro de 1904. Nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de Alcacer do Sal por decreto de 21 de Abril de 1904, publicado em 27, tomou posse em 20 de Junho. Transferido para a comarca de Caminha por decreto de 15 de Dezembro de 1904, publicado em 4 de Janeiro de 1905, tomou posse em 26. Em 1903-1904 teve de excesso de licença 34 dias; em 1905-1906, 29 dias. Transferido para a comarca de Vinhais por decreto de 4 de Fevereiro de 1911, publicado em 11, tomou posse em 11 de Março. Colocado interinamente na comarca de Valença por decreto de 13 do dito mês de março, publicado em 21, tomou posse em 29. Transferido para a comarca de Cabeceiras de Basto por decreto de 4 de Julho seguinte, publicado em 28, tomou posse em 4 de Agosto. Em 1910-1911 teve de excesso de licença 3 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 7 anos, 7 meses e 23 dias.

34 Bacharel Abilio Machado da Costa Santos, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de Paços de Ferreira por decreto de 3 de Março de 1904, publicado em 9, tomou posse em 6 de Abril. Transferido para a comarca de Castelo de Paiva por decreto de 3 de Fevereiro de 1910, publicado em 11, tomou posse em 12 de março. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 7 anos, 6 meses e 29 dias.

35 Bacharel José Joaquim Alvares Pedreira de Moura, nomeado auditor administrativo do distrito de Beja, por decreto de 17 de Março de 1904, publicado em 21, tomou posse em 11 de Abril. Transferido para Vila Real, por decreto de 18 de Outubro de 1904, publicado em 20, tomou posse em 31. Transferido para Braga por decreto de 27 de Junho de 1907, publicado em 28, tomou posse em 5 de Julho. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 7 anos, 6 meses e 15 dias.

36 Bacharel António Augusto Crispiniano da Costa, nomeado, nos termos do decreto de 8 de Agosto de 1901, auditor administrativo no distrito de Faro por decreto de 9 de Julho de 1903, publicado em 14, tomou posse neste mesmo dia. Nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de Resende por decreto de 25 de Julho de 1904, publicado em 29, tomou posse em 24 de Agosto. Nomeado procurador régio junto da Relação do Porto por decreto de 20 de Janeiro de 1908, publicado em 24, tomou posse em 11 de Fevereiro. Em 1906-1907 teve de excesso de licença 3 dias. Exonerado de procurador da República por decreto de 20 de Outubro de 1910, publicado em 22 ficou adido à magistratura judicial. Colocado na comarca de Macedo de Cavaleiros por decreto de 4 de Julho de 1911, publicado em 28, tomou posse em 25 de Agosto. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 7 anos, 6 meses e 8 dias.

37 Bacharel Constantino Elisário Ribeiro Peixoto, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca da Ilha das Flores por decreto de 19 de Abril de 1900, publicado em 24. Declarado sem efeito este despacho por decreto de 7 de Junho de 1900, publicado em 16, e nomeado para Monchique, tomou posse em 25. Transferido

para Meda por decreto de 31 de Janeiro de 1901, publicado em 4 de Fevereiro. tomou posse em 6 de Março, em 1199-1900 teve de excesso de licença 24 dias. Em 1900-1901, 47 dias. Transferido para Vila Flor por decreto de 24 de Dezembro de 1901, publicado em 25, tomou posse em 27 de Janeiro. Em 1901-1902 teve de excesso de licença 89 dias. Transferido para a comarca de Baião por decreto de 14 de Maio de 1903, publicado em 20, tomou posse em 18 de Junho seguinte. Colocado no quadro da magistratura judicial, sem exercício, por decreto de 18 de Março de 1908, publicado em 30. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 7 anos, 6 meses e 1 dia.

38 Bacharel António Joaquim Marques de Figueiredo, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de S. Vicente por decreto de 26 de Novembro de 1903, publicado em 7 de Dezembro, tomou posse em 24 de Janeiro. Transferido para a comarca de Monchique por decreto de 30 de Junho de 1904, publicado em 16 de Julho, tomou posse em 6 de Setembro. Transferido para a comarca de Mação por decreto de 19 de Novembro de 1904, publicado em 22, tomou posse em 19 de Dezembro. Transferido para a comarca de Serpa por decreto de 28 de Novembro de 1907, publicado em 11 de Dezembro, foi-lhe prorrogado o prazo para a posse, que tomou em 7 de Fevereiro de 1908. Em 1908-1909 teve de excesso de licença 58 dias. — Transferido para a comarca de Arraiolos por decreto de 29 de Março de 1911, publicado em 31, não tomou posse. Transferido a seu pedido para a comarca de Vila Viçosa por decreto de 19 de Abril seguinte, publicado em 24, tomou posse em 21 de Maio, entendendo-se que foi fora do prazo legal visto ter sido o despacho publicado no decurso do prazo em que deveria tomar posse do lugar em Arraiolos. Por este motivo se lhe desconta na antiguidade 1 mês e 19 dias. Em 1909-1910 teve de excesso de licença 1 mês e 3 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 7 anos, 5 meses e 15 dias.

39 Bacharel Christovam Coelho da Costa Pessoa, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca da Ilha das Flores por decreto de 25 de Fevereiro de 1904, publicado em 2 de Março; declarado sem efeito este decreto e nomeado para a comarca de Mértola por decreto de 21 de Abril de 1904, publicado em 26, tomou posse em 4 de Maio. Transferido para a comarca de Serpa por decreto de 4 de Julho de 1911, publicado em 28, tomou posse em 26 de Agosto. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 7 anos, 5 meses e 10 dias.

40 Bacharel José da Encarnação Granado, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de Benavente por decreto de 2 de Maio de 1904, publicado em 4, tomou posse em 18. Transferido para a comarca de Arraiolos por decreto de 27 de Maio de 1909, publicado em 31, tomou posse em 5 de Junho. Transferido para a comarca de Benavente, para servir no impedimento do juiz proprietário, por decreto de 21 de Fevereiro de 1911, publicado em 24, tomou posse em 20 de Março. Colocado definitivamente nesta comarca por decreto de 29 do dito mês de Março, publicado em 3 de Abril, tomou posse em 4. Transferido para a comarca de Almada por decreto de 1 de Maio seguinte, publicado em 15, tomou posse em 18. Adido à magistratura judicial por decreto de 18 de Agosto, publicado em 25. Nomeado vogal da comissão da execução da lei da separação por decreto de 24 do mesmo mês, publicado em 25. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 7 anos e 5 meses.

41 Bacharel Inocêncio de Medeiros Moura, nomeado auditor administrativo do distrito de Ponta Delgada por decreto de 2 de Maio de 1904, publicado em 3, tomou posse em 1 de Junho. — Tempo de serviço efectivo em 30 de setembro de 1911: 7 anos e 5 meses.

42 Bacharel António de Saldanha Moncada, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de Ferreira do Alentejo por decreto de 7 de Janeiro de 1904, publicado em 11, tomou posse em 8 de Fevereiro. Transferido para a comarca de Ancião por decreto de 18 de Fevereiro de 1905, publicado em 23, tomou posse em 20 de Março. Em 1903-1904 teve de excesso de ausência 41 dias, em 1907-1908, 64 dias. Transferido para a comarca da Lousã por decreto de 6 de Maio de 1909, publicado em 13, tomou posse em 17. Em 1908-1909 teve de excesso de licença 11 dias; em 1909-1910, 12 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 7 anos, 4 meses e 17 dias.

43 Bacharel José de Oliveira da Costa Gonçalves, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de Vila Nova de Portimão, por decreto de 30 de Junho de 1904, publicado em 16 de Julho, tomou posse em 14 de Agosto. Transferido para a comarca de Benavente por decreto de 24 de Agosto de 1910, publicado em 27, tomou posse em 21 de Setembro. — Transferido para a comarca do Seixal por decreto de 23 de Dezembro seguinte, publicado em 24, tomou posse em 19 de Janeiro de 1911. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 7 anos, 3 meses e 1 dia.

44 Bacharel Domingos António Pais Saraiiva Amaral, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de Vila Franca do Campo por decreto de 30 de Junho de

1904, publicado em 16 de Julho, tomou posse em 10 de Setembro. Transferido para a comarca de Monchique por decreto de 19 de Novembro de 1904, publicado em 22, declarado sem efeito este decreto e transferido para a comarca de Redondo por decreto de 15 de Dezembro de 1904, publicado em 20, tomou posse em 19 de Janeiro de 1905. Transferido para a comarca de Mondim de Basto por decreto de 4 de Julho de 1905, publicado em 11, tomou posse em 10 de Agosto. Transferido para a comarca de Almeida por decreto de 9 de Setembro de 1905, publicado em 19, tomou posse em 18 de Outubro. Transferido para a comarca de Fornos de Algodres por decreto de 6 de Junho de 1907, publicado em 11, tomou posse em 4 de Julho.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 7 anos, 3 meses e 1 dia.

45 Bacharel Fafes Luz Teixeira Coelho, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de Niza por decreto de 9 de Julho de 1904, publicado em 16, tomou posse em 10 de Agosto. Transferido para a comarca de Vila Pouca de Aguiar por decreto de 15 de Dezembro de 1904, publicado em 20, tomou posse em 10 de Janeiro de 1905. Transferido para a comarca de Carraceda de Anciães por decreto de 26 de Janeiro de 1811, publicado em 30, tomou posse em 22 de Fevereiro.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 7 anos, 2 meses e 23 dias.

46 Bacharel Ernesto de Carvalho e Almeida, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca da Ilha de Santa Maria por decreto de 9 de Julho de 1904, publicado em 16, tomou posse em 1 de Setembro. Transferido para a comarca de Alcacer do Sal por decreto de 25 de Setembro de 1905, publicado em 3 de Outubro, tomou posse em 28 de Novembro.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 7 anos, 2 meses e 23 dias.

47 Bacharel Salvador Ribeiro, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de Miranda do Douro por decreto de 30 de Junho de 1904, publicado em 16 de Julho, tomou posse em 8 de Agosto. Transferido para a comarca de Melgaço por decreto de 1 de Março de 1906, publicado em 7, tomou posse em 24. Em 1908-1909 teve de excesso de licença 29 dias.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 7 anos, 2 meses e 2 dias.

48 Bacharel José Maria de Liz Teixeira, nomeado auditor administrativo de Angra do Heroísmo por decreto de 30 de Junho de 1904, publicado em 16 de Julho, tomou posse em 10 de Setembro. Transferido para idêntico lugar em Vila Real por decreto de 28 de Outubro de 1907, publicado em 31, tomou posse em 17 de Dezembro. Em 1910-1911 teve de excesso de licença 1 mês.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 7 anos, 2 meses e 1 dia.

49 Bacharel Joaquim de Aguiar Pimenta Carneiro, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de Vila Nova de Fozcoia por decreto de 30 de Junho de 1904, publicado em 16 de Julho, tomou posse em 8 de Agosto. Transferido para a comarca de Moimenta da Beira por decreto de 23 de Novembro de 1911, publicado em 24, tomou posse em 27 de Dezembro, fora do prazo legal, pelo que se lhe desconta 1 mês e 2 dias na antiguidade.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 7 anos, 1 mês e 29 dias.

50 Bacharel Eleutério de Azevedo de Araújo e Gama, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca da Ilha Graciosa por decreto de 9 de Julho de 1904, publicado em 16, tomou posse em 12 de Setembro. Transferido para a comarca de S. Vicente por decreto de 14 de Janeiro de 1905, publicado em 20, tomou posse em 18 de Fevereiro. Transferido para a comarca de Vila Flor por decreto de 9 de Maio de 1906, publicado em 19, tomou posse em 16 de Julho. Em 1904-1905 teve de excesso de licença 28 dias. Transferido para a comarca de Amares por decreto de 30 de Julho de 1910, publicado em 6 de Agosto, tomou posse em 18.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 7 anos, 1 mês e 25 dias.

51 Bacharel Alfredo Augusto da Fonseca Aragão, juiz de direito de 1.ª instância da magistratura judicial do ultramar, onde completou 6 anos de serviço efectivo, apresentado no Ministério da Justiça e colocado no quadro da magistratura judicial do continente em 11 de Outubro de 1893. Nomeado juiz de direito de 3.ª classe da comarca de S. Vicente por decreto de 29 de Março de 1894, publicado em 3 de Abril, foi este despacho declarado sem efeito por decreto de 10 de Maio seguinte, publicado em 15. Nomeado para a comarca do Seixal por decreto de 19 de Julho de 1900, publicado em 27, tomou posse em 28. Colocado no quadro da magistratura judicial, sem exercício, por decreto de 19 de Setembro seguinte, publicado em 4 de Outubro.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos, 11 meses e 24 dias.

52 Bacharel José Maria de Sá Fernandes, nomeado auditor administrativo do distrito de Beja por decreto de 18 de Outubro de 1904, tomou posse em 24. Colocado no lugar de juiz de direito da comarca de Resende por decreto de 17 de Junho de 1909, publicado em 26, tomou posse em 22 de Julho. Nomeado juiz de investigação criminal na comarca do Porto por decreto de 26 de Outubro de

1910, publicado em 29, tomou posse em 31.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos, 11 meses e 14 dias.

53 Bacharel Manuel Fernandes Botelho, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de Boticas por decreto de 17 de Novembro de 1904, publicado em 19, tomou posse em 14 de Dezembro. Transferido para a comarca de Tábua por decreto de 27 de Fevereiro de 1905, publicado em 1 de Março, tomou posse em 22. Transferido para a comarca de Vila Nova de Foscoa por decreto de 4 de Julho de 1911, publicado em 21. Declarado sem efeito o precedente despacho e colocado o magistrado na comarca de Mação por decreto de 3 de Agosto seguinte, publicado em 11, tomou posse em 19.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos, 10 meses e 14 dias.

54 Bacharel João Bernardo Xavier de Moraes Cabral, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de Redondo por decreto de 19 de Novembro de 1904, publicado em 22, tomou posse em 8 de Dezembro. Transferido para a comarca de Moimenta da Beira por decreto de 15 de Dezembro de 1904, publicado em 20, tomou posse em 11 de Janeiro de 1905. Transferido para Vila Nova de Foscoa por decreto de 23 de Novembro de 1910, publicado em 24, tomou posse em 22 de Dezembro. Transferido para a comarca de Táboa por decreto de 4 de Julho de 1911, publicado em 21, tomou posse em 10 de Agosto.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos, 10 meses e 12 dias.

55 Bacharel António Augusto do Amaral Pereira, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de Vila Franca do Campo por decreto de 19 de Novembro de 1904, publicado em 22, tomou posse em 10 de Janeiro de 1905. Transferido para a comarca de Castelo de Vide por decreto de 18 de Janeiro de 1906, publicado em 29, tomou posse em 29 de Março. Transferido para a comarca de Castelo de Paiva por decreto de 23 de Maio de 1907, publicado em 14 de Junho, tomou posse em 13 de Julho. Transferido para a comarca de Paços de Ferreira por decreto de 3 de Fevereiro de 1910, publicado em 11, tomou posse em 12 de Março.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos, 10 meses e 12 dias.

56 Bacharel Damião Pereira da Silva de Sousa de Menezes, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de Niza por decreto de 15 de Dezembro de 1904, publicado em 20, tomou posse em 18 de Janeiro de 1905.—Em 1908-1909 teve de excesso de licença 11 dias.—Transferido para a comarca de Reguengos de Monsaraz por decreto de 20 de Junho de 1911, publicado em 28, tomou posse em 27 de Julho.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos, 9 meses e 6 dias.

57 Bacharel Agostinho Rodrigues Ferreira Nazareth, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de Almodóvar por decreto de 19 de Novembro de 1904, publicado em 22; por despacho de 21 de Dezembro de 1904 foi-lhe, por motivo de doença, prorrogado o prazo para a posse, que tomou em 20 de Janeiro de 1905. Transferido para a comarca de Vinhaes por decreto de 27 de Fevereiro de 1905, publicado em 1 de Março, tomou posse em 27. Em 1904-1905 teve de excesso de ausência 9 dias. Transferido para a comarca de Armamar por decreto de 16 de Dezembro de 1909, publicado em 23, tomou posse em 20 de Janeiro de 1910.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos, 8 meses e 3 dias.

58 Bacharel Luis de Figueiredo da Guerra, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca da Ilha Graciosa por decreto de 14 de Janeiro de 1905, publicado em 20, não consta que tivesse tomado posse. Transferido para a comarca de Boticas por decreto de 27 de Fevereiro de 1905, publicado em 1 de Março, tomou posse em 29. Transferido para a comarca de Vila Nova da Cerveira por decreto de 4 de Fevereiro de 1909, publicado em 9, tomou posse em 8 de Março.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 5 anos, 7 meses e 2 dias.

59 Bacharel Augusto José Feliciano de Mesquita, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca da Ponta do Sol por decreto de 27 de Fevereiro de 1905, publicado em 1 de Março. Declarado sem efeito este decreto na parte em que o colocou na Ponta do Sol, e nomeado para Alcacer do Sal por decreto de 24 de Abril de 1905, publicado em 26, tomou posse em 29. Transferido para a comarca de Avis por decreto de 25 de Setembro de 1905, publicado em 3 de Outubro, tomou posse em 31.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos, 7 meses e 2 dias.

60 Bacharel Joaquim de Brito Rocha Aguiar, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de Vila Viçosa por decreto de 1 de Abril de 1905, publicado em 6, tomou posse em 5 de Maio. Transferido para a comarca de Arraiolos por decreto de 19 de Abril de 1911, publicado em 24, tomou posse em 22 de Maio.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos e 6 meses.

61 Bacharel Manuel Augusto Soares Ramalho, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de Almodóvar por decreto de 30 de Junho de 1904, publicado em

16 de Julho, tomou posse em 13 de Agosto. Transferido para a comarca de Alvaizere por decreto de 19 de Novembro de 1904, publicado em 22, tomou posse em 19 de Dezembro. Transferido para a comarca de Coruche por decreto de 18 de Fevereiro de 1905, publicado em 23, tomou posse em 23 de Março. Colocado no quadro da magistratura sem exercício por decreto de 23 de Dezembro de 1910, publicado em 26.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos, 5 meses e 27 dias.

62 Bacharel Cristóvão Cardoso Cabral Coutinho de Albuquerque Barata (visconde de Olivã), nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a Ilha do Pico por decreto de 11 de Fevereiro de 1905, publicado em 16; declarado sem efeito este decreto na parte em que o colocou na Ilha do Pico e nomeado para a comarca de Ferreira do Alentejo por decreto de 18 de Fevereiro de 1905, publicado em 23; tomou posse em 10 de Março. Transferido para a comarca de Montemor-o-Novo por decreto de 18 de Janeiro de 1906, publicado em 26, tomou posse em 15 de Fevereiro. Em 1904-1905 teve de excesso de licença 1 dia; em 1907-1908, 3 dias; em 1910-1911, 1 mês e 19 dias.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos, 5 meses e 25 dias.

63 Bacharel António das Neves Ferreira, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca da Ilha Graciosa por decreto de 1 de Abril de 1905, publicado em 6, tomou posse em 27 de Maio. Transferido para a comarca de Redondo por decreto de 17 de Agosto de 1905, publicado em 28, tomou posse em 12 de Setembro. Transferido para a comarca de Satam por decreto de 3 de Maio de 1906, publicado em 8, tomou posse em 26. Em 1904-1905 teve de excesso de ausência 14 dias.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos, 5 meses e 16 dias.

64 Bacharel Manuel Joaquim Teixeira de Vasconcelos, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca da Ilha das Flores por decreto de 7 de Dezembro de 1904, publicado em 10, não tomou posse. Transferido para a comarca de Almodóvar por decreto de 27 de Fevereiro de 1905, publicado em 1 de Março, tomou posse em 30. Transferido para a comarca de Tabuaço por decreto de 3 de Maio de 1906, publicado em 8, tomou posse em 6 de Junho. Em 1908-1909 teve de excesso de licença 60 dias. Transferido para a comarca de Castro Daire por decreto de 23 de Junho de 1910, publicado em 30, tomou posse em 8 de Julho. Em 1909-1910 teve de excesso de licença 28 dias.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos, 4 meses e 4 dias.

65 Bacharel José Pereira de Matos, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca da Ilha das Flores por decreto de 1 de Abril de 1905, publicado em 6. Declarado sem efeito este decreto na parte em que o colocou na Ilha das Flores e nomeado para a comarca de Ponta do Sol por decreto de 25 de Maio de 1906, publicado em 5 de Junho, tomou posse em 22 de Julho. Transferido para a comarca de Figueira de Castelo Rodrigo por decreto de 9 de Julho de 1909, publicado em 22, entregou em 26 a jurisdição da comarca onde se achava, tomando posse da nova comarca em 22 de Setembro, fora do prazo legal, pelo que se lhe descontam 58 dias. Em 1908-1909 teve de excesso de licença 23 dias. Transferido para a comarca de Celorico da Beira por decreto de 16 de Dezembro de 1909, publicado em 23, tomou posse em 17 de Janeiro de 1910.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos, 3 meses e 9 dias.

66 Bacharel António Carlos de Almeida e Silva, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca da Ilha Graciosa por decreto de 17 de Agosto de 1905, publicado em 28. Transferido para a comarca de Albufeira por decreto de 25 de Setembro de 1905, publicado em 3 de Outubro, tomou posse em 29. Transferido para a comarca da Lourinhã por decreto de 30 de Novembro de 1905, publicado em 7 de Dezembro, tomou posse em 7 de Janeiro de 1906. Em 1906-1907 teve de excesso de licença 8 dias. Transferido para a comarca de S. Pedro do Sul por decreto de 28 de Novembro de 1907, publicado em 11 de Dezembro, tomou posse em 9 de Janeiro de 1908.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos, 1 mês e 7 dias.

67 Bacharel Sebastião Maria de Sampaio, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de Portel por decreto de 17 de Novembro de 1904, publicado em 19, tomou posse em 12 de Dezembro. Nomeado governador civil do distrito de Beja por decreto de 4 de Janeiro de 1906, publicado em 9. Nomeado auxiliar do juiz de instrução criminal de Lisboa por decreto de 18 de Março de 1906, publicado em 20, tomou posse neste dia. Nomeado ajudante do juiz de instrução criminal de Lisboa por decreto de 12 de Dezembro de 1907, publicado em 14, tomou posse neste dia e foi exonerado por decreto de 27 de Janeiro de 1910, publicado em 1 de Fevereiro, ficando adido à magistratura judicial. Encarregado em portarias de 26 de Novembro de 1910, publicada em 28, e de 2 de Dezembro seguinte, publicada em 3, de proceder a arrolamento de bens de extintas congregações e paróquias de Cintra. Encarregado em portaria de 26 do mesmo mês e publicada em 3 de Janeiro de 1911, de proceder a uma sindicância na comarca de Benavente. Coloca-

do nesta comarca por decreto de 4 de Julho seguinte, publicado em 28, tomou posse em 27 de Agosto. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos e 19 dias.

68 Bacharel Bernardino Pacheco Fajardo Teixeira Coelho, nomeado auditor administrativo do distrito de Faro por decreto de 25 de Julho de 1904, publicado em 29, tomou posse em 25 de Agosto. Em 1905-1906 teve de excesso de ausência, 61 dias; em 1906-1907, 11 meses; em 1910-1911, 1 mês. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos e 6 dias.

69 Bacharel António Augusto da Silva Pinheiro Ferro, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca da Ilha do Pico por decreto de 25 de Setembro de 1905, publicado em 3 de Outubro, tomou posse em 28 de Novembro. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 anos e 6 dias.

70 Bacharel António Joaquim Guerra, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca da Ilha de Santa Maria por decreto de 25 de Setembro de 1905, publicado em 3 de Outubro, tomou posse em 25 de Novembro. Transferido para a comarca de Monchique por decreto de 6 de Setembro de 1906, publicado em 12, tomou posse em 22 de Outubro. Transferido para a comarca de Olhão por decreto de 28 de Novembro de 1907, publicado em 11 de Dezembro, tomou posse em 9 de Janeiro de 1908. Em 1905-1906 teve de excesso de licença 36 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 5 anos e 11 meses.

71 Bacharel Francisco Nunes da Costa Tôres, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca da Ilha das Flores por decreto de 22 de Julho de 1905, publicado em 26, foi-lhe prorrogado por trinta dias o prazo para a posse, que tomou em 13 de Outubro de 1905. Transferido para a comarca de Portel por decreto de 17 de Março de 1906, publicado em 20, tomou posse em 17 de Maio. Transferido para a comarca de Cuba por decreto de 7 de Fevereiro de 1907, publicado em 18, tomou posse em 18 de Março. Em 1905-1906 teve de excesso de ausência 35 dias; em 1909-1910, 17 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 5 anos, 9 meses e 27 dias.

72 Bacharel José Pereira Botelho, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca da Povoação por decreto de 11 de Fevereiro de 1905, publicado em 16, tomou posse em 17 de Março. Em 1905-1906 teve de excesso de licença 29 dias; em 1906-1907, 29 dias; em 1907-1908, 60 dias; em 1908-1909, 59 dias. Transferido para a comarca de Ilha de S. Jorge por decreto de 4 de Julho de 1911, publicado em 28, tomou posse em 25 de Setembro. Em 1909-1910 teve de excesso de licença 1 mês e 29 dias; em 1910-1911, 2 meses. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 5 anos, 9 meses e 22 dias.

73 Bacharel Fernando Maria Allen Urculu Ribeiro Vieira de Castro, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de Albufeira por decreto de 7 de Dezembro de 1905, publicado em 13, continuando depois da posse, que tomou em 29, no lugar de secretário da Procuradoria Régia do Pôrto, para que havia sido nomeado por decreto de 17 de Outubro de 1904, publicado em 21. Exonerado deste cargo e colocado no lugar de juiz de direito da comarca de Santa Cruz por decreto de 24 de Outubro de 1910, publicado em 25, foi-lhe prorrogado o prazo para a posse, que tomou em 30 de Janeiro de 1911 em virtude de se acharem então interrompidas as comunicações. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 5 anos, 9 meses e 21 dias.

74 Bacharel António Sérgio Carneiro, nomeado juiz de direito do 3.ª classe para a comarca da Ilha de S. Jorge por decreto de 26 de Dezembro de 1905, publicado em 12 de Janeiro de 1906, tomou posse em 14 de Fevereiro. Transferido para a comarca de Aljô por decreto de 18 de Março de 1908, publicado em 6 de Abril, tomou posse em 4 de Junho. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 5 anos, 9 meses e 6 dias.

75 Bacharel António Cardoso e Silva (Visconde de Godim), nomeado vogal presidente do Tribunal Administrativo do distrito de Faro por decreto de 18 de Novembro de 1886, publicado em 19, tomou posse em 29. Transferido para o distrito de Viana do Castelo por decreto de 15 de Setembro de 1887, publicado em 23, tomou posse em 26. Reconduzido neste lugar por decreto de 9 de Janeiro de 1890, publicado em 14. Transferido para o lugar de juiz de direito da comarca da Vila Nova da Cerveira por decreto de 20 de Setembro de 1890, publicado em 2 de Outubro, tomou posse em 7. Colocado no quadro da magistratura judicial, sem exercício, por decreto de 31 de Outubro de 1892, publicado em 2 de Novembro. Nomeado para a comarca de S. Vicente por decreto de 19 de Dezembro de 1907, publicado em 24, não tomou posse, sendo novamente colocado no quadro, sem exercício, por decreto de 18 de Março de 1908, publicado em 6 de Abril. Em 1892 teve excesso de licença, 70 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 5 anos, 9 meses e 5 dias.

76 Bacharel José Mendes Alçada de Moraes, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de Vila da

Praia da Vitória por decreto de 9 de Julho de 1903, publicado em 13, tomou posse em 31 de Agosto seguinte. Transferido para a comarca de Fronteira por decreto de 25 de Junho de 1904, publicado em 28, tomou posse em 26 de Julho. Em 1903-1904 teve de excesso de ausência 96 dias; em 1904-1905, 8 dias. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício por decreto de 25 de Fevereiro de 1909, publicado em 5 de Março. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 5 anos, 4 meses e 14 dias.

77 Bacharel José Joaquim de Faria Guimarães nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca da Ilha Graciosa por decreto de 17 de Março de 1906, publicado em 20. Declarado sem efeito este decreto na parte em que o colocou na Ilha Graciosa, e colocado na comarca de Redondo por decreto de 3 de Maio de 1906, publicado em 8, tomou posse em 6 de Junho. Em 1905-1906 teve de excesso de licença 10 dias; em 1906-1907, 11 dias; em 1907-1908, 30 dias; em 1909-1910, 10 dias; em 1910-1911, 28 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 5 anos, 3 meses e 16 dias.

78 Bacharel Joaquim Augusto Barreto Pimentel, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca da Ilha de S. Jorge, por decreto de 2 de Setembro de 1901, publicado em 4, tomou posse em 28 de Outubro. Transferido para Vila Nova da Cerveira por decreto de 26 de Dezembro de 1905, publicado em 12 de Janeiro, tomou posse em 10 de Março. Transferido para a comarca de Olhão por decreto de 28 de Novembro de 1907, publicado em 11 de Dezembro, tomou posse em 9 de Janeiro de 1908. Em 1902-1903 teve de excesso de ausência 28 dias; em 1903-1904, 175 dias; em 1904-1905, 11 meses; em 1905-1906, 56 dias. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício, por decreto de 28 de Janeiro de 1909, publicado em 9 de Fevereiro. Em 1908-1909 teve de excesso de licença 31 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 5 anos, 2 meses e 20 dias.

79 Bacharel D. Agostinho de Sousa Coutinho (Marquês do Funchal), nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de S. Vicente por decreto de 31 de Dezembro de 1904, publicado em 4 de Janeiro de 1905, continuando depois da posse, que tomou em 27 de Janeiro, no lugar do governador civil do distrito do Funchal. Exonerado desta comissão por decreto de 19 de Junho de 1905, voltando à comissão de secretário da Procuradoria Régia de Lisboa, para que havia sido nomeado por decreto de 25 de Abril de 1905, publicado em 27. Exonerado desta comissão por decreto de 27 de Junho de 1906, publicado em 3 de Julho, ficando adido à magistratura judicial. Nomeado, em comissão, governador civil do distrito de Coimbra por decreto de 20 de Janeiro de 1910, publicado em 21, foi exonerado deste cargo por decreto de 25 de Junho seguinte, publicado em 27. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 5 anos, 2 meses e 8 dias.

80 Bacharel José António Maria de Sousa Azevedo (Visconde de Algés), nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca da Ilha das Flores por decreto de 17 de Março de 1906, publicado em 20. Declarado sem efeito este decreto na parte em que o colocou na Ilha das Flores, e nomeado para a comarca de Almodôvar por decreto de 3 de Maio de 1906, publicado em 8, tomou posse em 19. Em 1905-1906 teve de excesso de licença 66 dias; em 1906-1907, 55 dias; em 1907-1908, 33 dias. Transferido para a comarca de Vila Franca de Xira por decreto de 16 de Dezembro de 1909, publicado em 23, tomou posse em 10 de Janeiro de 1910. Transferido para a comarca de Fronteira por decreto de 24 de Outubro seguinte, publicado em 29, tomou posse em 24 de Novembro. Em 1910-1911 teve de excesso de licença 1 mês e 13 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 4 anos, 11 meses e 23 dias.

81 Bacharel António Inácio da Silveira Montenegro, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de Ponta do Sol por decreto de 17 de Outubro de 1904, publicado em 21, tomou posse em 24 de Dezembro. Transferido para a comarca de Alvaizere por decreto de 18 de Fevereiro de 1905, publicado em 23, tomou posse em 11 de Abril. Transferido para a comarca da Lourinhã por decreto de 25 de Setembro de 1905, publicado em 3 de Outubro, tomou posse em 1 de Novembro. Nomeado juiz das execuções fiscais administrativas no distrito do Pôrto por decreto de 16 de Novembro de 1905, publicado em 18, tomou posse em 21. Exonerado por decreto de 3 de Maio de 1906, publicado em 5, ficando adido à magistratura judicial. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 4 anos, 11 meses e 15 dias.

82 Bacharel Antero Falcão Leite Pereira de Seabra, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de Vila Franca do Campo por decreto de 18 de Janeiro de 1906, publicado em 24, tomou posse por procuração em 27 de Junho, tendo-lhe sido prorrogado o prazo para a posse. Transferido para a comarca de Castelo de Paiva por decreto de 17 de Janeiro de 1907, publicado em 24, tomou posse em 23 de Março. Transferido para a comarca de Castelo de Vide por decreto de 23 de Maio de 1907, publicado em 14 de Junho, tomou posse em 12 de Julho. Em 1905-1906 teve de excesso de ausência 195 dias; em 1906-1907, 78 dias. Nomeado para o 2.º juízo de inves-

tigação criminal da comarca do Pôrto por decreto de 23 de Novembro de 1910, publicado em 26, tomou posse em 17 de Dezembro. Em 1910-1911 teve de excesso de licença 19 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 4 anos, 10 meses e 22 dias.

83 Bacharel José Manuel Felgueiras, nomeado auditor administrativo do distrito de Castelo Branco por decreto de 30 de Junho de 1904, publicado em 16 de Julho, tomou posse em 12 de Agosto. Em 1905-1906 teve de excesso de ausência 67 dias; em 1906-1907, 154 dias. Exonerado de auditor por decreto de 3 de Janeiro de 1911, publicado em 4, em virtude de estar ausente das suas funções desde 1908. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 4 anos, 7 meses e 20 dias.

84 Bacharel Manuel Joaquim Tavares Mendes Vaz, nomeado vogal do tribunal administrativo do distrito da Horta por decreto de 15 de Novembro de 1888, publicado em 19, tomou posse em 28 de Fevereiro de 1889, fora do prazo legal. Transferido para o lugar de juiz de direito da comarca de Vila Nova de Portimão, de 3.ª classe, por decreto de 20 de Setembro de 1890, publicado em 2 de Outubro, tomou posse em 29 de Novembro. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício por decreto de 12 de Maio de 1893, publicado em 13. Colocado na comarca da Ilha de S. Jorge por decreto de 18 de Março de 1908, publicado em 6 de Abril. Colocado novamente no quadro sem exercício por decreto de 30 de Maio seguinte, publicado em 17 de Junho. Em 1891 teve de excesso de licença 60 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 4 anos e 14 dias.

85 Bacharel Luís Pedro Moutinho de Gouveia, juiz de direito de primeira instância da magistratura do Ultramar, onde completou 6 anos de serviço, apresentado no Ministério da Justiça e admitido no quadro da magistratura judicial do continente em 11 de Outubro de 1884. Nomeado juiz de direito da comarca de Reguengos de Monsaraz, de 3.ª classe, por decreto de 11 de Maio de 1888, publicado em 19, tomou posse em 16 de Junho. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício por decreto de 29 de Novembro seguinte, publicado em 1 de Dezembro. Em 1888 teve de excesso de ausência 65 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 3 anos, 11 meses e 17 dias.

86 Bacharel António de Campos, juiz de direito de 1.ª instância da magistratura judicial do ultramar, havendo completado 6 anos de serviço, apresentado no Ministério da Justiça e admitido no quadro da magistratura judicial do continente em 30 de Abril de 1907. Colocado no lugar de juiz de direito da comarca de Ferreira do Alentejo por decreto de 24 de Agosto de 1910, publicado em 27, tomou posse em 24 de Setembro. Transferido para a comarca do Seixal por decreto de 24 de Outubro, publicado em 25, tomou posse em 5 de Novembro. Transferido para o 3.º juízo de investigação criminal de Lisboa por decreto de 19 do mesmo mês de Novembro, publicado em 21, tomou posse em 22. Por despacho de 6 de Abril de 1911 foi autorizado a exercer em comissão na provincia de Moçambique o lugar de secretário geral, para que fora nomeado por decreto de 29 de Março. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 3 anos, 11 meses e 7 dias.

87 Bacharel Tomás Tiago Mexia Leitão, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de Vila Franca do Campo por decreto de 12 de Dezembro de 1907, publicado em 21, tomou posse em 9 de Fevereiro de 1908. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 3 anos, 9 meses e 20 dias.

88 Bacharel António Vicente Leal Sampaio, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de Vimioso por decreto de 12 de Dezembro de 1907, publicado em 19, tomou posse em 16 de Janeiro de 1908. Transferido para a comarca de Esposende por decreto de 18 de Março de 1908, publicado em 30, tomou posse em 11 de Abril. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 3 anos, 9 meses e 20 dias.

89 Bacharel António de Freitas Ribeiro, juiz de direito de 1.ª instância da magistratura judicial do ultramar, onde completou seis anos de serviço, apresentado no Ministério da Justiça e admitido no quadro da magistratura judicial do continente em 17 de Dezembro de 1907. Colocado provisoriamente no 2.º juízo de investigação criminal da comarca do Pôrto por decreto de 3 de Março de 1911, publicado em 4, tomou posse em 6. Colocado provisoriamente na comarca de Vila Nova de Ourem por decreto de 22 de Junho, publicado em 29, tomou posse em 14 de Julho. Colocado definitivamente nesta comarca por decreto de 3 de Agosto, publicado em 11. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 3 anos, 9 meses e 15 dias.

90 Bacharel Francisco António Patrício Júnior, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca da Lourinhã por decreto de 18 de Março de 1908, publicado em 6 de Abril, tomou posse em 27. Nomeado governador civil de Beja por decreto de 14 de Janeiro de 1909, publicado em 15. Exonerado deste cargo por decreto de 13 de Janeiro de 1910, publicado em 15, reassumiu a jurisdição da sua comarca em 11 de Fevereiro. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 3 anos, 6 meses e 14 dias.

91 Bacharel Alberto Teixeira de Sampaio, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de Portel por decreto de 18 de Março de 1908, publicado em 6 de Abril, tomou posse em 8. Nomeado, nos termos dos artigos 238.º a 241.º do Código de Justiça da Armada de 1 de Setembro de 1899, para exercer, em comissão por três anos, o cargo de auditor do conselho de guerra de marinha, por decreto de 9 de Abril de 1908, publicado em 18, tomou posse em 20. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 3 anos, 6 meses e 14 dias.

92 Bacharel Aires de Castro e Almeida, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de Vimioso por decreto de 18 de Março de 1908, publicado em 8 de Abril, tomou posse em 5 de Maio. Transferido para a comarca de Condeixa-a-Nova por decreto de 16 de Abril de 1910, publicado em 23, tomou posse em 19 de Maio. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 3 anos, 6 meses e 14 dias.

93 Bacharel José Libertador Ferraz de Azevedo, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de Reguengos de Monsaraz por decreto de 18 de Março de 1908, publicado em 8 de Abril, tomou posse em 5 de Maio. Transferido para a comarca de Vagos por decreto de 28 de Janeiro de 1909, publicado em 4 de Fevereiro, tomou posse em 3 de Março. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 3 anos, 6 meses e 14 dias.

94 Bacharel Alfredo Monteiro de Carvalho, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca da Ilha das Flores, por decreto de 18 de Março de 1908, publicado em 8 de Abril, tomou posse em 13 de Maio. Transferido para a comarca de Resende por decreto de 27 de Maio de 1909, publicado em 31, tomou posse em 7 de Junho. Transferido para a comarca de Ferreira do Alentejo por decreto do mesmo mês de Junho, publicado em 26, foi este despacho declarado sem efeito por decreto de 9 de Julho seguinte, na parte em que o colocara na dita comarca, sendo colocado na comarca de Benavente, da qual tomou posse em 26. Transferido para a comarca do Seixal por decreto de 30 de Julho de 1910, publicado em 6 de Agosto, foi a publicação deste despacho declarada sem efeito no *Diário do Governo* de 11. Nomeado governador civil de Aveiro por despacho de 18 de Agosto de 1910. Transferido para a comarca do Seixal por decreto de 24 do mesmo mês, publicado em 27, tomou posse em 22 de Setembro e reassumiu em 8 de Outubro as suas funções, de que estava ausente no desempenho do cargo de governador civil. Nomeado para o juízo de investigação criminal, na área do 3.º e 4.º distritos da comarca de Lisboa por decreto de 14 do dito mês de Outubro, tomou posse em 19. Colocado na comarca de Almada por decreto de 18 de Agosto de 1911, publicado em 25, tomou posse em 29. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 3 anos, 6 meses e 14 dias.

95 Bacharel Alberto de Melo Ponces de Carvalho, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de Miranda do Douro, por decreto de 18 de Março de 1908, publicado em 6 de Abril, tomou posse em 4 de Maio. Em 1908-1909 teve de excesso de licença 5 dias. Transferido para a comarca de Figueira de Castelo Rodrigo por decreto de 24 de Outubro de 1910, publicado em 25, tomou posse em 21 de Novembro. Transferido para a comarca de Vouzela por decreto de 18 de Agosto de 1911, publicado em 25, tomou posse em 14 de Setembro. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 3 anos, 6 meses e 9 dias.

96 Bacharel Domingos Manuel de Melo Falcão Barata, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca da Ponta do Sol por decreto de 27 de Outubro de 1898, publicado em 29. Declarado sem efeito este despacho e nomeado para a comarca da Alfândega da Fé por decreto de 5 de Janeiro de 1899, publicado em 9, tomou posse em 8 de Fevereiro. Em 1899-1900 teve de excesso de licença 30 dias; em 1900-1901, 60 dias. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício por decreto de 11 de Dezembro de 1902, publicado em 15. Em 1901-1902 teve de excesso de licença 41 dias; em 1902-1903, 17 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 3 anos, 5 meses e 19 dias.

97 Bacharel Adolfo de Araújo Ramos, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca da Ilha de Santa Maria, por decreto de 30 de Maio de 1908, publicado em 11 de Junho, tomou posse em 24 de Julho. Nomeado para servir interinamente o lugar de juiz da comarca de Figueira de Castelo Rodrigo por decreto de 23 de Junho de 1910, publicado em 11 de Julho, tomou posse em 2 de Agosto. Transferido para Almodôvar por decreto de 24 do dito mês de Agosto, publicado em 27, tomou posse em 21 de Setembro. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 3 anos, 4 meses e 2 dias.

98 Bacharel Alexandre Alvares Pereira de Aragão, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de Portel por decreto de 30 de Maio de 1908, publicado em 27 de Junho, tomou posse em 26 de Julho. Transferido para a comarca de S. João da Pesqueira por decreto de 16 de Dezembro de 1909, publicado em 23, tomou posse em 22 de Janeiro de 1910. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 3 anos, 4 meses e 2 dias.

99 Bacharel Manuel Rodrigues de Matos e Silva, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de Alcaçer do Sal por decreto de 27 de Fevereiro de 1905, publicado em 1 de Março, tomou posse em 25. Transferido para a comarca de Ponte do Sor por decreto de 24 de Abril de 1905, publicado em 26, tomou posse em 25 de Maio. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício por decreto de 6 de Agosto de 1908 (dia em que entregou a jurisdição), publicado em 13. Em 1907-1908 teve de excesso de licença 29 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 3 anos, 3 meses e 8 dias.

100 Bacharel José Maria de Sousa Azevedo, juiz de direito de primeira instância da magistratura judicial do ultramar, onde completou 6 anos de serviço efectivo, apresentado no Ministério da Justiça e admitido no quadro da magistratura judicial do continente em 10 de Julho de 1908. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 3 anos, 2 meses e 22 dias.

101 Bacharel Manuel Vicente Valejo Temudo, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de S. Vicente, por decreto de 2 de Abril de 1908, publicado em 28, tomou posse em 25 de Junho. Em 1907-1908 teve de excesso de licença 40 dias. Transferido para a comarca de Reguengos de Monsaraz por decreto de 28 de Janeiro de 1909, publicado em 4 de Fevereiro, tomou posse em 20. Em 1909-1909 teve de excesso de ausência 89 dias. Transferido para a comarca de Porto de Mós por decreto de 4 de Setembro de 1910, publicado em 9, tomou posse em 15. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 3 anos, 1 mês e 20 dias.

102 Bacharel Pedro Augusto Pereira de Castro, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de Ponte de Sôr por decreto de 18 de Setembro de 1908, publicado em 24, tomou posse em 5 de Outubro. Nomeado ajudante do juiz de instrução criminal de Lisboa por decreto de 23 de Junho de 1910, publicado em 27, tomou posse neste dia. Extinto este juízo por decreto de 10 de Outubro seguinte, publicado em 21, ficou adido à magistratura judicial. Nomeado para servir provisoriamente na comarca de Évora por decreto de 12 do mesmo mês, publicado em 14, tomou posse neste dia. Colocado na comarca de Benavente por decreto de 23 de Dezembro, publicado em 24, tomou posse em 5 de Janeiro de 1911. Transferido para o 3.º juízo de investigação criminal de Lisboa por decreto de 29 de Março, publicado em 31, tomou posse neste dia. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 3 anos e 13 dias.

103 Bacharel José da Paixão Pereira, juiz de direito de 1.ª instância da magistratura judicial do Ultramar, onde completou 6 anos de serviço efectivo, apresentado no Ministério da Justiça e admitido no quadro da magistratura judicial do continente em 13 de Outubro de 1908. Nomeado para servir interinamente o lugar de juiz do 1.º juízo de investigação criminal do Porto por decreto de 23 de Agosto de 1911, publicado em 31, tomou posse neste dia. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 2 anos, 11 meses e 19 dias.

104 Bacharel Inácio Teixeira Brandão de Vasconcelos, nomeado auditor administrativo do distrito de Évora por decreto de 22 de Fevereiro de 1906, publicado em 26, tomou posse em 15 de Março. Em 1905-1906 teve de excesso de ausência, 162 dias; em 1906-1907, 11 meses; em 1907-1908, 25 dias. Colocado no lugar de juiz de direito da comarca de Benavente por decreto de 27 de Maio de 1909, publicado em 31, tomou posse em 1 de Junho. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício por decreto de 9 de Julho de 1909, publicado em 15. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 2 anos, 11 meses e 14 dias.

105 Bacharel Alfredo Augusto da Fonseca Vaz, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca da Ilha de S. Jorge por decreto de 28 de Janeiro de 1909, publicado em 4 de Fevereiro, foi este despacho declarado sem efeito por decreto de 4 de Março publicado em 13, na parte em que este magistrado fôra colocado na comarca da Ilha de S. Jorge, sendo colocado na de Fronteira, onde tomou posse em 20. Transferido para a comarca de Vila Franca de Xira por decreto de 24 de Outubro de 1910, publicado em 25, tomou posse em 31. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 2 anos, 8 meses e 4 dias.

106 Bacharel Francisco Pires Soares, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca da Golegã por decreto de 4 de Fevereiro de 1909, publicado em 9, tomou posse em 27. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 2 anos, 7 meses e 25 dias.

107 Bacharel Adolfo Maria Sarmento de Sousa Pires, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de Boticas por decreto de 4 de Fevereiro de 1909, publicado em 9, tomou posse em 9 de Março. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 2 anos, 7 meses e 25 dias.

108 Bacharel José Ferraz de Carvalho Mégre, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de Santa Cruz por decreto de 18 de Setembro de 1908, publicado em 24, foi-lhe prorrogado por despachos de 12 de Novembro, 5 de Dezembro e 13 de Janeiro seguintes o prazo

para a posse, que tomou em 30 de Janeiro de 1909, pelo que se lhe conta o tempo de serviço efectivo só desde esta data. Transferido para a comarca de Ponta do Sol por decreto de 9 de Julho seguinte, publicado em 22, tomou posse em 19 de Agosto. Em 1909-1910 teve de excesso de ausência, 1 mês e 1 dia; em 1910-1911, 22 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 2 anos, 6 meses e 9 dias.

109 Bacharel Albano de Oliveira Frazão, nomeado, nos termos do decreto de 8 de Agosto de 1901, auditor administrativo do distrito de Angra do Heroísmo por decreto de 28 de Outubro de 1907, publicado em 31, tomou posse em 26 de dezembro. Ausente desde Março de 1910. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 2 anos, 4 meses e 4 dias.

110 Bacharel Simão da Costa Pessoa, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca da Ilha das Flores, por decreto de 17 de Junho de 1909, publicado em 26, tomou posse em 13 de Agosto. Transferido para a comarca de Vimioso por decreto de 21 de Abril de 1910, publicado em 23, tomou posse em 28 de Maio. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 2 anos, 3 meses e 14 dias.

111 Bacharel Alberto Aureliano da Silveira Costa Santos, nomeado nos termos do decreto de 8 de Agosto de 1901, auditor administrativo do distrito do Funchal por decreto de 14 de Junho de 1902, publicado em 25, tomou posse em 23 de Agosto. Nomeado juiz de direito da comarca de Monchique por decreto de 9 de Julho de 1903, publicado em 13, tomou posse em 10 de Agosto. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício por decreto de 13 de Novembro de 1903, publicado em 7 de Dezembro, achando-se ausente por motivo de doença desde 27 de Agosto. Colocado na comarca de Almada por decreto de 29 de Outubro de 1910, publicado em 1 de Novembro, tomou posse em 5. Colocado no 2.º juízo de investigação criminal de Lisboa por decreto de 18 de Agosto de 1911, publicado em 25, tomou posse em 28. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 2 anos, 2 meses e 16 dias.

112 Bacharel Carlos Lopes de Quadros, juiz de direito de 1.ª instância da magistratura judicial do ultramar, onde completou 6 anos de serviço efectivo, apresentado no Ministério da Justiça em 13 de Agosto de 1909 e admitido no quadro da magistratura judicial do continente por despacho de 8 do dito mês. Encarregado em portaria de 25 de Fevereiro de 1911, publicada em 27, do arrolamento de bens das extintas congregações religiosas. Agregado à comissão jurisdicional dos bens das extintas congregações por portaria de 26 de Junho, publicada em 30. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 2 anos, 1 mês e 24 dias.

113 Bacharel Diogo Alcoforado da Costa, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de Santa Cruz por decreto de 9 de Julho de 1909, publicado em 22, foi-lhe prorrogado por despacho de 30 de Agosto o prazo para a posse, que tomou em 2 de Outubro. Transferido para a comarca de Oliveira de Frades por decreto de 16 de Dezembro seguinte, publicado em 23, tomou posse em 17 de Fevereiro de 1910. Em 1909-1910 teve de excesso de licença 6 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 1 ano, 11 meses e 23 dias.

114 Bacharel Arnaldo Fragateiro de Pinho Branco, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca da ilha de S. Jorge, por decreto de 28 de Junho de 1909, publicado em 3 de Julho, tomou posse em 27 de Agosto. Por decreto de 23 de Dezembro de 1910, publicado em 24, foi declarado adido à magistratura por motivo de sindicância. Colocado na comarca de Portel por decreto de 1 de Maio de 1911, publicado em 10, tomou posse em 14. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 1 ano, 10 meses e 26 dias.

115 Bacharel José F. ris Teotónio, nomeado nos termos do decreto de 8 de Agosto de 1901, auditor administrativo do distrito de Beja por decreto de 14 de Junho de 1902, publicado em 25, tomou posse em 14 de Julho. Nomeado juiz de direito da comarca de Ferreira do Alentejo por decreto de 9 de Julho de 1903, publicado em 13, tomou posse em 20. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício por decreto de 17 de Dezembro seguinte, publicado em 23. Nomeado em comissão, governador civil do distrito de Beja por decreto de 30 de Junho de 1910, publicado em 2 de Julho, foi exonerado por decreto de 5 de Outubro, publicado em 25. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 1 ano, 10 meses e 5 dias.

116 Bacharel César Augusto dos Santos, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de S. João da Pesqueira por decreto de 2 de Dezembro de 1909, publicado em 15, tomou posse em 20, continuando depois da posse na comissão que estava exercendo, de secretário da procuradoria régia junto da Relação de Lisboa. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 1 ano e 10 meses.

117 Bacharel Alfredo Ribeiro, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de Vinhais por decreto de 16 de Dezembro de 1909, publicado em 23, tomou posse

em 20 de Janeiro de 1910. Transferido para a comarca de Caminha por decreto de 4 de Fevereiro de 1911, publicado em 11, tomou posse em 11 de Março.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 1 ano, 9 meses e 16 dias.

118 Bacharel Augusto Borges de Oliveira, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de Portel por decreto de 16 de Dezembro de 1909, publicado em 23, tomou posse em 21 de Janeiro de 1910. Transferido para a comarca de Rio Maior por decreto de 23 de Junho, publicado em 30, tomou posse em 29 de Julho. Transferido para a comarca de Penela por decreto de 23 de Dezembro, publicado em 24, tomou posse em 19 de Janeiro de 1911.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 1 ano, 9 meses e 16 dias.

119 Bacharel Júlio Augusto Sampaio Duarte, nomeado juiz de direito de 3.ª classe, para a comarca de Figueira de Castelo Rodrigo, por decreto de 30 de Maio de 1908, publicado em 27 de Junho, tomou posse em 25 de Julho. Transferido para a comarca de Rio Maior por decreto de 9 de Julho de 1909, publicado em 22, foi-lhe prorrogado por despachos de 18 de Agosto e 20 de Setembro o prazo para a posse, que tomou em 5 de Novembro, pelo que se lhe descontam na antiguidade 3 meses e 13 dias. Transferido para a comarca de Penela por decreto de 23 de Junho de 1910, publicado em 30, tomou posse em 28 de Julho. Em 1909-1910 teve de excesso de licença 8 meses e 7 dias. Colocado no quadro da magistratura sem exercício por decreto de 23 de Dezembro de 1910, publicado em 24, entregou a jurisdição em 25.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 1 ano 7 meses e 4 dias.

120 Bacharel Afonso de Melo Pinto Veloso, nomeado, nos termos do decreto de 8 de Agosto de 1901, auditor administrativo do distrito de Beja por decreto de 21 de Abril de 1910, publicado em 2 de Maio, tomou posse; por procuração, em 21, continuando a desempenhar o cargo de governador civil do Funchal para que fôra nomeado anteriormente. Exonerado, a seu pedido, deste cargo por decreto de 27 de Junho, publicado em 28. Agregado à comissão encarregada de estudar as reclamações sobre a propriedade dos bens das corporações religiosas por portaria de 27 de Janeiro de 1911, publicada em 28.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 1 ano, 5 meses e 10 dias.

121 Bacharel Luís Maria de Sousa Horta e Costa, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de Mértola, por decreto de 28 de Dezembro de 1899, publicado em 10 de Janeiro de 1900, tomou posse em 12. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício por decreto de 13 do dito mês de Janeiro, publicado em 15. Nomeado para substituir o juiz privativo das execuções fiscaes do 1.º distrito fiscal de Lisboa durante o seu impedimento, por decreto de 26 de Junho de 1909, publicado em 8 de Julho, tomou posse neste dia. Adido ao quadro da magistratura judicial desde 24 de Dezembro seguinte, em que cessou o impedimento do juiz que substituiu. Colocado no lugar de juiz de direito da comarca de Moimenta da Beira por decreto de 25 de Julho de 1910, publicado em 3 de Agosto, para servir no impedimento legal do juiz proprietário, tomou posse em 11, entregando a jurisdição em 25 de Novembro por ter cessado o impedimento daquele. Colocado na comarca de Ferreira do Alentejo por decreto de 23 de Dezembro seguinte, publicado em 24, foi-lhe prorrogado sem prejuizo da antiguidade o prazo para a posse, que tomou em 8 de Fevereiro de 1911.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 1 ano, 4 meses e 2 dias.

122 Bacharel António Maria Augusto Pereira Seves de Oliveira, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de S. Vicente por decreto de 30 de Abril de 1910, publicado em 6 de Maio, tomou posse em 28 de Junho. Nomeado para servir provisoriamente na comarca do Funchal por decreto de 3 de Janeiro de 1911, publicado em 4, tomou posse em 5. Suspenso do exercício das funções e colocado no quadro da magistratura sem exercício por decreto de 25 de Agosto, publicado em 26, e até ulterior resolução.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 1 ano, 3 meses e 27 dias.

123 Bacharel António Amaro Caldeira Canelas, nomeado juiz de direito de 3.ª classe e colocado na comarca de Ponte de Sor por decreto de 23 de Junho de 1910, publicado em 30, tomou posse em 12 de Julho.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 1 ano, 3 meses e 8 dias.

124 Bacharel Luís de Andrade, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de S. Vicente por decreto de 4 de Fevereiro de 1909, publicado em 9 tomou posse em 2 de Abril. Transferido para a comarca de Figueira de Castelo Rodrigo por decreto de 16 de Dezembro de 1909, publicado em 23, tomou posse em 19 de Fevereiro de 1910. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício por decreto de 16 de Abril, publicado em 21.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 1 ano, 2 meses e 16 dias.

125 Bacharel José Nobre de Barbosa e Veiga, nomeado nos termos do decreto de 8 de agosto de 1901, auditor administrativo do distrito de Braga por decreto de 2 de

Setembro de 1901, publicado em 4, tomou posse em 14. Em 1901-1902 teve de excesso de licença 50 dias. Nomeado juiz de direito da comarca de Penela, de 3.ª classe, por decreto de 30 de Outubro de 1902, publicado em 4 de Novembro, tomou posse em 19. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício por decreto de 11 de Dezembro seguinte, publicado em 15.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 1 ano, 1 mês e 24 dias.

126 Bacharel João Vitor Xavier da Silva, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca da Ilha Graciosa por decreto de 28 de Julho de 1887, publicado em 4 de Agosto. Colocado no quadro da magistratura judicial por decreto de 24 de Novembro, publicado em 30. Nomeado para a comarca de Mértola por decreto de 19 de Julho de 1900, publicado em 21, tomou posse em 10 de Agosto. Colocado no quadro da magistratura judicial por decreto de 1 de Agosto de 1901, publicado em 4 de Setembro. Colocado na comarca da Ilha de S. Jorge por decreto de 4 de Março de 1909, publicado em 13. Declarado sem efeito este despacho por decreto de 28 de Junho publicado em 3 de Julho. Colocado na comarca de Ferreira do Alentejo por decreto de 24 de Outubro de 1910, publicado em 25, foi este despacho declarado sem efeito por decreto de 29, publicado em 1 de Novembro.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 1 ano, 1 mês e 16 dias.

127 Bacharel Alfredo Aníbal de Moraes Campilho, nomeado juiz de direito de 3.ª classe e colocado na comarca da Ilha de Santa Maria por decreto de 24 de Agosto de 1910, publicado em 27, tomou posse em 25 de Outubro. Transferido para a comarca de Murça por decreto de 16 de Março de 1911, publicado em 21, tomou posse em 20 de Maio.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 1 ano, 1 mês e 8 dias.

128 Bacharel Elísio de Carvalho Mirabeau, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de S. Vicente por decreto de 9 de Julho de 1908, publicado em 13, tomou posse em 27 de agosto. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício, por decreto de 28 de Outubro seguinte, publicado em 7 de Dezembro. Em 1903-1904 teve de excesso de ausência 37 dias. Colocado na comarca da Ilha das Flores por decreto de 24 de Outubro de 1910, publicado em 25, foi-lhe prorrogado o prazo para a posse por despacho de 29 de Novembro. Declarado sem efeito o despacho de colocação na Ilha das Flores, e colocado o magistrado na comarca de Rio Maior por decreto de 23 de Dezembro publicado em 24, tomou posse em 21 de Janeiro de 1911.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 1 ano, 1 mês e 1 dia.

129 Bacharel Manuel de Barros da Fonseca Achailli Coutinho, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de S. Vicente, por decreto de 9 de Julho de 1904 publicado em 16, foi-lhe prorrogado por despacho de 16 de Novembro seguinte o prazo para a posse, que não chegou a tomar. Transferido para a comarca de Monchique por decreto de 15 de Dezembro do mesmo ano, publicado em 20, tomou posse em 31. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício por decreto de 29 de Agosto de 1906, publicado em 12 de Setembro. Em 1904-1905 teve de excesso de licença 30 dias; em 1905-1906, 7 meses.—Tempo de serviço efectivo em 30 de setembro de 1911: 1 ano e 29 dias.

130 Bacharel João Magrassó, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de Castelo de Vide por decreto de 2 de Novembro de 1899, publicado em 4, tomou posse em 13. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício por decreto de 9 de Dezembro seguinte, publicado em 12. Colocado na comarca de Ferreira do Alentejo por decreto de 29 de Outubro de 1910, publicado em 1 de Novembro, tomou posse em 2. Transferido para a comarca de Castelo de Vide por decreto de 23 de Dezembro, publicado em 24, tomou posse em 19 de Janeiro de 1911.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 1 ano e 13 dias.

131 Bacharel José Machado de Serpa nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca da Ilha das Flores, por decreto de 30 de Junho de 1904, publicado em 16 de Julho, tomou posse em 14 de Agosto. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício por decreto de 7 de Dezembro seguinte, publicado em 10. Nomeado governador civil do distrito da Horta por despacho de 5 de Outubro de 1910, foi exonerado deste cargo por decreto de 1 de Abril de 1911, publicado em 4, ficando por virtude de despacho ministerial adido à magistratura judicial.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 11 meses e 8 dias.

132 Bacharel Alpheu Policarpo Ferreira e Cruz, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca da Ilha das Flores por decreto de 21 de Abril de 1910, publicado em 23, foi-lhe prorrogado o prazo para a posse, que tomou em 13 de Setembro, contando-se-lhe por isso a antiguidade só desde este dia. Transferido para a comarca de Miranda do Douro por decreto de 24 de Outubro seguinte, publicado em 25, tomou posse em 23 de Janeiro de 1911, fora do prazo legal, pelo que se lhe descontam na antiguidade 2 meses e 27 dias. Em 1910-

1911 teve de excesso de licença 24 dias.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 8 meses e 29 dias.

133 Bacharel Adelino Augusto da Silveira Costa Santos, nomeado, nos termos do decreto de 8 de Agosto de 1901, auditor administrativo do distrito do Funchal por decreto de 11 de Julho de 1903, publicado em 13, tomou posse em 6 de Agosto. Nomeado juiz de direito da comarca de Monchique, de 3.ª classe, por decreto de 26 de Novembro seguinte, publicado em 7 de Dezembro, tomou posse em 5 de Janeiro de 1904. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício por decreto de 30 de Junho seguinte, publicado em 16 de Julho, tendo estado ausente por motivo de doença desde 18 de Fevereiro anterior.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 8 meses e 8 dias.

134 Bacharel João Baptista Martins Jorge, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de S. Vicente por decreto de 9 de Maio de 1906, publicado em 19, tomou posse em 14 de Julho. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício por decreto de 1 de Agosto de 1907, publicado em 8. Em 1906-1907 teve de excesso de licença 8 meses.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 7 meses.

135 Bacharel Francisco de Gouveia Bandeira e Figueiredo (Visconde de Treixedo), nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca da Ilha das Flores por decreto de 3 de Maio de 1906, publicado em 3, foi-lhe prorrogado o prazo para a posse. Transferido para a Ilha de Santa Maria por decreto de 8 de Novembro de 1906, publicado em 13, não consta que tivesse tomado posse. Transferido para a comarca de Portel por decreto de 7 de Fevereiro de 1907, publicado em 18, tomou posse em 18 de Março. Em 1906-1907 teve de excesso de licença 68 dias. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício, por decreto de 28 de Dezembro de 1907, publicado em 17 de Janeiro de 1908. Em 1907-1908 teve de excesso de licença 79 dias.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 6 meses e 12 dias.

136 Bacharel Anibal Martins Bessa, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de S. Vicente por decreto de 16 de Dezembro de 1909, publicado em 23, tomou posse em 24 de Janeiro de 1910. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício por decreto de 30 de Abril, publicado em 6 de Maio.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 4 meses e 22 dias.

137 Bacharel Luís Duarte Sereno, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de Ponte do Sor por decreto de 15 de Dezembro de 1904, publicado em 4 de Janeiro de 1905, tomou posse em 30. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício por decreto de 24 de Abril de 1905, publicado em 26. Colocado na comarca da Ilha Graciosa por decreto de 27 de Fevereiro de 1911, publicado em 3 de Março, não tomou posse. Colocado novamente no quadro sem exercício por decreto de 29 de Abril seguinte.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 4 meses e 13 dias.

138 Bacharel Artur Gustavo Mauperrin Santos, nomeado vogal do Tribunal Administrativo do distrito de Ponta Delgada por decreto de 21 de Junho de 1889, publicado em 25, tomou posse em 26 de Julho. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício por decreto de 31 de Outubro seguinte, publicado em 7 de Novembro.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 4 meses e 11 dias.

139 Bacharel Pedro Alves Cabral, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca da Povoação por decreto de 11 de Dezembro de 1902, publicado em 15, foi-lhe prorrogado por despacho de 24 de Janeiro de 1903 o prazo para a posse, que tomou em 1 de Abril, contando-se-lhe por isso o tempo de serviço efectivo só desde esta data. Transferido para a comarca de Mogadouro por decreto de 9 de Julho seguinte, publicado em 13, não tomou posse. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício por decreto de 10 de Setembro, publicado em 22.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 3 meses e 13 dias.

140 Bacharel Artur Maciel de Faria Machado, nomeado juiz de direito de 3.ª classe e colocado na comarca de Vinhais por decreto de 4 de Julho de 1911, publicado em 28, tomou posse em 15 de Agosto.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 2 meses e 28 dias.

141 Bacharel João António Cardoso, nomeado juiz de direito de 3.ª classe e colocado na comarca de Mértola por decreto de 4 de Julho de 1911, publicado em 28, tomou posse em 14 de Agosto.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 2 meses e 28 dias.

142 Bacharel Francisco Henriques Góis, nomeado juiz de direito de 3.ª classe e colocado na comarca de Mação por decreto de 4 de Julho de 1911, publicado em 28. Declarado sem efeito este despacho na parte em que colocou o magistrado na comarca de Mação, e colocado na comarca de Mêda por decreto de 3 de Agosto, publicado em 11, tomou posse em 27.—Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 2 meses e 28 dias.

143 Bacharel Elísio Ferreira de Lima e Sousa, nomeado juiz de direito de 3.ª classe e colocado na comarca de Vimioso por decreto de 4 de Julho de 1911, publicado em 28, tomou posse em 17 de Agosto. Transferido para a comarca de Figueira de Castelo Rodrigo por decreto de 18 do mesmo mês, publicado em 25, tomou posse em 19 de Setembro. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 2 meses e 28 dias.

144 Bacharel António de Oliveira e Castro, nomeado juiz de direito de 3.ª classe e colocado na comarca de Mêda por decreto de 4 de Julho de 1911, publicado em 28. Declarada sem efeito a sua colocação na comarca de Mêda e colocado na comarca de Vila Nova de Fozcoã por decreto de 3 de Agosto, publicado em 11, tomou posse em 26. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 2 meses e 28 dias.

145 Bacharel João Inácio da Silva Correia Simões, nomeado juiz de direito de 3.ª classe e colocado na comarca da Ilha Graciosa por decreto de 4 de Julho de 1911, publicado em 28. Declarada sem efeito a colocação na comarca da Ilha Graciosa e colocado na comarca de Vimioso por decreto de 18 de Agosto, publicado em 25, tomou posse em 16 de Setembro. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 2 meses e 28 dias.

146 Bacharel Abel Vieira de Campos Carvalho, nomeado juiz de direito de 3.ª classe e colocado na comarca da Povoação por decreto de 4 de Julho de 1911, publicado em 28, tomou posse em 12 de Setembro. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 2 meses e 28 dias.

147 Bacharel Manuel José Alves, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca da Ilha Graciosa por decreto de 21 de Abril de 1910, publicado em 23, tomou posse em 27 de Maio. Em 14 de Junho entrou em gozo de licença, não constando que voltasse a exercer as suas funções até que por decreto de 21 de Fevereiro de 1911, publicado em 24, foi colocado no quadro da magistratura sem exercício. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 2 meses e 23 dias.

148 Bacharel Ladislau Xavier Verissimo de Moraes, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de Mértola por decreto de 26 de Novembro de 1903, publicado em 7 de Dezembro, tomou posse em 5 de Janeiro de 1904. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício por decreto de 3 de Março de 1904, publicado em 26 de Abril. Em 1903-1904 teve de excesso de ausência, 71 dias. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 2 meses e 19 dias.

149 Bacharel José Leite dos Santos, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de S. Vicente por decreto de 15 de dezembro de 1904, publicado em 20. Declarado este despacho sem efeito e nomeado para a comarca de Alcácer do Sal por decreto de 31 do mesmo mês, publicado em 4 de Janeiro de 1905, tomou posse em 1 de Fevereiro. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício por decreto de 27 deste mesmo mês, publicado em 1 de Março. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 2 meses e 17 dias.

150 Bacharel Alexandre Augusto Fernandes Bastos, nomeado vogal do Tribunal Administrativo do distrito de Bragança por decreto de 4 de Novembro de 1890, publicado em 6 de Dezembro, tomou posse em 5 de Janeiro de 1891. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício, por decreto de 15 do mesmo mês de Janeiro, publicado em 19. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 2 meses e 16 dias.

151 Bacharel João Pereira Pinto de Mesquita, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de Santa Cruz por decreto de 12 de Dezembro de 1907, publicado em 21, foi-lhe prorrogado por despacho de 17 de Fevereiro de 1908 o prazo para a posse, que não chegou a tomar. Declarado aquele despacho sem efeito na parte em que o colocara na comarca de Santa Cruz e colocado na comarca de Portel por decreto de 23 de Abril seguinte, publicado em 2 de Maio, tomou posse em 3. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício por decreto de 30 do mesmo mês, publicado em 11 de Junho. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 1 mês e 18 dias.

152 Bacharel Pedro Bernardo Soares, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de Miranda do Douro por decreto de 30 de Novembro de 1899, publicado em 2 de Dezembro, tomou posse em 12. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício por decreto de 28 do mesmo mês, publicado em 10 de Janeiro de 1900. Colocado na comarca de Santa Cruz por decreto de 23 de Abril de 1908, publicado em 2 de Maio, não tomou posse. Colocado novamente no quadro sem exercício por decreto de 30 do dito mês de Maio, publicado em 11 de Junho. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 1 mês e 11 dias.

153 Bacharel Joaquim da Rocha e Cunha Amorim, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca da Ilha do Pico por decreto de 12 de Novembro de 1898, publi-

cado em 15, tomou posse em 30 de Janeiro de 1899, fora do prazo legal. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício por decreto de 9 de Fevereiro seguinte, publicado em 11. Colocado na comarca da Ilha de Santa Maria por decreto de 18 de Março de 1908, publicado em 30, não tomou posse. Colocado novamente no quadro sem exercício por decreto de 30 de Maio seguinte, publicado em 11 de Junho. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 13 dias.

154 Bacharel Baltasar Augusto Ribêiro, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de Vila Nova da Cerveira por decreto de 20 de Setembro de 1899, publicado em 22, tomou posse em 25. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício por decreto de 27 do mesmo mês, publicado em 30. — Tempo de serviço efectivo em 30 de Setembro de 1911: 10 dias.

155 Bacharel José Monteiro Soares de Albergaria, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca da Povoação por decreto de 3 de Fevereiro de 1885, publicado em 9, tomou posse por procuração em 16 de Abril, fora do prazo legal. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício por decreto de 22 de Outubro seguinte, publicado em 5 de Dezembro. Não consta que tenha exercido 6 lugar.

156 Bacharel Inácio Teixeira Dias, nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de Coruche por decreto de 2 de Junho de 1899, publicado em 5, não tomou posse. Colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício por decreto de 15 do mesmo mês, publicado em 17.

157 Bacharel Francisco Dias do Socorro, nomeado, nos termos do decreto de 8 de Agosto de 1901, auditor administrativo do distrito do Funchal por decreto de 3 de Dezembro de 1903, publicado em 7, tomou posse por procuração em 11 de Junho de 1904, não tendo entrado em exercício.

158 Bacharel Constantino Camilo Beleza de Vasconcelos, nomeado juiz de direito da comarca da Ilha Graciosa por decreto de 3 de Maio de 1906, publicado em 8, não tomou posse, sendo-lhe concedidas licenças até que foi colocado no quadro da magistratura judicial sem exercício por decreto de 29 de Janeiro de 1907, publicado em 4 de Fevereiro.

159 Bacharel Aires Lobo de Sousa Ramos Arnaud, nomeado juiz de direito de 3.ª classe e colocado na comarca da Ilha de Santa Maria por decreto de 4 de Julho de 1911, publicado em 28, foi-lhe prorrogado o prazo para a posse em virtude de ter o paquete saído com antecipação do dia designado para a partida, e mais tarde por motivo da cólera.

160 Bacharel José Maria de Albuquerque da Costa Brandão, nomeado juiz de direito de 3.ª classe e colocado na comarca da Ilha das Flores por decreto de 4 de Julho de 1911, publicado em 28, foi-lhe prorrogado o prazo para a posse por motivo de doença.

161 Bacharel Vitor Brandão Pereira Cardoso de Menezes, nomeado juiz de direito de 3.ª classe e colocado na comarca da Ilha Graciosa, por decreto de 18 de Agosto de 1911, publicado em 23, foi-lhe prorrogado o prazo para a posse.

162 Bacharel José Luciano Correia de Bastos Pina, nomeado juiz de direito de 3.ª classe e colocado na comarca de S. Vicente por decreto de 16 de Setembro de 1911, publicado em 20.

Nota dos magistrados não mencionados na precedente lista por motivo de mudança de situação, ou por falecimento, até 30 de Setembro de 1911

## 1.ª classe

Bacharel José Martiniano Dias da Silveira, aposentado por decreto de 7 de Maio de 1910, publicado em 14.

## 2.ª classe

Bacharel Luís Gonzaga de Assis Teixeira, demitido por decreto de 1 de Maio de 1911, publicado em 12.

## Magistrados falecidos

## Supremo Tribunal de Justiça

Bachareis:  
António Emílio Correia de Sá Brandão.  
José Pereira.  
Joaquim de Almeida Correia Lial.  
Henrique Pinto.

## 2.ª Instância

Fernando Henriques da Costa Loureiro Toscano.  
Joaquim Simões Cantante.  
José dos Santos Duarte Pimenta.  
Cândido Augusto de Oliveira.  
José dos Santos Pegas Cabrita.  
Joaquim Pereira de Magalhães.

## 1.ª Instância

## 1.ª classe

Filipe de Sousa Magalhães.  
João de Sousa Vilhena.  
Eugénio Augusto Ribeiro de Castro.  
Joaquim Simões Barreto.  
António Gonçalves Varela Ramos.

## 2.ª classe

Alfredo Augusto Freire de Carvalho.  
Manuel Moreira Feio.  
João de Almeida Santos e Vasconcelos.  
Joaquim Bernardo da Rocha Saraiva.

## 3.ª classe

António Pereira Gouveia Godinho.  
José de Macedo Souto Maior.  
Abílio Maximino da Costa Pontes.  
Henrique da Costa e Cunha.  
António Cândido de Oliveira Figueiredo.  
Joaquim de Almeida Dias.  
João Celestino da Costa Frazão.  
João Freitas de Melo.  
João António Sepúlveda.

Alterações à referida lista posteriores a 30 de Setembro de 1911

## Aposentados

## Juizes do Supremo Tribunal de Justiça

Bachareis:  
Acácio Pedro Ribeiro Álvares da Melo.  
Augusto Carlos Cardoso Pinto Osório.  
Augusto César da Silva Matos.  
Eduardo José Coelho.  
Eduardo de Serpa Pimentel.  
Ernesto Kopke da Fonseca e Gouveia.  
Francisco António Ochoa.  
João Batista Dias de Oliveira.  
José da Cunha Navarro de Paiva.  
José Maria Pinto Ribeiro.  
Manuel Inácio Brun do Canto.  
Sebastião Carlos da Costa Brandão e Albuquerque (Visconde do Ervedal da Beira).  
Tomás Nunes de Serra e Moura.

## 2.ª Instância

António Dias de Abreu  
César Augusto Homem de Abranches Brandão.  
Custódio Augusto da Silva Pinto de Abreu.  
Francisco Roberto de Araújo Magalhães Barros.  
Joaquim António Coelho da Rocha.  
Joaquim Teixeira de Sampaio.  
Manuel Alves da Silva.  
Platão Jemmy Zorai Cordeiro do Amaral Guerra.

## 1.ª Instância

## 1.ª classe

José Joaquim Lopes Tavares.  
Abel de Carvalho Freire de Macedo.  
Eugénio Arnaldo de Barros Ribeiro.  
João de Mascarenhas Velasques Sarmiento de Alarcão.

## Promoções

## Da 2.ª Instância ao Supremo Tribunal

Bachareis:  
José Maria Pestana de Vasconcelos.  
Francisco José de Medeiros.  
Abel Augusto Correia de Pinho.  
António Augusto Fernandes Braga.  
António Maria Vieira Lisboa.  
Eduardo Pereira Tovar de Lemos.  
Francisco de Almeida Pessanha.  
Afonso de Almeida Fernandes.  
Alexandre de Sousa e Melo.  
Joaquim de Melo Ribeiro Pinto.  
Augusto Maria de Castro.  
Eduardo Martins da Costa.  
Carlos Augusto Velez Caldeira Castelo Branco.

## Da 1.ª classe à 2.ª Instância

José Guilherme Pereira Barreiros.  
Artur Alberto de Campos Henriques.  
António Honorato Marques Perdigoão.  
Alvaro de Moura Coelho.  
José Homem da Silveira Sampaio e Melo.  
António Marques de Albuquerque.  
Camilo de Araújo Fonseca.  
Guilherme Monteiro Soares de Albergaria.  
Francisco Pires da Costa.  
José Pinto Ferreira Dias.

## Da 2.ª à 1.ª classe

José Gerardo Vieira Peixoto Vilas Boas.  
José Baptista de Almeida Pereira Zagalo.

Manuel Nunes da Silva.  
 António Luis de Freitas.  
 Augusto Gonçalves de Freitas.  
 António da Mata Pedroso Barata.  
 António Mendes de Gouveia.  
 José de Sousa Mendes.  
 Ovídio de Alpoim de Cerqueira Borges Cabral.  
 Julio Pessanha Vilhegas do Casal.  
 Abel Augusto Garção.  
 José Maria de Moraes Sarmiento.  
 João Ferreira da Silva Guimarães.  
 João Alfredo de Carvalho Braga.

## Da 3.ª à 2.ª classe

António de Castro Pereira e Sola.  
 José Luis Moutinho Luna de Andrade.  
 Dominges Liborio de Lima e Lemos Almeida Valente.  
 Joaquim de Almeida Novais.  
 António Marcelino Durão.  
 Ludgero Augusto Moreira.  
 António Joaquim da Silva Peixoto Magalhães.  
 José Luis de Brito.  
 António Augusto Pereira.  
 José Alberto Barata do Amaral.  
 Francisco de Sales Pinto de Mesquita Carvalho.  
 Vicente Luis Gomes.  
 Sérvio Augusto Gonçalves de Medeiros Branco.

## Da magistratura do Ministério Público à 3.ª classe

Frederico Guilherme da Fonseca.  
 António Alves Pires.  
 Afonso de Albuquerque Amaral.  
 José Silvestre Cardoso.  
 José Freire de Carvalho Falcão.  
 Abílio Duarte Dias de Andrade.  
 Manuel Joaquim Correia.  
 Acácio Alfredo Jaime Ferreira.  
 António Mauricio Freire Pimentel.  
 Abílio António de Almeida Matos.

## Falecimentos

## Supremo Tribunal de Justiça

Francisco José de Medeiros.

## 2.ª Instância

Bacharel Manuel José Dias Salgado e Carneiro.  
 José Paulo Monteiro Cancela.

## 1.ª Instância

## 2.ª classe

João Dias Mateus.  
 Bacharel João Ribeiro Dias da Costa.  
 Bacharel Alexandre de Albuquerque Tavares Lobo.

## 3.ª classe

Baltasar Mousinho de Vasconcelos Almadanim.  
 António Vítor Lemos da Rocha.

Declara-se que o bacharel José Coelho da Mota Prego, juiz de direito de 2.ª classe, deixou de ser promovido à 1.ª classe na sua altura, por haver perdido antiguidade posteriormente a 30 de Setembro de 1911.

Direcção Geral de Justiça, em 25 de Maio de 1912.—  
 O Director Geral, *Germano Martins*.

## Conservatória Geral do Registo Civil

## Despachos efectuados em 25 de Maio de 1912

António Joaquim Ferreira—exonerado de ajudante do posto do registo civil da freguesia de Ferreira de Avos, do concelho de Sátão.  
 António Luis de Carvalho—nomeado ajudante para o referido posto.  
 Vergílio Rodrigues de Passos—exonerado de ajudante do posto do registo civil da freguesia de S. Brás de Alportel.  
 António de Passos Chaves—nomeado ajudante para o referido posto.  
 Manuel Dias Andrade—exonerado de ajudante do posto do registo civil da freguesia de S. João de Loure, do concelho de Albergaria-a-Velha.  
 Anexado ao posto do registo civil da freguesia de Assentis o lugar das Moreiras Grandes, da mesma freguesia, que fica desanexado do posto do registo civil da freguesia do Paço, ambas do concelho de Torres Novas.  
 Paulo Ribeiro de Almeida Castelhamo—nomeado ajudante do posto do registo civil da freguesia de Ribeira de Nisa, do concelho de Portalegre.  
 Concedida licença de sessenta dias ao bacharel António Borges Pires, oficial do registo civil de Ceia. (Pagou o respectivo selo).  
 Conservatória Geral do Registo Civil, em 25 de Maio de 1912.—O Conservador Geral, *Germano Martins*.

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

## Secretaria Geral

## Despacho proferido na presente data

Concedendo licença de trinta dias, para se tratar, no estrangeiro, ao primeiro oficial da Secretaria Geral deste Ministério, Júlio dos Passos da Silveira Gomes.

Ministério das Finanças, Secretaria Geral, em 25 de Maio de 1912.—*M. M. A. da Silva Bruschy*.

## Direcção Geral da Contabilidade Pública

## 2.ª Repartição

Anuncia-se, em observância do decreto, com força de lei, de 5 de Dezembro de 1910, haverem requerido Adelaide de Meneses Bottencourt Azevedo e seu marido Henrique Gomes de Azevedo, residentes em Angra do Heroísmo, e Júlia Meneses de Brito, Epifanio de Meneses Reis e Maria da Conceição Meneses, residentes na Vila da Praia da Vitória, o pagamento do que ficou em dívida a seu pai e sogro José de Meneses de Brito, que foi tesoureiro da Fazenda Pública do concelho da Praia da Vitória, a fim de que qualquer pessoa, que também se julgue com direito à percepção do indicado débito, ou de parte dele, requeira pela 2.ª Repartição desta Direcção Geral, dentro do prazo de sessenta dias, findo o qual será resolvida a pretensão.

Direcção Geral da Contabilidade Pública, em 24 de Maio de 1912.—*André Navarro*.

## MINISTÉRIO DA MARINHA

## Majoria General da Armada

## N.º 7

Majoria General da Armada, 15 de Abril de 1912

## ORDEM DA ARMADA

## (Série B)

Publica-se à Armada o seguinte:

## Decretos

## De 23 de Março

Guarda-marinha auxiliar do serviço naval, Augusto—mandado regressar à situação de serviço na arma, sendo nela considerado desde 19 do corrente, data em que se apresentou na Majoria General da Armada com guia da Direcção Geral das Colónias, por ter sido exonerado do cargo de patrão-mor de Santo António do Zaire.

(Tem o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 28 do mesmo mês).

## De 30

Primeiro tenente, João Filipe das Dores Quadros—mandado passar à situação de comissão nas colónias, por ter sido, por decreto de 16 de Março findo, nomeado para exercer o cargo, interinamente, de capitão dos portos da província da Guiné.

(Tem o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 6 de Abril do corrente ano.

Primeiro tenente médico, Jaime Alberto de Castro Moraes—exonerado do cargo de secretário geral da província de Angola.

Capitão-tenente, Alfredo Pedreira Caçador—nomeado para o cargo de intendente do Chinde, na província de Moçambique.

## Portarias

## De 27 de Março

Capitão-tenente, Francisco Anibal Oliver—exonerado do cargo de presidente da comissão de recepção, e nomeado para aquele cargo o capitão de fragata, Alberto Celestino Ferreira Pinto Bastos.

(Visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 28 de Março de 1912).

## Aspirantes-de marinha:

Henrique Bebiano Baeta Neves,  
 Vitor Serra,  
 Joaquim Maria Alves Pereira da Fonseca,  
 Adolfo Trindade;

Promovidos a guardas-marinhas, contando-se-lhes a sua antiguidade, para todos os efeitos legais, desde 26 de Fevereiro último.

## De 28

Primeiro tenente da administração naval, reformado, Artur Marinha de Campos—nomeado para, em comissão, ir a S. Tomé e Angola estudar o regime do trabalho indígena e a maneira mais conveniente de organizar o recrutamento de serviços na província de Angola, seguindo depois para Timor, onde averiguará das causas que motivaram a última rebelião dos indígenas, propondo as medidas de fomento que julgar necessárias.

## De 13 de Abril

Primeiro tenente, Júlio Lopes Valente da Cruz—exonerado de encarregado de assistir em Inglaterra ou noutro centro industrial estrangeiro à construção do motor que inventou para o seu torpedeiro submersível, comissão para que foi nomeado em portaria de 5 de Dezembro de 1905.

## Despachos ministeriais

## De 1 de Abril

Guarda-marinha maquinista, Eduardo Dias Cordeiro—deferido o requerimento em que pedia para que lhe seja

abonado por inteiro o subsídio de embarque durante os dias 12 a 21 de Fevereiro último, em que o cruzador *Vasco da Gama* esteve aceso e pronto para comissão.

Guarda-marinha maquinista, José Augusto Marques—o requerimento, em que pedia para que lhe seja contada a sua antiguidade no posto desde 5 de Fevereiro último, teve o seguinte despacho: «Deferido, contando-se a antiguidade a partir de 5 de Fevereiro de 1912».

## De 8

Primeiro tenente reformado, Francisco Alberto Tavares—deferido o requerimento em que pedia para se ausentar, temporariamente, para o estrangeiro (Sevilha e Madrid).

## De 12

Primeiro tenente, José da Cunha Rôla Pereira—deferido o requerimento em que pedia para se ausentar para o estrangeiro (França, Holanda e Inglaterra) e dali para Timor.

(Este oficial acha-se na situação de licença ilimitada).

## Majoria General

## Em 2 de Dezembro de 1911

Capitão de fragata, José Joaquim T. de Almeida Carvalho—segundo comunicação da Direcção Geral da Marinha, por ordem de Sua Ex.ª o Ministro, fica adjunto àquela Direcção Geral, por fazer parte da comissão encarregada de estudar a navegação para os Açores e Madeira.

## Em 6 de Fevereiro de 1912

De ordem de Sua Ex.ª o Ministro se comunica que Sua Ex.ª tomou conhecimento, com íntima satisfação, do elogio que o Ex.º General, comandante da 8.ª Divisão do Exército, na sua nota dirigida a Sua Ex.ª o Major General da Armada faz aos oficiais e praças da companhia do comando do primeiro tenente, César Augusto Gomes do Amaral, pela disciplina rigorosa que mantiveram e patriotismo que revelaram durante a permanência na área da sua Divisão.

## Em 2 de Abril

Declara-se que o capitão de fragata, Alfredo Guilherme Howell, entregou o comando das forças navais do Norte, em 30 de Novembro de 1911; o comando do cruzador *S. Gabriel* em 7 de Dezembro de 1911; apresentou-se na Majoria General em 7 de Dezembro de 1911 e ficou adjunto.

Segundo tenente médico, Henrique Cândido Pinto da Cunha—nomeado para servir na Estação Naval de Moçambique, para onde deve seguir no paquete de 1 de Maio próximo futuro.

## Em 3

## Segundos tenentes:

Arnaldo Ferreira de Campos Navarro,  
 Fernando Vasconcelos Sá Ferreira,  
 António Raimundo Costa Santos Pedro;  
 Nomeados para servir na Escola Prática de Artilharia Naval, nos termos do § 3.º do artigo 4.º do decreto de 19 de Outubro de 1901.

## Em 6

Segundo tenente médico, Henrique Cândido Pinto da Cunha—entra na escala de embarque com o valor de  $N=0$ .

## Em 8

Entram na escala de embarque, com os valores de  $N$  que se lhes seguem, os seguintes oficiais:

## Primeiros tenentes:

Ernesto Jardim de Vilhena = 3,567.  
 José Eduardo de Carvalho Crato = 3,579.  
 Primeiro tenente médico, Jaime Alberto de Castro Moraes = 4,800.

## Guardas-marinhas auxiliares do serviço naval:

Crispim Alfredo Alves,  
 Romão José Gonçalves;  
 Exonerados do serviço que prestam, respectivamente, na 1.ª e 2.ª Repartições.  
 Apronte para viagem de exame de guardas-marinhas o cruzador *Vasco da Gama*.

## Em 9

Por ordem de S. Ex.ª o Ministro, autorizado o presidente da comissão nomeada por portaria de 2 de Abril de 1912 a mandar comparecer na mesma comissão qualquer oficial, a fim de prestar esclarecimentos.

Segundo tenente médico, Fernando Dantas Barbeitos—nomeado para servir na Estação Naval de Macau, para onde deve seguir no paquete que conduzir o contingente do exército que segue para aquela província.

Segundo tenente, Fernando de Vasconcelos Ferreira da Silva—deferido o requerimento em que pedia para ser presente à Junta de Saúde Naval na sua proxima sessão.

## Em 11

Guarda-marinha auxiliar do serviço naval, Crispim Alfredo Alves—deixa de prestar serviço na 1.ª Repartição e passa a prestar serviço na 2.ª Repartição desta Majoria.  
 Guarda-marinha auxiliar do serviço naval, Romão José Gonçalves—deixa de prestar serviço na 2.ª Repartição e passa a prestar serviço na 1.ª Repartição desta Majoria.

## Em 12

Primeiro tenente médico, Carlos Henrique Lebre—exonerado do serviço que presta no Hospital da Marinha, devendo ser mandado apresentar nesta Majoria General.